



Evaldo Cabral de Mello

# *A fronda dos mazombos*

*Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*

16	3	2	13
5	10	11	8
9	6	7	12
4	15	14	1



EDITORIA 34

Editoria 34 Ltda.

Rua Hungria, 592 Jardim Europa CEP 01455-000

São Paulo - SP Brasil Tel/Fax (11) 3816-6777 [www.editora34.com.br](http://www.editora34.com.br)

Copyright © Editoria 34, 2003

*A fronda dos mazombos* © Evaldo Cabral de Mello, 1995, 2003

**A fotocópia de qualquer folha deste livro é ilegal e configura uma apropriação indevida dos direitos intelectuais e patrimoniais do autor.**

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:

*Bracher & Malta Produção Gráfica*

Revisão:

*Cide Piquet*

*Carmen T. S. Costa*

1ª Edição - 1995, Companhia das Letras, São Paulo

2ª Edição - 2003

Catálogo na Fonte do Departamento Nacional do Livro

(Fundação Biblioteca Nacional, RJ, Brasil)

Mello, Evaldo Cabral de, 1936-

M217f      *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates,*

Pernambuco, 1666-1715 / Evaldo Cabral de Mello. —

São Paulo: Ed. 34, 2003.

496 p.

ISBN 85-7326-274-5

1. Brasil - História - Guerra dos Mascates, 1710-1714. I. Título.

CDD - 981.03135

# Índice

<i>Nota à 2ª edição</i> .....	7
Prefácio .....	13
Primeira parte: Entre os holandeses e os mascates	
1. O agosto do Xumbergas .....	21
2. Atribulações do marquês de Montebelo .....	63
3. <i>Clericus clerico lupissimus</i> .....	111
4. Loja x engenho .....	141
Segunda parte: Alterações pernambucanas	
5. O desgoverno de Castro e Caldas .....	217
6. A sedição da nobreza .....	279
7. O levante dos mascates .....	353
8. O acerto de contas .....	403
Anexos	
A. Governadores e capitães-generais de Pernambuco, 1654-1718 .....	473
B. As fontes narrativas da Guerra dos Mascates .....	475
<i>Índice onomástico</i> .....	487
<i>Sobre o autor</i> .....	495



## Nota à 2ª edição

Para esta reedição, *A fronda dos mazombos* foi submetida a revisão de natureza formal, exceto nos pontos específicos em que se incorporaram informações obtidas em documentação outrora existente na Casa de Palmela, em Lisboa. Quando da redação do livro, não fora possível descobrir o paradeiro destes papéis. Posteriormente, Pedro Corrêa do Lago, que os havia adquirido, pô-los gentilmente à disposição do autor. Agradecimentos são devidos também a Cide Piquet, que, com sua competência habitual, sugeriu várias modificações visando à clareza do texto.

*Evaldo Cabral de Mello*

Rio de Janeiro, junho de 2003

A Maria Luisa

“Sempre tive dúvidas a respeito dos historiadores que pensam tornar-se doutos quando fazem abstração dos detalhes dos acontecimentos e que crêem que a história da série dos preços do bife a partir de 1950 é singularmente mais interessante que a narrativa das revoluções. Trata-se, a meu ver, de uma mera questão de gosto; e não vejo *a priori* por que uma destas duas investigações seria científica e a outra, não, e por que uma seria interessante e a outra, não.”

Raymond Aron



## Prefácio

O exército de Von Schkoppe rendeu-se no Recife a 27 de janeiro de 1654, pondo fim a um quarto de século de dominação holandesa. Cinquenta e tantos anos depois, parte da “nobreza da terra”, isto é, dos filhos e netos dos que haviam restaurado a suserania portuguesa, promovia uma sedição contra o governador Castro e Caldas. Na historiografia brasileira, a chamada Guerra dos Mascates representa um caso típico de “carro diante dos bois”. Antes de ser objeto de análise sistemática ou sequer de narrativa à maneira positivista, já fora utilizada como marco romanesco em obras de José de Alencar ou de Franklin Távora; ou já tivera sua significação sociológica posta de relevo por Caio Prado Júnior ou Gilberto Freyre. Contudo, falta-lhe ainda hoje a reconstrução de cunho factual, que procure estabelecer e concatenar os fatos, conferindo-lhes a desejável inteligibilidade. Os historiadores locais que há muito se ocuparam do tema, como Vicente Ferrer e Mário Melo, estavam exclusivamente motivados pela intenção polêmica de provar ou de impugnar o conteúdo autonomista do levante da nobreza, donde terem concentrado a atenção nesta fase inicial da guerra civil. Destarte, desinteressaram-se de quase tudo o que se achava a montante e a jusante das alterações de 1710, ou seja, o governo de Castro e Caldas (1707-1710), a insurreição dos mascates no Recife (1711) e, sobretudo, a repressão desencadeada pela Coroa na administração de Felix Machado (1711-1715).

Ainda outros motivos explicariam o fato insólito de a Guerra dos Mascates ter ficado mais ou menos esquecida pela historiografia da Independência. Um deles, foi a marginalização do velho norte açucareiro a partir do fim do Império e da República Velha. Em consequência, os holofotes foram projetados preferencialmente sobre a Inconfidência Mineira, conspiração de

intelectuais e burocratas (ambas as palavras eram então, ainda mais do que hoje, sinônimas) mais ou menos ociosos, espécie de esquerda festiva refugida nos serões literários de Ouro Preto, sonhando talvez com os bares alegres de Ipanema dos anos sessenta, do mesmo modo como no poema de Drummond os conselheiros do senhor D. Pedro II sonhavam com as *garçonnières* de Copacabana.

Outra razão residiria nas limitações da historiografia positivista. Observou H.-I. Marrou que os princípios da crítica histórica não são “quase nunca realmente aplicáveis”, resultando daí que “uma história estritamente conforme às exigências positivistas compreenderia sobretudo folhas em branco”. Esta teria sido a sorte da Guerra dos Mascates caso as antigas concepções historiográficas ainda vigorassem. Com efeito, quase todas as narrativas referentes às sedições de 1710 e 1711 foram redigidas no decorrer dos acontecimentos ou logo após. A seus autores, animava tão-somente o objetivo de justificar em Lisboa o comportamento da facção a que pertenciam e de acusar os adversários. Como estes textos destinavam-se a contar apenas a parte de verdade que aos interesses de partido convinha que fosse contada, tornava-se particularmente árdua, se não inviável, a tarefa de apurar, à maneira da historiografia positivista, como as coisas realmente se haviam passado. Em relação a certos períodos, é impossível recorrer à técnica canônica do cotejo das fontes: ao passo que os cronistas de uma parcialidade silenciam certas seqüências factuais (o governo do bispo D. Manuel Álvares da Costa na pena dos seus aliados olinenses, por exemplo, ou ainda a conspiração dos mascates nas narrativas recifenses), os contrários referem-nas profusamente, sem que haja como contrastar depoimentos.

Por fim, o estudo da Guerra dos Mascates sofreu também do escasso conhecimento que se tinha do período iniciado com a expulsão dos holandeses. E, contudo, os pais fundadores da historiografia brasileira (Southey, Varnhagen, Handelmann, Capistrano) haviam percebido a conexão entre a experiência da guerra batava e os conflitos civis de 1710-1711; apenas não puderam explicitá-la. Os cinco decênios intermediários haviam ficado na sombra, como se a luz intensa projetada pela documentação relativa ao “tempo dos flamengos” houvesse irremediavelmente cegado os historiadores para a etapa que lhe sucedeu. Destarte, a este meio século seminal, de gestação surda e até insuspeitada, da história, os autores dispensaram tratamento anódino.



Do pecado, não escaparam sequer Fernandes Gama ou Oliveira Lima, ao se ocuparem da história pernambucana. No seu livro de síntese, publicado há mais de século, *Pernambuco em seu desenvolvimento histórico*, Oliveira Lima dedicou apenas catorze páginas aos anos de 1654 a 1710. Diante da pletora arquivística do período holandês, a segunda metade do século XVII faz ainda hoje figura de parente pobre. São raras as fontes narrativas; a documentação, quase toda monotonamente administrativa, é de consulta difícil e penosa e, mercê deste caráter oficial, exclui automaticamente grandes fatias do passado colonial, impossibilitando as sínteses de período, tão ao gosto da historiografia oitocentista.

*A fronda dos mazombos* é uma tentativa de preencher a lacuna que representa a inexistência de uma história da Guerra dos Mascates e do meio século que a precedeu, estes cinquenta anos sendo examinados através de três episódios que cobram todo o seu significado à luz do que ocorreu depois: a deposição do governador Mendonça Furtado, a administração do marquês de Montebelo e o dissídio entre os religiosos da Congregação do Oratório. A relevância destes sucessos consiste em que desvendam a atuação de um setor da açucarocracia que se empenhou por limitar em proveito próprio o exercício do poder real na capitania e o acesso dos comerciantes reinóis do Recife ao poder local, encarnado sobretudo na Câmara de Olinda, que desde a guerra holandesa adquirira certas funções supramunicipais de representação de interesses e de gestão de recursos fiscais. No quarto capítulo, tratou-se de inventariar o longo contencioso entre a nobreza da terra e a mascataria durante os decênios anteriores à sedição contra Castro e Caldas. O que equivale a dizer que à elaboração da primeira parte presidiu exclusivamente a intenção de contemplar o período 1666-1707 na perspectiva das alterações de 1710-1711, e não a ambição de oferecer uma visão de conjunto da história pernambucana na segunda metade do século XVII.

Cumpriria, aliás, recordar que a designação de “guerra dos mascates” (não muito feliz, como assinalou Barbosa Lima Sobrinho) foi cunhada por José de Alencar como título do romance *à clef* que escreveu no intuito de satirizar o gabinete Rio Branco (1871-1875), a que ele, apesar de conservador, fez oposição sistemática. Até a publicação da obra de Alencar, os acontecimentos de 1710-1711 haviam sido geralmente conhecidos como “sedições”, “sublevações” ou “alterações de Pernambuco”. Esta última constituía



a expressão consagrada na língua portuguesa como na castelhana para nomear as rupturas da ordem pública, como nas “alterações de Évora” (1673), ao passo que “sublevação” ou “sedição” comportavam a acepção mais precisa de movimento contra o Estado. A expressão “fronda”, escolhida para título deste livro, não deseja, aliás, propor apelativo diferente para aqueles eventos. “Fron-da”, como se sabe, vem do francês *fronde* (a nossa “funda”), nome dado por extensão à guerra civil que teve lugar na França (1648-1653), na minoridade de Luís XIV, entre os partidários da regente Ana de Áustria e do cardeal Mazarino, por um lado, e a alta magistratura e a alta nobreza, por outro, de onde a distinção entre “fronda parlamentar” e “fronda aristocrática”. Nestas páginas, fronda visa designar não somente os levantes de 1710-1711, mas todo o processo de contestação política que se esboçou a partir da deposição de Mendonça Furtado (1666), culminando na sublevação contra Castro e Caldas (1710).

A palavra “fronda” tem, com efeito, a vantagem de denotar o caráter elitista ou senhorial do movimento pernambucano, caráter, aliás, bem apreendido por Gilberto Freyre, quando salientou o lado “distintamente aristocrático”, “rural e antiurbano”, do levante de 1710. Feição oligárquica que já vicia, um século antes da emancipação, o processo da independência na América portuguesa tanto quanto na espanhola, na medida em que caberá à camada mais conservadora da sociedade colonial empreender a ruptura do vínculo com a metrópole. Parafraseando a conhecida proposição de Joaquim Nabuco (“o problema das revoluções é que sem os revolucionários não é possível fazê-las e com eles não é possível governar”), poder-se-ia mesmo afirmar que o problema da independência residia em que, sem o concurso da grande propriedade, não era possível fazê-la, mas com ela não era factível completar a conquista política mediante as reformas econômicas e sociais, cuja necessidade, aliás, bem poucos discerniam na época. Não sucumbamos, porém, à tentação, ora na moda, de projetar nossas frustrações nacionais do que foi, imaginando o que poderia ter sido, à maneira dos nostálgicos dos Palmares.

Felizmente, para remediar até certo ponto o caráter conflituoso das fontes narrativas, manifestação do embate real das paixões e interesses em jogo, existem as fontes administrativas, vale dizer, a correspondência das autoridades locais entre si ou com a Coroa não só durante as sublevações pernambucasas mas também no meio século que as precedeu. O autor pôde dispor, neste

particular, da documentação inexplorada contida nos códices da coleção Conde dos Arcos, pertencente ao Arquivo da Universidade de Coimbra. Durante seu triênio como governador de Pernambuco (1746-1749), D. Marcos de Noronha e Brito, sexto conde dos Arcos, mandou copiar os papéis guardados, desde a restauração, na secretaria do governo da capitania. Tal acervo permite preencher várias lacunas que empeciam o conhecimento da segunda metade do nosso seiscentismo e, por conseguinte, das próprias alterações de 1710-1711. Devo a J. A. Gonsalves de Mello a indicação da existência de tão importante coleção, que ele foi o primeiro a consultar, pouco depois da sua aquisição pela Universidade de Coimbra nos anos 1970. Que o leitor perdoe esta digressão arquivística. Parodiando a observação segundo a qual os amadores discutem estratégia mas os profissionais preferem falar de logística, bem se poderia dizer que os historiadores preferem falar de documentos, deixando a outros o cuidado de descobrir o sentido da história.

Como este livro pretende ser obra de história, e não de sociologia histórica ou de história econômica, a utilização de conceitos sociológicos ou econômicos foi feita apenas no contexto das mediações concretas que deram seu perfil particular à fronda dos mazombos. Na verdade, o interesse do historiador começa onde termina o do sociólogo ou o do economista. Onde um e outro contentar-se-ão em enxergar um caso típico do conflito entre o credor urbano e o devedor rural ou o mal-estar decorrente de uma fase prolongada de declínio e recessão, o historiador procurará vislumbrar o enredo ou intriga (no sentido inglês de *plot*), produto da necessidade, da intencionalidade e do acaso, a que se chamou, na época, alterações ou sublevações de Pernambuco.

Caberia também assinalar que à formação historiográfica do autor, a contraposição entre sociedades de ordens e sociedade de classes parece bastante artificial. Max Weber, que como se sabe examinou detidamente os conceitos fundamentais da estratificação social à luz do seu irrealizável conhecimento de história comparada, pensava, pelo contrário, que, como os dois tipos básicos de relações sociais (a comunitária e a associativa) encontram-se lado a lado em qualquer sociedade, assim também convivem as estruturas que lhes são correlatas, a ordem e a classe. Como há muito assinalou Sérgio Buarque de Holanda, na visão do sociólogo alemão “as diferenças de classes se entrelaçam intimamente e dos modos mais variados às distinções de *statu*, ou seja, às hierarquias estamentais”. Daí não existirem ordens e classes em estado puro



nem sociedades de ordens sem ingredientes de mercado ou sociedades de classes sem elementos de ordens. Simmel, por exemplo, estudou o processo que chamou de “autonomização das ordens”, mediante o qual uma facção de classe decanta-se em ordem, apartando-se gradualmente da situação de mercado que a engendrara. Houve também quem visse no estamento o produto da fossilização da classe. Inversamente, mesmo no tocante à classe que, com o proletariado, constituiria na teoria sociológica a classe por antonomásia, Norbert Elias assinalou a coexistência no Antigo Regime de uma “burguesia de *statu*” (*standisches Bürgertum*) e de uma burguesia mercantil, puramente classista.

A utilização simultânea dos conceitos de ordem e de classe permite compreender melhor, por exemplo, a metamorfose da açucarocracia (situação de mercado) em nobreza da terra (situação de *statu*), que o autor procurara reconstruir em obra anterior. Não há dúvida de que a açucarocracia de finais do século XVII continha em si elementos fundamentais da noção de classe (inclusive o seu lugar específico no processo de produção), mas pensava-se, e era pensada pelos demais estratos, não como uma classe mas como uma ordem, a nobreza da terra, cuja mentalidade, transplante metropolitano adaptado à sua experiência local, é tão indispensável conhecer, a fim de compreendê-la na sua atuação histórica, como sua condição de classe. Por sua vez, a mascataria, embora muito mais enraizada na sua situação de mercado, já contava com uns tantos indivíduos que haviam adquirido *statu*, alimentando ambições mais vastas. Em todo o caso, no estudo do comportamento de ambas as camadas, procurou-se levar em consideração as motivações de um e outro gênero. O dilema entre ordem e classe pode resultar tão esterilizante para o conhecimento histórico como outra alternativa falaciosa, legado do historicismo alemão: a que opunha a explicação à compreensão.

A pesquisa de arquivo em que se assentam estas páginas foi levada a efeito pelo autor principalmente no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo da Universidade de Coimbra. Após sua partida de Portugal, ele pôde contar com a competentíssima colaboração de Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda, que dali o municiou muitas vezes com os subsídios imprescindíveis ao esclarecimento de vários pontos.

*Evaldo Cabral de Mello*

Lisboa-Barbados-Marselha, 1989-1994



Primeira parte:  
Entre os holandeses e os mascates

## O agosto do Xumbergas

Quarto governador de Pernambuco desde a expulsão dos holandeses, Jerônimo de Mendonça Furtado, de alcunha “o Xumbergas”, foi preso pela Câmara e pelos homens principais da terra, na rua de São Bento, em Olinda, ao entardecer de 31 de agosto de 1666. O estratagema com que o capturaram ainda hoje encanta pela simplicidade. Acumpliciado com os vereadores, o vigário de São Pedro Mártir dirigiu-se a certa casa das vizinhanças, a pretexto de dar a comunhão a um moribundo. O costume exigia que, à passagem do viático, os transeuntes o acompanhassem à residência do agonizante e, depois, no regresso à igreja. Ao avistar o préstito, o governador não se furtou à obrigação de católico. Quando o séquito já retornara ao templo, deu-se conta de que caíra numa cilada, ao deparar-se no adro com a coorte de oficiais da Câmara e pró-homens, com seus clientes e aderentes, a qual, pela boca do juiz ordinário, deu-lhe voz de prisão. Mendonça Furtado e seus acompanhantes ainda esboçaram uma reação, mas foram dominados pelos conspiradores, que o recolheram à fortaleza do Brum, no Recife, à espera da partida da frota que o deportaria para Lisboa. Ao sair do poder desta forma desprimorosa, ele entrava na nossa história e até no nosso vocabulário graças ao apelido que ganhara por haver lançado na capitania a moda dos bigodes tufados, trazida a Portugal pelo marechal-de-campo Armand Friedrich von Schomberg, oficial francês que comandava o exército lusitano nesses derradeiros tempos da guerra contra a Espanha. A alcunha daria origem ao verbo “xumbergar” ou “xumbregar”, que inicialmente teve o sentido de embriagar-se e depois veio a adquirir o de bolinar ou ganhar, sem que se saiba, contudo, fosse o governador afeito a qualquer destas práticas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O episódio da deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado foi narrado por Souchu de

Que não escape ao leitor, como não escapou aos contemporâneos, a gravidade do sucesso. O governador-geral na Bahia ou o governador e capitão-general em Pernambuco ou no Rio de Janeiro não eram apenas a primeira autoridade régia nesses lugares. Aos olhos da população local, eles encarnavam, num sentido muito mais físico do que hoje nos é dado conceber, a própria majestade do senhor D. Afonso VI. Por maiores que fossem os desmandos dos agentes da Coroa, só restava aos povos o recurso de se queixarem a El Rei, fiando-se da sua magnanimidade, sem que lhes assistisse o direito de os depor. Que se podia, contudo, esperar de um ano que continha a cifra fatal de 666, que era a da besta do Apocalipse? Fazendo-se passar pelo verdadeiro Messias, Sabatai Zevi encabeçava, a partir de Esmirna, um vasto movimento de regeneração judaica. Na Itália, em Amsterdã ou Hamburgo, as comunidades israelitas respondiam entusiasticamente e eram imitadas pelos guetos da Europa central.<sup>2</sup> No Reino, cristãos-novos e sebastianistas viviam na expectativa diária de grandes acontecimentos. O padre Antônio Vieira, a quem, por vezes e malgrado o realismo político do “Papel forte”, não escasseava megalomania nacionalista, elaborara toda uma teoria que, combinando as pre-

---

Rennefort, *Mémoires pour servir à l'histoire des Indes Orientales*, Paris, 1688, aqui citado segundo a tradução portuguesa dos capítulos IV-VI por Alfredo de Carvalho, “O marquês de Mondvergue em Pernambuco”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (RIAP), 13 (1908), pp. 630 ss.; Rodolfo Garcia (ed.), “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado, governador de Pernambuco, ano de 1666”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (ABN), 57 (1939), pp. 135-6; e Sebastião da Rocha Pita, *História da América portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro, s.d., pp. 268-9. Para a etimologia de “xumbergas” e de “xumbergar”, Alfredo de Carvalho, *Frases e palavras*, Recife, 1906, pp. 76-80; e F. A. Pereira da Costa, “Vocabulário pernambucano”, RIAP, 34 (1936), s.v. Mendonça Furtado servira no Alentejo sob as ordens de Schomberg na batalha decisiva do Ameixial (1663). Sua nomeação para o governo de Pernambuco deveu-se ao fato de que, alcançada a vitória sobre o exército castelhano, fora-lhe presenteada a missão de levar a boa-nova a D. Afonso VI; conde da Ericeira, *História de Portugal restaurado*, 2ª ed., 4 vols., Porto, 1946, IV, pp. 142, 144. O pai do Xumbergas, Pedro de Mendonça Furtado, fora um dos articuladores da sedição que colocara D. João IV no trono de Portugal, *ibid.*, I, pp. 108, 122. A patente da nomeação de Xumbergas em Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Chancelaria de D. Afonso VI, livro 27, fls. 399-399v.

<sup>2</sup> Gershom Sholem, *Sabbatai Sevi, the mystical Messiah (1626-1676)*, Londres, 1973; Jonathan I. Israel, *European Jewry in the Age of Mercantilism*, 2ª ed., Oxford, 1989, pp. 209-14.



visões escatológicas do Bandarra, o sapateiro de Trancoso, com o advento do Quinto Império anunciado no livro de Daniel, profetizava à Casa de Bragança a missão final de instaurar a unidade universal sob a fé católica.<sup>3</sup> O próprio Xumbergas era adepto fervoroso da doutrina e, em carta escrita de Pernambuco, referia-se “a esta era de 666 em que espero de Sua Divina Bondade dê sucessos a Portugal que possa dar lei a todo o mundo”.<sup>4</sup> No Brasil mesmo experimentava-se uma série de prodígios e calamidades reveladoras, ocorrências inéditas desde os começos da colonização e que, sessenta anos depois, Rocha Pita ainda se comprazia em rememorar: a passagem de um cometa, uma transgressão marítima na Bahia e uma epidemia de bexigas que matara grande quantidade de escravos e arruinara muitos senhores.<sup>5</sup>

Portugal obviamente não deu lei ao mundo. A Câmara de Olinda é que a deu a Mendonça Furtado, ao mandá-lo para a enxovia. Por que se atrevera a tanto? As graves acusações que articulou contra o governador já são as mesmas que, no meio século seguinte, farão parte do elenco de reclamações do poder local contra os funcionários da Coroa. Afrontando a honra dos vassalos, ele administraria como um tirano, interferindo no funcionamento do judiciário, executando dívidas, seqüestrando bens, em especial na fábrica dos engenhos e nos partidos de cana, prendendo e soltando a seu talante, tudo em troca de dinheiro. Outras alegações sensibilizariam mais a Coroa, ao dizerem respeito a irregularidades praticadas contra o erário. Ele teria embolsado um quinhão da receita do chamado “donativo da rainha da Inglaterra e paz de Holanda”, imposto lançado para satisfazer o dote de D. Catarina de Bragança, irmã d’El Rei, casada com Carlos II, e a indenização prevista no tratado de paz com os Países Baixos (1661), pelo qual estes aceitavam a reconquista portuguesa do Brasil holandês. Infringindo o monopólio colonial, Mendonça Furtado teria permitido o comércio com franceses e embarcado por conta própria o pau-brasil pertencente ao estanco régio. Violando outra regalia da Coroa, chegara ao ponto de recunhar moeda no recesso da sua casa.

<sup>3</sup> Raymond Cantel, *Prophétisme et messianisme dans l'oeuvre d'Antonio Vieira*, Paris, 1960.

<sup>4</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC], coleção Conde dos Arcos [CA], códice 31, fls. 144-144v.

<sup>5</sup> Rocha Pita, *História da América portuguesa*, pp. 258-60.

Conivente com devedores da fazenda real, permitira que andassem à solta e passeassem impunemente pelas ruas de Olinda. E como se não fosse bastante, quebrara imunidades eclesiásticas, introduzira ilegalmente um amigo no cargo de ouvidor, desobedecera decisão emanada do vice-rei, conde de Óbidos, e, cúmulo do atrevimento, se teria mancomunado com o comandante de uma frota francesa, o marquês de Mondvergue, para entregar a terra ao Rei Cristianíssimo.<sup>6</sup>

Ao depor Mendonça Furtado, a Câmara de Olinda conferia uma fachada de legitimidade institucional a um ato de força cujos ônus preferia partilhar. As relações da municipalidade com o governador não haviam sido piores do que serão entre a expulsão dos holandeses e a Guerra dos Mascates. É certo que os entreveros com o Xumbergas foram freqüentes: a respeito da posse do Dr. Manuel Diniz da Silva na ouvidoria, acerca dos gastos com as exéquias de D. Luísa de Gusmão, por motivo da cobrança do imposto de 2%, ou ainda no tocante à negligência no registro de ordens governamentais.<sup>7</sup> Na primeira dessas ocasiões, o Xumbergas enviou-lhes carta injuriosa em que os chamava de “frouxos”, por haverem empossado o Dr. Diniz, esquecidos do exemplo de predecessores que se haviam recusado a reconhecer um magistrado que lhes não apresentara a patente régia. Outras vezes, contudo, a disposição dos antagonistas fora francamente conciliatória e até amistosa, podendo mesmo chegar à cumplicidade, circunstância inimaginável meio século depois, no tempo de Castro e Caldas, quando a rivalidade estará como que automatizada.

A cooperação entre a Câmara de Olinda e Mendonça Furtado tornou-se visível, por exemplo, com referência à reforma do exército, matéria em que se achavam de acordo para resistir ao conde de Óbidos. O governador contava, aliás, na governança, isto é, no colégio de pró-homens que se revezavam nas funções municipais, com uma facção que lhe era adicta e que dominou em 1665 a gestão concelhia, apoiando-o no seu conflito com o vice-rei em

<sup>6</sup> Câmaras de Pernambuco a D. Afonso VI, 7.ix.1666; e Câmara de Olinda a D. Afonso VI, 7.ix.1666, Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Papéis avulsos [PA], Pernambuco [Pco.], caixa [cx.] 6; AUC, CA 33, fl. 26.

<sup>7</sup> AUC, CA 31, fls. 112-112v, 116-117v, 139 e 199v-200.



torno da nomeação do ouvidor interino da capitania. Embora os vereadores<sup>8</sup> fossem escolhidos pela cooptação de um grupo restrito, que já começava a auto-intitular-se nobreza da terra, a eleição anual da Câmara não abolia as fronteiras entre camarilhas, que a documentação infelizmente não nos habilita a identificar. Donde o cuidado da Câmara que depôs Mendonça Furtado, a de 1666, em cobrir a retaguarda, queimando os pelouros que guardavam os nomes dos indivíduos que serviriam no ano seguinte e realizando novas eleições que garantiram a manutenção no poder da facção que promovera o golpe de força. Aos edis de 1667, caberá com efeito, pela ameaça e pela violência, inibir o magistrado a quem a Coroa encarregara de apurar a destituição.

A Câmara de 1666 foi manipulada por vários pró-homens da capitania, como João Fernandes Vieira e D. João de Souza, já ressentidos com a nomeação do Xumbergas para o governo, a contrapelo da regra, seguida até então pela Coroa, de designar os capitães-generais entre os restauradores. “E como eram os principais e mais poderosos”, acusava Mendonça Furtado, “foram chamando à sua parcialidade muitos parentes e amigos, alguns dos quais eram os oficiais da Câmara da vila de Olinda”, todos eles, com efeito, gente da açúcarocracia. À conjura, juntaram-se João de Navalhas e Urréia, rico senhor de engenho, muito interessado na arrematação dos contratos de cobrança de impostos, o vigário-geral, o pároco do Recife e o próprio secretário do governo, ademais das câmaras de Igarçu, Itamaracá e Sirinhaém. Mas será contra Fernandes Vieira que o Xumbergas dirigirá particularmente sua artilharia. Exceto pelo traço grosso do rancor, o retrato que fez do madeirense não destoia excessivamente do pintado pela historiografia do período batavo, com mão isenta e erudita. Era notório, assinala, ser Fernandes Vieira

devedor de grandes somas de dinheiro a muitas pessoas, como de fazendas, engenhos e terras, que traz usurpadas violentamente, porque com estas insolências se tem feito poderoso e rico, passando do mais humilde estado ao maior, sendo a sua condição maquinar motins e levantes, ordenando tudo à sua conveniência particular, porquanto por esta se deixou viver entre os

---

<sup>8</sup> Embora no vocabulário do Antigo Regime português os membros eleitos das municipalidades fossem designados por “oficiais da Câmara”, reservando-se o termo “vereadores” a apenas dois desses oficiais, neste livro o utilizamos na acepção ampla, que é a atual.

holandeses, conformando-se com estes não só nos costumes mas na lei, faltando às obrigações de cristão, como é notório. E depois, por se ficar com a fazenda que tinha dos holandeses, se passou ao exército de Vossa Majestade com a capa de zelo, do qual houve tão pouca confiança que se entendeu constantemente no tempo que era rei deste Reino o Senhor Rei D. João [...] que o dito João Fernandes Vieira queria entregar aquela praça a alguns dos príncipes da Europa [...] Se compõe este sujeito das maiores maldades e mais abomináveis vícios que podem vir à consideração, porquanto os latrocínios e violências são sem conta e do mesmo modo os homicídios, pois por qualquer descontentamento, sem temor de Deus, sem respeito às justiças de Vossa Majestade, tem mandado matar e acutillar a muitas pessoas, constituindo-se, com o poder em que se acha, em régulo, sem subordinação nem respeito aos governadores.<sup>9</sup>

A incompatibilidade resultara de que, ao tempo do seu governo de Angola (1658-1661), Fernandes Vieira seqüestrara uma elevada quantidade de fazendas da Índia que um irmão do Xumbergas, Luís de Mendonça Furtado, transportava de Moçambique a Portugal. Como Luís de Mendonça tivesse ganho a demanda que interpusera contra o embargo, Vieira, que devia agora indenizá-lo do vultoso prejuízo, articulara em represália o golpe contra o irmão.<sup>10</sup> Mendonça Furtado estava, aliás, associado às operações comerciais do irmão, o que explicaria também o interesse do próprio Xumbergas em pleitear o governo de Pernambuco, cargo em que demonstrou inegável zelo pelos negócios de Luís de Mendonça. Quando, após a destituição, os oficiais da Câmara varejaram seus aposentos, foram encontrar, segundo o mesmo prejudicado, “grande soma de fazenda assim em dinheiro como prata, ouro, jóias, âmbar, móvel precioso, miudezas de valor, sendo quase toda esta fazenda de seu irmão Luís de Mendonça e do procedido de carregações e encomendas de alguns fidalgos desta Corte, parentes e amigos dele, Jerônimo de Mendonça”.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, pp. 129-31, 134-6 e 138-9.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 136.



Noutra ocasião, tendo recebido ordem régia sobre socorro a Angola, despachara para Luanda barco de propriedade do irmão; e a André Vidal de Negreiros, que então administrava aquela conquista, travestia a providência em ato de dedicação ao serviço d'El Rei, lembrando que uma viagem a Lisboa teria sido bem mais rentável. Daí que intercedesse no sentido de Vidal autorizar o regresso imediato da embarcação ao Brasil, fosse para o Rio, Bahia ou Recife, dando-lhe prioridade no carregamento.<sup>12</sup> Quem diz comércio com Angola em 1666 diz tráfico negreiro em ano de preços altos, devido à epidemia terrível que então se abatera sobre os núcleos coloniais do litoral brasileiro, causando grande mortandade entre os escravos. Haveria realmente o sacrifício financeiro que o Xumbergas alegava? Não se trataria, pelo contrário, de dar uma boa tacada pecuniária? Seria pedir demasiado ao fidalgo português que resistisse à tentação no tocante a uma mercadoria que a consciência moral da época não considerava escabrosa, tanto assim que até um homem do quilate e da formação humanista de João Maurício de Nassau não titubeara em sujar as mãos nessas tenebrosas transações.<sup>13</sup>

Ademais de Fernandes Vieira, Mendonça Furtado acusou “outro semelhante poderoso e igualmente insolente”, o mestre-de-campo D. João de Souza, senhor de engenho e rebento de uma das grandes famílias da capitania. Segundo o governador, D. João negligenciava os deveres do posto, que só utilizava para fins particulares, sendo também devedor relapso dos mercadores do Recife, donde ele, Xumbergas, tê-lo obrigado a pagar certos compromissos, o mesmo fazendo a parentes seus. O governador intrometera-se também nas disputas domésticas do clã em torno da herança paterna, da qual o terceiro morgado, João Pais de Castro, e seu irmão Estêvão Pais procuravam alijar a irmã, a qual, por sua vez, coabitava havia anos com um primo, que se recusava a esposá-la, malgrado os filhos que lhe havia feito. Na sua justificação, Mendonça Furtado alegava haver agido assim “não só para compor as diferenças mas para evitar o escândalo que geralmente havia disto”, como se a vida privada dos pró-homens fosse tolerante do que reputavam interferên-

<sup>12</sup> AUC, CA, 31, fls. 144v-145.

<sup>13</sup> Manuel Calado do Salvador, *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*, 4ª ed., 2 vols., Recife, 1985, I, pp. 234-7.

cia indevida em assuntos que só diziam respeito à ordem patriarcal.<sup>14</sup> Era difícil, porém, para os governadores absterem-se de intervir nessas brigas de famílias principais, devido às conseqüências que podiam acarretar para a ordem pública. Foi assim que outro D. João de Souza, fidalgo português parente do homônimo pernambucano e que governará a capitania nos anos 1680, viu-se na contingência, apesar de seu comedimento e equilíbrio, de interferir no conflito entre D. Maria César, viúva de Fernandes Vieira, e seus irmãos e cunhado, em torno da administração dos bens deixados pelo madeirense, proibindo-lhes o acesso à residência da rica senhora.<sup>15</sup>

Outra iniciativa insólita de Mendonça Furtado e da qual também se gabava consistira em fazer

com que os mercadores e homens tratantes do mar em fora [i.é, tanto os comerciantes estabelecidos na terra como os chamados “volantes” ou negociantes de “ida e volta”, que vinham e voltavam na mesma frota] fossem pagos de suas dívidas, sem dilações e demoras, por entender que estas atrasavam o negócio e diminuía o crédito na praça e a faziam menos reputada, de que resultava não só prejuízo ao bem comum mas à Coroa e à fazenda de Vossa Majestade. Porém, deste zelo louvável, tirou ele, Jerônimo de Mendonça, por gratificação o ódio de muitos moradores, que eram os mais poderosos da dita capitania, porque como estes, de sua criação e por costume, eram dados a não satisfazer as dívidas que contraíam, estranharam ter governador que os obrigasse aos pagamentos.

Por fim, o Xumbergas incluía no rol dos maquinadores outro peixe graúdo, o Dr. Manuel Diniz da Silva, que prendera e despachara para o Reino, sem reconhecer sua patente de nomeação como ouvidor de Pernambuco.<sup>16</sup> De Lisboa, o prejudicado correspondia-se com Fernandes Vieira e

<sup>14</sup> “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, p. 131. Para D. João de Souza, a família Pais Barreto e a disputa a que se refere o governador, Evaldo Cabral de Mello, *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 2000.

<sup>15</sup> AUC, CA, 31, fls. 382v-383.

<sup>16</sup> Enquanto em Portugal a palavra ouvidor designava o magistrado nomeado pelo senhorio jurisdicional, leigo ou eclesiástico, reservando-se o termo de corregedor aos de designação régia,



outros pró-homens, com quem estava aparentado, incentivando-os a destituírem o governador,

e por avisos seus, que se fizeram públicos, se espalhou que Vossa Majestade mandava prender a ele, Jerônimo de Mendonça, e o havia deposto; e que os moradores o não deviam obedecer e [sim] expulsá-lo do governo e que tudo o que obrassem contra ele havia de ser bem aceito, porque os ministros do governo e os que [...] naquele tempo eram mais poderosos insinuaram não seria mal recebida a tal resolução. E estes ditos em partes remotas não deixam de mover muito e no caso presente se entendeu constantemente que com eles se levantaram mais facilmente os ditos levantados a tratar e maquinarem a conspiração que se tem referido.<sup>17</sup>

Mendonça Furtado, contudo, eximia-se de explicar suas razões contra o Dr. Diniz. Ambos haviam chegado juntos a Pernambuco, onde a ouvidoria era exercida pelo Dr. Leonardo de Azevedo Mota, que não completara ainda o triênio do estilo. O Dr. Diniz fora nomeado sem o conhecimento do Conselho Ultramarino, contrariamente, portanto, ao que passara a exigir ordem régia de dois anos antes. O Desembargo do Paço incumbira o novo ouvidor de prender o antecessor que, circunstância já por si excepcional, achava-se homiziado no convento do Carmo de Olinda, restabelecendo-se de um ferimento. Segundo o governador, o Dr. Diniz começara a atuar de maneira desastrada, cometendo exorbitâncias, como a de levantar vara sem estar empossado, para o que contava, aliás, com expressa autorização régia, fato que o Xumbergas ignorava. Ademais, o Dr. Diniz tentara capturar o colega no próprio convento, fingindo visita de cortesia, logo convertida em batida policial em que se revistaram as celas, apreendendo-se a prata e o dinheiro que os frades guardavam. Mendonça Furtado, imiscuindo-se em contenda que não lhe dizia respeito, intimara o Dr. Diniz a desistir, mas este reagiu, reunindo povo e tumultuando o Recife, aos brados de “Não há aqui povo que acuda por uns ministros d’El Rei?”. Como não houvesse, deu por finda a assuada. O Xum-

---

no Brasil, como legado da fase donatarial, mantivera-se o de ouvidor mesmo para os juízes da Coroa. A voz corregedor indicava apenas o ouvidor em viagem de correição a comarca subordinada.

<sup>17</sup> “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, pp. 129-30 e 139.



bergas o fez prender; e porque o Dr. Azevedo Mota continuasse acoitado entre os carmelitas, proibiu-lhe também ocupar o cargo, designando o juiz mais velho da Câmara para substituí-lo interinamente, como era de praxe. Quando a frota de 1664 velejou para o Reino, levava a bordo ambos os magistrados, um na condição de prisioneiro, outro, na de clandestino.

Na interinidade da ouvidoria, Mendonça Furtado ficava com o campo livre para nomear um amigote, o Dr. Francisco Franco Quaresma, que havia ocupado a procuradoria da Coroa em Pernambuco, cargo em que teria cometido sérias irregularidades. A designação, que devia vigorar de imediato, dependia, contudo, da confirmação do governo-geral na Bahia. Para compreender os problemas do Xumbergas, torna-se indispensável ter em mente as difíceis relações que, desde a expulsão dos holandeses, os governadores da capitania mantinham com os governadores-gerais. O vice-rei, conde de Óbidos, discordou vivamente do provimento de Franco Quaresma, nomeando seu próprio protegido, o Dr. Manuel de Freitas Reis, que já se achava na terra no gozo de rendoso ofício que lhe presenteara o padrinho. Em carta a Mendonça Furtado, Óbidos verberou “estes arrojamentos em que Vosmecê se despenha”, pois a competência da substituição interina era um dos pontos de discórdia entre Olinda e Salvador. O Xumbergas replicou aos argumentos, produtos da “desafeição com que julga todas as minhas ações”, de vez que tinha poder para tanto até o recebimento da provisão do governador-geral, como demonstravam as nomeações feitas pelos seus antecessores.<sup>18</sup> E como não tinha papas na língua, Mendonça Furtado cominou Óbidos a advertir seu secretário que “vá mais atento nas provisões e ordens que falarem comigo”.

Da boca para fora, curvava-se à indicação de Freitas Reis, “porque”, assinalava numa farpa penetrante, “como só procuro que se não falte à justiça, não me inclino às pessoas, porque se assim fora acomodara [i.é, nomeara] aos meus criados, sem o receio de se me estranhar, pois nisso imitava a Vossa Senhoria”. Contudo, por baixo do pano, aliciou a Câmara de Olinda, que se insurgiu contra a nomeação, recusando-se a empossar o indicado sem que o

<sup>18</sup> *Informação geral da capitania de Pernambuco (1749)*, Rio de Janeiro, 1908, p. 334; *Documentos históricos*, 9, pp. 187, 193-5, 197-8; AUC, CA, 31, fls. 125v-127, 134v-135.

juiz ordinário assumisse, de maneira a criar a desorganização judiciária que efetivamente sobreveio. Ao cabo de seis meses, o vice-rei não respondera. Foi assim que, em maio de 1665, os vereadores solicitaram, e o Xumbergas prazerosamente aceitou, que Franco Quaresma regressasse ao posto, o qual exerceu até a deposição do seu protetor no ano seguinte, quando a nova Câmara deu finalmente posse ao nomeado do governador-geral.<sup>19</sup> A hostilidade de Óbidos custará, aliás, bem mais caro a Mendonça Furtado do que os arreganhos dos pró-homens ou os manejos lisboetas do Dr. Diniz.

A animosidade entre vice-rei e governador viera à tona logo à chegada do Xumbergas a Pernambuco, o que permite supor que tivesse a ver com velhas rixas, quem sabe de família, ou então com as lutas de facção em que a nobreza se entrededorou no reinado de D. Afonso VI, cindido entre partidários e adversários do válido conde de Castel Melhor. Há boas razões para crer que Óbidos deu à Câmara de Olinda e aos pró-homens o sinal verde para a deposição do Xumbergas. Vinte anos decorridos do acontecimento, o governador-geral D. Matias da Cunha observará, a respeito de outra crise sucessória na capitania, haver Óbidos agido então com “dissimulação misteriosa”.<sup>20</sup> O disfarce consistiu em que o ato de força foi praticado por intermédio do poder local, não por força armada vinda da Bahia, de maneira a evitar os embaraços em que, anos antes, metera-se Francisco Barreto de Menezes na sua tentativa contra André Vidal. Não se cometa, contudo, a ingenuidade de supor que, nestes conflitos de jurisdição, os governadores tivessem em vista a preservação da autonomia pernambucana, pois não possuíam, na sua condição de reinóis e de militares, sem vínculos de parentesco ou de fortuna na terra, razão alguma de se identificarem com ela. Tudo o que eles sustentavam era a manutenção das próprias competências, sobretudo do direito de nomear, o que não impedia, entretanto, que esporadicamente as franquias locais pudessem sair reforçadas dessas escaramuças burocráticas.

<sup>19</sup> AUC, CA, 31, fls. 22v, 112-114v, 116, 117-117v, 121-121v; a autorização régia para que o Dr. Diniz levantasse vara antes de empossar-se, em Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva (orgs.), *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, 2 vols., Coimbra, 1955-1958, I, p. 188.

<sup>20</sup> *Documentos históricos*, 10, p. 303.



À incompatibilidade pessoal e à disputa jurisdicional, somava-se a missão de que fora investido D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos, sobrinho d'El Rei, fidalgo da primeira nobreza do Reino e que gozava na Corte de uma influência incomparavelmente maior que o seu antecessor, Francisco Barreto. Basta dizer que, deposto na Índia, vira-se recompensado, com o mesmo título de vice-rei, com o governo-geral do Brasil, sendo incumbido de ampliar os poderes do cargo, subordinando ao governo central as diversas partes da América portuguesa, subordinação comprometida pela guerra holandesa. A execução das ordens régias ficava dependente do seu “cumpra-se”; os capitães-mores que governavam as capitanias menores passavam a ser diretamente sujeitos à Bahia, sem a intermediação dos governadores de Pernambuco ou do Rio de Janeiro, a quem Óbidos tratou de recordar suas obrigações bem como os limites das suas áreas de atuação. Tratava-se de medidas centralizadoras como não se haviam tomado no Brasil desde a criação do governo-geral (1549). Segundo Óbidos, os Correia de Sá no sul e os governadores de Pernambuco no norte haviam esfacelado a autoridade do governador-geral, estado de coisas inaceitável a que D. Afonso VI o encarregara de pôr cobro.<sup>21</sup> Brito Freyre, cujo triênio terminava então em Olinda e que nunca escondera certo rédio de intelectual por esse gênero de quizílias, logo assegurou ao conde sua disposição de cumprir fielmente as ordens da Bahia, ordens que, aduzia no seu estilo barroco e cortesão, eram “para o Brasil de vice-rei e de rei para a minha estimação”.<sup>22</sup>

Óbidos não podia perdoar a acrimônia com que o Xumbergas punha em dúvida até mesmo sua honra. Ao lado das insinuações veladas, do tipo “aceitei este despacho [i.é, nomeação] para merecer muito a Sua Majestade e não [para] me pagar do que lhe tenho merecido”, não faltavam as incriminações frontais em que o arrebatamento do indivíduo levava a melhor sobre o autocontrole do fidalgo. Ele, Mendonça Furtado, não só cumpria estritamente as ordens régias como era tão razoável que por cima atendia também as que relevavam exclusivamente do interesse particular do vice-rei, como “os estancos

<sup>21</sup> AUC, CA, 31, fls. 94v-96.

<sup>22</sup> *Ibid.*, fls. 75v-76.



[i.é, os monopólios] que Vossa Senhoria aqui mandou pôr para se venderem os seus vinhos ou vinagres”, concordando até mesmo em que Óbidos preenchesse com seus apaniguados os ofícios que vagavam na capitania. Se remetera o Dr. Diniz para o Reino, fora para evitar que o ouvidor lhe fizesse o mesmo, “e mais estando eu escarmentado pelo que a Vossa Senhoria sucedeu na Índia”, flecha venenosa alusiva à deposição de Óbidos em Goa.<sup>23</sup> O problema parecia claro: o Xumbergas tornara-se o grande desafio à sua autoridade e ao projeto centralizador, que docilmente acatara o governador do Rio, Pedro de Melo. Que fazer com esse subordinado que o atacava na própria correspondência oficial, divulgada pela indiscrição dos amanuenses da secretaria do governo central, para pasto da maledicência baiana? Em substância, o vice-rei enfrentava o mesmo desafio que André Vidal opusera a Francisco Barreto, com a diferença de que este não recebia missivas injuriosas. Mas toda dissimulação era pouca quando se tinha em mente o conflito anterior, em que a Coroa dera razão ao governador de Pernambuco.

Nos vinte anos que se seguiram à restauração do domínio português, as relações entre os governadores da capitania e os governadores-gerais haviam sido sempre de desconfiança, quando não de hostilidade declarada. Governar significava nomear, o que constituía fonte substancial de poder e também de renda, pois freqüentemente os cargos eram, por baixo do pano, literalmente comprados pelos interessados não legalmente à Coroa, como na França, mas ilegalmente aos governadores. Por trás de linhas jurisdicionais propositadamente indefinidas ou mal definidas, exercia-se a pressão incessante de clientelas vorazes de amigos, protegidos, fâmulos ou meros recomendados em busca de colocação no Brasil. O sucessor do Xumbergas, Bernardo de Miranda Henriques, que se envolverá também em disputas com o governador-geral Alexandre de Souza Freire, descreverá nestes termos as competências do governador de Pernambuco em matéria de nomeações:

Todos os meus antecessores e eu até este tempo proveram todos os postos da ordenança por patentes suas até serem confirmadas pela mão real; e

<sup>23</sup> *Ibid.*, fls. 120v, 125v-127. Para a deposição de Óbidos como vice-rei da Índia (1653), ver George D. Winius, *The fatal history of Portuguese Ceylon*, Cambridge, 1971, pp. 133-9.

nos ofícios políticos [i.é, civis] proviam as serventias deles enquanto o governador [geral] o não fazia. E não só nos tempos em que estas capitanias são da jurisdição real mas ainda em tempo que eram de donatários faziam os mesmos provimentos os capitães-mores [i.é, os locotenentes do donatário] que nelas havia. Esta dúvida é já muito antiga entre os governadores-gerais e os destas capitanias; e uns e outros recorreram com as razões que tinham à resolução real pelo Conselho Ultramarino; e enquanto esta não chegar sempre padecerão a mesma dúvida.<sup>24</sup>

A solução só será dada pelo regimento dos governadores de Pernambuco (1670), que confirmou *grosso modo* a prática seguida: o governador proveria os ofícios de justiça e fazenda durante o primeiro trimestre que se seguisse à vacância, comunicando imediatamente o fato ao governador-geral, que poderia confirmar os nomeados ou designar outros, o interino exercendo a função na dependência final da confirmação régia. Quanto aos cargos militares, o governador proveria os da milícia e ordenanças, sujeitos apenas à confirmação régia, que era *pro forma* neste caso. A indicação para os postos de primeira linha ficava, porém, na exclusiva jurisdição do governador-geral, exceto os de mestre-de-campo, de exclusiva nomeação régia.<sup>25</sup>

O confronto inicial, e também o mais grave, verificou-se durante o primeiro governo de André Vidal de Negreiros. Francisco Barreto de Menezes comandara as tropas luso-brasileiras durante a guerra da restauração, tendo Vidal por subordinado. Após a capitulação batava, El Rei o manteve no governo de Pernambuco, promovendo-o, em seguida, a governador-geral na Bahia. Durante a guerra, Barreto acumulara, sem sujeição a Salvador, o comando militar e político não só da capitania duartina, mas de todas as demais que haviam constituído o Brasil holandês, razão pela qual, por sua vez,

<sup>24</sup> Bernardo de Miranda Henriques ao regente D. Pedro, 20.iv.1669, AHU, PA, Pco., cx. 6. A carta contém anexa uma relação dos cargos civis e militares providos pelos governadores de Pernambuco entre a administração de Francisco Barreto e a segunda de André Vidal de Negreiros (1666-1667).

<sup>25</sup> “Regimentos dos governadores da capitania de Pernambuco”, *Informação geral*, pp. 7-8; e *Documentos históricos*, 6, p. 395.



André Vidal pretendia haver assumido todos esses poderes, ignorando as ordens de Barreto, inclusive a que revogara sua decisão de trazer de volta a sede do governo, do Recife para o velho burgo. Solicitada a arbitrar, a Coroa não se manifestou. Com as costas quentes da Relação da Bahia, Barreto resolveu intervir, enviando força armada a Pernambuco e suspendendo André Vidal, que tratou de resistir militarmente, com o apoio da Câmara de Olinda. A expedição baiana foi um fiasco. A regente, D. Luísa de Gusmão, repreendeu o governador-geral por suscitar “tumultos e guerras civis entre meus vassallos”, e mandou que a tropa regressasse a Salvador, deixando as coisas no estado em que se achavam antes da intervenção, à espera de decisão final sobre a disputa.<sup>26</sup>

A Francisco Barreto, que não teria podido contar com a coadjuvação da Câmara de Olinda para o golpe de mão contra André Vidal, só restara recorrer à tropa. Óbidos, cortesão experiente, enfrentando governador detestado e inábil, não precisou ir tão longe. Ter-lhe-á bastado mobilizar os poderes locais, sabe Deus como, o que o historiador ignora. A esse respeito, o depoimento do Xumbergas, transcrito anteriormente, fornece uma pista quando acusa o Dr. Diniz de informar de Lisboa para Pernambuco que El Rei “mandava prender a ele, Jerônimo de Mendonça, e o havia deposto”; e mais: que “tudo o que obrassem contra ele havia de ser bem aceito, porque os ministros do governo e os que se entendia naquele tempo eram mais poderosos insinuaram não seria mal recebida a tal resolução”.<sup>27</sup> Trata-se de alusão ao conde de Castel Melhor ou à sua *clique*, com que se apalavrara Óbidos, ao arrepio da autoridade do Conselho Ultramarino, mantido na ignorância do complô. Nesta ordem de idéias, a completa inação em que mergulhou o vice-rei entre o regresso de Franco Quaresma à ouvidoria, em maio de 1665, e a deposição do governador, em agosto do ano seguinte, parece coincidir, de maneira intrigante, com o tempo equivalente à viagem de ida e volta da frota anual.

Cabe aduzir que, ao marquês de Mondvergue, os oficiais da Câmara disseram haverem atuado a mando ou com autorização d’El Rei. E narra

<sup>26</sup> A única exposição abrangente da disputa entre Barreto e Vidal encontra-se em Vera Lúcia Costa Acióli, *Jurisdição e conflitos*, Recife, 1989, pp. 84-92.

<sup>27</sup> “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, p. 139.



Mendonça Furtado que, tendo advertido o juiz ordinário, no momento da prisão, de que “era seu governador e que se não deviam haver com ele com aqueles termos”, foi-lhe respondido que “tinham ordens de Vossa Majestade para fazer a tal prisão”. Assim, segundo Mendonça Furtado, o juiz ordinário invocara apenas a real ordem, sem pronunciar a fórmula, que depois Rocha Pita ampliará, de praticar o ato não só “em nome d’El Rei” mas também “da nobreza e do povo de Pernambuco”.<sup>28</sup> Que não houve ordem régia ao menos escrita, deduz-se da circunstância de que a Coroa mandará devassar o episódio em duas diferentes ocasiões, logo após o ocorrido e, muitos anos depois, no governo de Câmara Coutinho. Mas que houve incentivo de altos funcionários em Lisboa é mais que provável, cumprindo lembrar neste contexto que empreitadas bem mais sérias, como a reconquista de Angola em 1648 e o bloqueio do Recife em 1654, haviam sido autorizadas verbalmente por D. João IV.

Quando da disputa entre Barreto e Vidal, a Coroa prometera solucionar a pendenga jurisdicional, o que demoraria a cumprir, só o fazendo até 1670 casuisticamente e sob a pressão dos acontecimentos. A nomeação do sucessor de André Vidal, Francisco de Brito Freyre, não consagrara qualquer modificação das competências, inclusive territoriais, do governador de Pernambuco, o qual, por conseguinte, continuava a exercê-las sobre as demais capitanias que haviam constituído o Brasil holandês. Antes da sua partida para o Brasil, Brito Freyre procurara inteirar-se da extensão dessas prerrogativas, sendo-lhe respondido que seriam as mesmas de André Vidal, “e só me lembraram que a [subordinação] do Ceará se entendia enquanto daqui fosse socorrida, por tocar ao distrito do Maranhão”. Devido à proximidade, a dependência de tais capitanias a Pernambuco parecia-lhe fazer mais sentido do que sua sujeição direta a Salvador, redundando em reforço do poder da Coroa. Como Francisco Barreto não se deixou persuadir, Brito Freyre assumiu atitude conciliatória. Embora convencido dos seus direitos, mostrou-se pronto a sacrificá-los num gesto de boa vontade, concordando em acatar as nomeações do governador-geral para que “dê exemplos aos tambores da Bahia o

<sup>28</sup> “O marquês de Mondvergue em Pernambuco”, p. 639; “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, p. 136; Rocha Pita, *História da América portuguesa*, p. 269.

governador de Pernambuco”. Mas como semelhante desprendimento pudesse confirmar a suspeita de ter a ambição de suceder Barreto, apressou-se em protestar que “já a fortuna me lançou neste [governo], e a seis anos de Brasil me não obrigarão todos os interesses dele”, isto é, do cargo supremo da colônia. De qualquer maneira, não tencionava repisar monótonas querelas de jurisdição, que nasciam apenas “da ordinária e teimosa porfia de não perder ninguém, antes adiantarem muito a que lhes toca”.<sup>29</sup>

Prudência que vinha a calhar, pois nessas questões Barreto era de uma intransigência vingativa, como indica seu desentendimento com Salvador de Sá acerca dos poderes do governo do Rio de Janeiro. Quando em fins de 1666 estalara ali uma revolta contra o governador, Barreto não movera uma palha em seu favor; e mais: ao fazer escala em Salvador a frota anual vinda do Reino, aconselhou seu comandante a não intervir na briga uma vez chegado ao Rio, conselho que, aliás, não foi seguido.<sup>30</sup> Ora, em Pernambuco, Brito Freyre enfrentava o descontentamento com o “donativo da rainha da Inglaterra e paz de Holanda” e com a assinatura do tratado com os Países Baixos, o qual ressuscitara o fantasma do reembolso das dívidas contraídas pelos pró-homens da terra com os neerlandeses. Capitaneava os insatisfeitos João Fernandes Vieira, que, devedor de mundos e fundos aos batavos, se recusava a pagar o novo imposto, alegando a fortuna pessoal que despendera na guerra da restauração e lembrando a Lisboa que a revolta anti-holandesa fora empreendida contra a promessa de D. João IV de que os moradores ficariam livres dos compromissos financeiros para com os antigos colonizadores. Ademais, teria espalhado cartas anônimas às Câmaras e às pessoas mais poderosas da capitania, concitando-as a se rebelarem, caso a Coroa quisesse obrigá-las ao pagamento.<sup>31</sup>

Francisco Barreto não fora, aliás, o único a rejeitar o alcance das competências de Brito Freyre. O mesmo faziam os capitães-mores da Paraíba e de

<sup>29</sup> AUC, CA, 31, fls. 46, 54-54v.

<sup>30</sup> C. R. Boxer, *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*, Londres, 1952, pp. 320-4.

<sup>31</sup> Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira*, 2 vols., Recife, 1956, II, pp. 250-6; “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, p. 130.



Itamaracá, que só queriam reconhecer a autoridade do governo-geral, de modo a ampliar as suas. Capitania donatarial como Pernambuco até a ocupação holandesa, Itamaracá achara-se, após a restauração, incorporada também ao patrimônio da Coroa. No caso da Paraíba, capitania real desde a fundação, seu *statu* fora deixado indefinido por El Rei. Havendo Brito Freyre sugerido, ainda em Lisboa, que ela fosse expressamente mencionada, na patente que o nomeava, entre as capitanias anexas ao seu governo, retrucaram-lhe ser a referência redundante em vista da posição paraibana entre o Rio Grande e Itamaracá, explicação que soa como arдил para embair o governador ou artifício de burocrata temeroso de pôr o preto no branco. Não tardou que o capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, promovesse motim contra Brito Freyre, incentivado por facção da Câmara local, que manipulava a desmedida vaidade deste “inocente varão”, a ponto de organizar uma procissão do Corpo de Cristo com dois pálios, um para o Crucificado, outro, que não passava de “um grande chapéu-de-sol”, para o capitão-mor. De modo que, concluía Brito Freyre, “como até com Nosso Senhor Jesus Cristo se iguala em pálios, pouco fez em se medir comigo nas senhorias”.

Mas como “se bem não penteio cãs, tenho experiências para não cair em bisonharias”, Brito Freyre tratou de reforçar a guarnição da Paraíba com tropa pernambucana, de mandar tirar devassa do alvoroço, fazendo prender os culpados, ao passo que, para evidenciar a subordinação da capitania, passava revista à guarnição paraibana em Pernambuco. As pretensões de Matias de Albuquerque Maranhão foram obviamente apoiadas por Francisco Barreto, a quem o capitão-mor não teve dificuldade em persuadir de que à autoridade do governador-geral convinha “haver muitos inferiores imediatos só a ele, como introduzindo no Brasil aos sobas de Angola”, segundo o mesmo Brito Freyre. Ambições semelhantes tinham de despontar no capitão-mor de Itamaracá. Contra ele, sem parentela ou clientela suficientemente fortes, o governador de Pernambuco agiu duramente, encarcerando-o no Recife. Restituído ao cargo, Roque Ferreira reincidiu nas veleidades autonomistas, suspendendo oficiais de milícia nomeados por Brito Freyre. Finalmente, a Coroa desligou o Rio Grande e a Paraíba da sujeição a Pernambuco (1662), graças, ainda segundo Brito Freyre, às manobras de “algum ministro do Conselho Ultramarino, obrigado do amor da pátria”, alusão transparente ao Dr. Feliciano Dourado, paraibano de nascença, o qual, apesar de mazombo, fazia



brilhante carreira, primeiro nas embaixadas em Haia e Paris, depois nos conselhos de Sua Majestade.<sup>32</sup>

A Brito Freyre ou a quem quer que ocupasse seu lugar, era impossível alhear-se de todo, mesmo se o desejasse, a uma contenda que se enraizava na competição clientelística. Até a chegada do conde de Óbidos, a confirmação pelo governador-geral das nomeações feitas pelo governador de Pernambuco fora puramente *pro forma*. O vice-rei, contudo, resolveu mudar a prática como parte da centralização que lhe fora confiada, recusando duas dessas designações e substituindo os nomeados por protegidos seus da Bahia. Brito Freyre reclamou, assinalando que, já ao tempo da guerra holandesa, Matias de Albuquerque, D. Luís de Rojas y Borja e o conde de Bagnuolo, que haviam sucessivamente governado, tinham provido postos militares sem interferência do governo-geral. Posteriormente, nem Vila Pouca de Aguiar nem Castel Melhor nem Atouguia, antecessores de Óbidos, haviam levantado qualquer dificuldade aos despachos de Francisco Barreto em Pernambuco; e que quando este não quisesse dispensar a André Vidal semelhante tratamento, fora desautorizado pela Coroa.<sup>33</sup>

A provisão que designara Óbidos vice-rei ampliara seus poderes, sem, contudo, cortar o nó górdio. Daí que reagisse com mais rudeza às ponderações polidas de Brito Freyre do que fará aos rompantes de marialva do Xumbergas: “com a minha vinda a este Estado [do Brasil], têm as coisas diferentes termos e está todo o governo dele sujeito às minhas ordens”. Conseqüentemente, “nenhuma serventia se há-de prover mais que neste governo [geral] e Vossa Mercê o tenha assim entendido”. Os precedentes não se justificavam, já que Matias de Albuquerque exercera a superintendência da guerra e que Rojas, Bagnuolo e Francisco Barreto tinham a patente de mestre-de-campo general. Quanto ao exemplo de André Vidal, melhor não invocá-lo pois faltara às suas obrigações, desafiando Barreto sob influências ocultas que Brito Freyre muito bem conheceria, mas que ele, missivista, calava, menção pro-

<sup>32</sup> AUC, CA, 31, fls. 46, 51-2, 55, 73v, 78-79v, 80-81v, 86-86v; e *Documentos históricos*, 4, pp. 405-8. Para a desanexação da Paraíba, AHU, códice 16, fls. 27v-28v. Ver também a respeito Vera Lúcia Costa Acióli, *Jurisdição e conflitos*, pp. 94-5.

<sup>33</sup> AUC, CA, 31, fls. 99-100v.

vável a Fernandes Vieira. Tendo afirmado a supremacia do governo-geral, o vice-rei, numa deferência pessoal a Brito Freyre, abriu a exceção em seu benefício de consultá-lo nas nomeações para os cargos da milícia, justiça e fazenda da capitania; a qual, frisava, não se devia estender a seus sucessores.<sup>34</sup>

Mendonça Furtado e Óbidos também se enfrentaram a propósito de Itamaracá, não mencionada na patente de nomeação do Xumbergas, a qual se restringira a sanar a disputa acerca da Paraíba e do Rio Grande, expressamente excluídos da sua jurisdição. Sustentava Mendonça Furtado que a omissão equivalia ao reconhecimento dos seus poderes naquela capitania. Formulada pelos funcionários da Bahia no propósito de anular as franquias dos governadores, a teoria defendida por Óbidos pretendia que, por ambição de mando, os capitães-gerais do Pernambuco *post bellum* teriam intencionalmente confundido o governo misto, civil e militar, que Francisco Barreto exercera ao tempo da guerra holandesa, na sua qualidade de mestre-de-campo general do Estado do Brasil e como governador de Pernambuco, quando, na realidade, só possuíam este último. Havendo Itamaracá vivido sempre isenta de Pernambuco no período *ante bellum*, não poderia ser-lhe agora subordinada devido ao seu recém-adquirido *statu* de capitania régia. Segundo Óbidos, por “capitanias anexas” devia-se entender apenas o rio de São Francisco, isto é, a área em torno da atual Penedo; as Alagoas do norte e do sul; Porto Calvo; e Sirinhaém, que “por terem capitães-mores se reputam capitanias”.

Argumento capcioso e até risível, ao jogar com o duplo sentido em que era empregada a palavra “capitania”, o segundo, menos usual, designando o distrito onde comandava o capitão-mor da milícia. Nesta hipótese, por que Igarapu, a Várzea, o Cabo, a Muribeca não seriam também “capitanias anexas”? Como estes, aqueles distritos haviam sido sempre parte integrante do território pernambucano, como definido pela carta de doação de D. João III a Duarte Coelho (1532). O Xumbergas apontava, aliás, a enganosa premissa em que se fundava o arrazoado de Óbidos, embora fosse confessadamente

---

<sup>34</sup> *Documentos históricos*, 9, pp. 123-4, 133-7. A opinião de Óbidos acerca do comportamento de André Vidal parece, pelo menos, curiosa, quando se sabe que, pouco tempo depois, fará apelo à sua fidelidade à Coroa para convencê-lo a assumir pela segunda vez o governo de Pernambuco, vago pela deposição do Xumbergas.



avesso, pela sua formação castrense, a sutilezas jurídicas. No período donatário, os capitães-mores de Itamaracá eram nomeados pelos donatários, que não lhes podiam delegar maiores competências que as reconhecidas pela doação régia. Bem diversa era a situação agora, quando ambas as capitanias estavam na posse de quem, como El Rei, “pode dar o que quiser”. Sua Majestade era tão livre para sujeitar Itamaracá a Pernambuco quanto fora para doá-la a Pero Lopes de Souza.<sup>35</sup>

Passando dos argumentos aos fatos, Óbidos intimou Mendonça Furtado a abster-se de praticar quaisquer atos administrativos em Itamaracá e escreveu às autoridades locais no sentido de ignorarem as ordens do governador, como que empunhando “numa mão o cetro e na outra a lança com misto império”, segundo o comentário jocoso do Xumbergas. Este teve, aliás, uma reação inicialmente moderada, enviando sua patente para que o vice-rei se desse conta do seu direito. Não viera ao Brasil, escrevia, “pleitear jurisdições e mais quando entendi que a maior que eu podia desejar era vir a ser súdito de Vossa Excelência”, assinando-se “primo e cativo” do destinatário. Mas como Óbidos subisse o tom, propôs-lhe que ficasse cada qual com sua interpretação à espera da decisão régia, dando por encerrada a correspondência que não fosse estritamente oficial, visto que o conde “se não cansa de cansar-me com toques e remoques”. A terceiros, ele se queixaria de que Óbidos não lhe respondera sequer a carta de cumprimentos que lhe enviara ao chegar a Pernambuco; e que, na questão de Itamaracá como em outras, quisera tratá-lo “menos que seu cabo de esquadra”. Por sua vez, o vice-rei apelou, em nome dos laços de amizade e parentesco, para os bons ofícios de Luís de Mendonça Furtado, que então se encontrava no Recife. Ao próprio Xumbergas, sugeriu que se aconselhasse com o irmão, desencorajando os que “de fora hão-de procurar atijar a encorulhada”. As gestões não tiveram o menor efeito. Recorreu, por fim, a Pedro de Melo, o qual, contentando-se em ser apenas governador do Rio de Janeiro, desistira das pretensões do seu antecessor so-

<sup>35</sup> Para o contencioso de Itamaracá, AUC, CA, 31, fls. 178v-181, 217-217v; *Documentos históricos*, 9, pp. 164-7, 175, 183-4, 206-7. No período colonial, o topônimo Itamaracá designava não só a ilha homônima como também a capitania a que dera o nome e que se estendia a oeste pela “terra firme”, isto é, pelo continente. Neste livro, Itamaracá, sem qualificação, refere-se sempre à capitania.



bre as capitanias do sul. Apesar de velho companheiro de armas de Mendonça Furtado na fronteira do Alentejo, ele tampouco teve êxito.<sup>36</sup>

Em Itamaracá a autoridade do Xumbergas era pouco segura, pois a Câmara local mostrava-se a principal interessada em readquirir a antiga autonomia. Quando o vice-rei passou-lhe provisão para que se procedesse nela e não no Recife, como até então se fizera por conveniência da fazenda real, a arrematação dos contratos de impostos da capitania, Mendonça Furtado despachou um contingente do exército, que deveria impedir a execução de ordem alguma sem o seu “cumpra-se”. Nos vereadores, passou tremenda decompostura, ameaçando declará-los “fâmulos”, ou criados, do vice-rei em lugar de vassalos de Sua Majestade, ficando passíveis, por conseguinte, da punição prevista para o crime de inconfidência. Ao capitão-mor, caso não se emendasse, prometia dar com ele “numa prisão donde não há-de sair enquanto eu governar Pernambuco”; e o provedor também levou sua repreensão. Malgrado o descomedimento com que o Xumbergas agia, sua posição era processualmente correta, tanto assim que será a adotada, em circunstâncias idênticas, pelo governador Fernão de Souza Coutinho, que era a ponderação em pessoa. Se Itamaracá desejava reaver sua autonomia, deveria obtê-la não da Bahia mas de Lisboa, pois só El Rei poderia devolvê-la; na inexistência de resolução da Coroa, teria de viver sob a tutela pernambucana. Na previsão da resistência das autoridades, Mendonça Furtado ordenou prendê-las e levá-las para o Recife, de onde seriam despachadas à metrópole, a fim de darem conta pessoalmente das razões da desobediência. A Câmara cedeu.<sup>37</sup>

Novo atrito nasceu da tentativa de Óbidos de passar por cima da autoridade do Xumbergas na margem pernambucana do baixo São Francisco. Desde 1654, fora mantida a guarnição de Penedo com os efetivos mínimos indispensáveis à preservação da ordem numa região cuja soltura de costumes já era proverbial, ademais de vulnerável aos assaltos dos quilombolas dos Palmares e dos piratas que desejassem utilizar seus ancoradouros. Especializada na criação de gado e numa precária lavoura de fumo e de subsistência, a hinterlândia de Penedo mantinha com Salvador relações comerciais mais estreitas

<sup>36</sup> AUC, CA, 31, fls. 135v-136v; *Documentos históricos*, 9, pp. 154-6, 172, 188-9.

<sup>37</sup> AUC, CA, 31, fls. 178v-181. Ver também *Documentos históricos*, 10, p. 27.

do que com o Recife. Havendo certo afazendado local residente na Bahia reclamado a Óbidos contra as violências dos soldados na percepção de impostos atrasados, com a apreensão de escravo seu, o vice-rei resolveu tomar as dores do ofendido: ordenou a restituição do cativo, convocou a Salvador a Câmara de Penedo e dissolveu a guarnição com o argumento de que só servia para “as cobranças do negócio do governador Jerônimo de Mendonça”. O protesto do Xumbergas não foi menos violento que os anteriores, razão não lhe faltando, aliás, neste caso em que Óbidos excedera-se, louvando-se apenas em petição de uma das partes. Ele, Mendonça Furtado, não conservara a guarnição do São Francisco por conveniências pessoais, pois “nem eu tenho tavernas” (a bandarilha visava Óbidos) nem costumava fazer estanques. Se o prejudicado houvesse recorrido a ele, já o preto lhe teria sido restituído, evitando-se, outra bandarilha, “os estrondos de mandar ir uma Câmara a essa cidade, como se houvesse delinqüido em algum crime contra o serviço de Sua Majestade”.

No futuro, que Óbidos não se abalançasse a atropelar sua jurisdição, pois levaria o assunto ao conhecimento d’El Rei, cujos ministros bem sabiam que, terceira farpa, “quando vim, não trouxe carregações nem coisa de negócio que seja meu”. E a Lisboa representou com efeito que o conde tratava-o com “pouco respeito”, buscando “tirar-lhe todo o domínio que tinha naquelas capitânias”, pelo que solicitava fosse advertido da obrigação de transmitir-lhe, para sua prévia chancela, as ordens alusivas a Pernambuco. O Conselho Ultramarino deu-lhe razão: o vice-rei deveria ater-se à prática havia muito consagrada no governo-geral do Brasil, merecendo ser repreendido por emprazar a Câmara de Penedo, que agira dentro da lei ao negar a restituição de um escravo penhorado pela fazenda real. Quanto à guarnição, propunha o Conselho que se recolhesse ao Recife. Mas antes de decidir-se, D. Afonso VI, ou antes, Castel Melhor, que reinava por ele, preferiu esperar pela versão de Óbidos. Era evidente não haver intenção de desautorizá-lo.<sup>38</sup>

Ainda outro motivo de confrontação entre Mendonça Furtado e Óbidos teve a ver com a reorganização do exército de Pernambuco. Herança do quarto

<sup>38</sup> AUC, CA, 31, fls. 156-7; consulta do Conselho Ultramarino [Co.Uo.], 16.vii.1665, e “Por parte de Jerônimo de Mendonça Furtado [...] se propõe a Sua Majestade a exorbitância das ordens que costuma passar o conde de Óbidos”, s.l., s.d., AHU, PA, Pco., cx. 5.



de século de guerra e ocupação batavas, ele tornara-se desproporcional às necessidades da capitania, ademais de desmoralizado pelos anos de paz. Basta dizer que num dos contingentes apenas um terço dos soldados comparecia regularmente às mostras, o restante deixando-se ficar pelas suas casas e lavou-  
ras, ignorantes do que fosse disciplina militar. Desde a restauração, a Câmara de Olinda vinha insistindo na sua redução, como alívio à pesada carga tributária. Uma vez assinado o tratado de paz com os Países Baixos, não havia por que protelar a decisão, embora o problema com as Províncias Unidas não ficasse realmente resolvido até a assinatura do segundo tratado de Haia (1669). El Rei ordenara que se reduzissem os três regimentos a dois, cada qual dotado de vinte companhias de 38 soldados. A Óbidos, caberia determinar as modalidades de implementação do plano. O vice-rei temeu as repercussões locais da medida, retardando sua execução por mais de ano e meio enquanto representava ao monarca a insatisfação que ela iria gerar entre o oficialato pernambucano.

Hesitação que o Xumbergas apressou-se em criticar, invocando os danos à real fazenda. Quando o governador-geral decidiu-se por fim a implantar a reforma, Mendonça Furtado passou às objeções de fundo. “Corta Vossa Senhoria a tesoura muito ajustada a receita e despesa”, atacava. Os terços ficariam sem capelães, os soldados sem médicos nem cirurgião e a capitania perigosamente desprovida de condestáveis e de artilheiros. Não podia acreditar que El Rei houvesse delegado poderes a Óbidos “para estas almotacarias”, porque, em tal hipótese, teria enviado a Pernambuco não ele mas um criado do vice-rei. Havia inegavelmente águas turvas em que pescar, já que o plano tivera o condão de desagradar a gregos e troianos. A reforma exasperava muita gente grada, sobretudo entre os veteranos da guerra holandesa, atingidos por uma providência que julgavam humilhante para seus brios de restauradores. Daí que o governador-geral se desdobrasse em gestões apaziguadoras, escrevendo às Câmaras municipais, aos mestres-de-campo, aos capitães-mores de Itamaracá e da Paraíba, ao próprio João Fernandes Vieira, cujas manigâncias pareciam mais ameaçadoras que as do próprio Xumbergas.

Por motivos opostos, a Câmara de Olinda também estava insatisfeita. O exército de Pernambuco custava anualmente 150 mil cruzados em sustento e soldada, inteiramente custeados pela receita dos impostos ordinários e das contribuições lançadas ao tempo da guerra. O plano de Óbidos previa uma





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Não lhe terá sido difícil capitalizar contra Mendonça Furtado o descontentamento da capitania naquele anos sessenta. Decorrida uma década da expulsão dos holandeses, o sistema produtivo ainda estava longe de se haver recuperado das conseqüências econômicas da guerra e de haver retomado os níveis de atividade do período *ante bellum*. Naquela ocasião (1646), fora evacuada para o sul de Pernambuco toda a população de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, que se transformaram numa terra de ninguém, com a paralisação de nada menos de um terço da capacidade produtiva do que havia sido o Brasil holandês. Quanto aos engenhos existentes em Pernambuco quando da capitulação batava, cerca de um terço estava a monte e os dois terços restantes operavam precariamente. A reconstrução foi vagarosa, malgrado o incentivo fiscal da Coroa, que dispensava os proprietários de fábricas restauradas do pagamento do dízimo nos primeiros dez anos. Esta lentidão pode ser atribuída principalmente ao círculo vicioso pelo qual os efeitos da fiscalidade escorchante do tempo da guerra vieram reforçar os da queda do preço do açúcar no mercado internacional, iniciada nos anos cinquenta, com a concorrência do açúcar do Caribe.<sup>41</sup> A situação tornou-se insuportável com a epidemia de varíola a partir do governo de Brito Freyre, a qual, nos vinte anos seguintes, segundo cálculo talvez excessivo, teria vitimado nada menos de três quartos da mão-de-obra escrava. O abastecimento de víveres ficou comprometido e a maioria dos engenhos cessou de moer por já não ter africanos nem bois suficientes. “Não há casa em todo Pernambuco”, escrevia o Xumbergas em agosto de 1665, “que de trinta dias a esta parte deixe de experimentar os efeitos da morte, recebendo consideráveis perdas nos melhores escravos que possuíam”.<sup>42</sup>

A esta conjuntura, somava-se o “donativo da rainha da Grã-Bretanha e paz da Holanda”. A paz dos Pirineus (1659) entre a França e a Espanha liberara Madri para concentrar seu poderio militar na reconquista de Portugal, o qual, vendo-se isolado internacionalmente, acolhera-se à proteção da Inglaterra, onde havia pouco a monarquia dos Stuarts fora restaurada na pessoa de

<sup>41</sup> Cabral de Mello, *Olinda restaurada*, pp. 115-8 e 205-15, e “Uma relação dos engenhos de Pernambuco em 1655”, RIAP, 48 (1976), pp. 157-69.

<sup>42</sup> AHU, CA, 31, fls. 137v-138, 190; Gilberto Osório de Andrade e Eustáquio Duarte (orgs.), *Morão, Rosa e Pimenta*, Recife, 1965, pp. 13, 37.



Carlos II. Pelo tratado de 1661, Portugal, em troca do casamento de D. Catarina de Bragança, irmã de D. Afonso VI, com o soberano britânico, pagaria o dote de 2 milhões de cruzados, cederia Bombaim e Tânger e confirmava as vantagens comerciais reconhecidas aos ingleses pelo tratado anglo-luso de 1654. É sabido que o acordo de 1661 constituiu etapa fundamental na satelitização política e econômica de Portugal e do seu império ultramarino pela Inglaterra, mas a curto prazo a proteção naval nele prevista resultou vital na ocasião crítica dos anos sessenta. Na realidade, Portugal tinha pela frente uma opção amarga: a sujeição ao castelhano ou a tutela britânica, que virá a ser eufemisticamente descrita pelos portugueses como a “aliança inglesa”, no propósito de disfarçar o protetorado de fato que a Inglaterra exercerá sobre o país ao longo de dois séculos e meio. Por outro lado, Portugal comprometera-se pelo tratado de Haia, também de 1661, a indenizar os Países Baixos em 4 milhões de cruzados pela perda do Nordeste.<sup>43</sup>

O novo imposto devia arrecadar portanto 6 milhões de cruzados, tocando ao Brasil contribuir com 140 mil cruzados anuais pelo espaço de dezesseis anos, dos quais 25 mil corresponderiam à cota-parte de Pernambuco e capitanias vizinhas.<sup>44</sup> Ora, o fardo fiscal da guerra de restauração não fora aligeirado. El Rei não só o conservara intacto como mantivera até mesmo as antigas taxas donatarias que, em princípio, deveriam ter sido abolidas quando da transferência da capitania ao patrimônio da Coroa. A Câmara de Olinda tinha razão de lamentar (1673) que “há dezenove anos que se expulsaram os holandeses”, sem os moradores “experimentarem as melhoras que com a restauração esperavam no alívio dos tributos”.<sup>45</sup> Para se ter uma noção do impacto do tributo, basta assinalar que seu montante equivalia a 20% da carga fiscal existente às vésperas da ocupação batava, quando a economia regional operava em condições razoavelmente normais.

<sup>43</sup> Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*, Rio de Janeiro, 1998.

<sup>44</sup> J. A. Gonsalves de Mello, “A finta para o casamento da rainha da Grã-Bretanha e paz da Holanda (1664-1666)”, *RIAP*, 54 (1981), pp. 9-11; *Documentos históricos*, 4, pp. 97-100.

<sup>45</sup> AUC, CA, 33, fls. 75-75v. Para os impostos donatarias transferidos à Coroa, F. A. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, 2ª ed., 10 vols., Recife, 1983-1987, III, pp. 389, 410.

Havendo El Rei deixado as modalidades da arrecadação à competência do governador e do poder municipal, instituiu-se inicialmente uma alíquota de 2% sobre as importações do Reino, tributando-se também a entrada de africanos. O protesto, de tão agudo, realizou a proeza de unir devedores rurais e credores urbanos, senhores de engenho e mercadores. Resolveu-se então adotar o exemplo dado pela Bahia de uma capitação por “fogo” ou residência, calculada sobre o valor da propriedade e da renda de cada chefe de família. Destarte, ampliava-se a base fiscal a um setor mais numeroso da população, que não comprava produtos importados ou africanos, ou fazia-o apenas escassamente, mas o rateio equitativo dependeria dos “lançadores” designados pelas Câmaras para elaborarem os róis da finta. Foram gerais as reclamações relativas a conluíus no tocante às estimativas dos haveres, fazendo-se muitas vezes pagar mais a quem tinha menos. Brito Freyre, aliás, procurara inutilmente que as cotas se fixassem por cabeça de escravo, critério objetivo, livre das “dependências do favor ou desfavor com que talvez se julga das fazendas alheias”.<sup>46</sup>

Tamanhos foram os abusos que Mendonça Furtado ameaçou embarcar para Lisboa os lançadores, embora admitisse “não ser possível fazer-se a distribuição por anjos”.<sup>47</sup> Com alguns dos pró-homens, como Fernandes Vieira e André Vidal, as Câmaras mostravam-se cheias de dedos, a ponto de, com referência ao primeiro, esquivarem-se a fixar-lhe a contribuição, deixada a critério do interessado. O próprio Brito Freyre teve de escrever-lhe, lembrando-lhe suas obrigações para com o régio serviço. Vieira pagou por esta vez, mas não o fez nos anos seguintes, invocando os cabedais que despendera na guerra holandesa.<sup>48</sup> A grande maioria pagou, malgrado uma resistência passiva que raiou pela greve fiscal, atitude comum a todo o Brasil. No período 1663-1671, a colônia deixou de recolher aproximadamente 200 mil cruza-

<sup>46</sup> Gonsalves de Mello, “A finta”, p. 60; *Documentos históricos*, 4, pp. 125-30; AUC, CA, 31, fl. 73v.

<sup>47</sup> AUC, CA, 31, fls. 151v-153.

<sup>48</sup> *Ibid.*, fls. 102v-103. A obstinação de Fernandes Vieira ficou impune enquanto viveu, mas o regente D. Pedro ordenará a execução judicial dos seus herdeiros, bem como dos de André Vidal, que também era devedor: Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira*, II, pp. 255-6.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



1681, a parcela pernambucana rendia-lhe cerca de 12 mil cruzados, transformando-se em 1695 num subsídio fixo de 10 mil cruzados que continuaria a ser cobrado regularmente ao longo de todo o período colonial e até nos primeiros tempos da Independência.<sup>50</sup>

Foi a estadia da esquadra do marquês de Mondvergue, governador de Madagáscar pela Companhia Francesa das Índias Ocidentais, que proporcionou a oportunidade para a deposição do Xumbergas. Já não era a primeira vez que navios estrangeiros criavam-lhe problemas. Em decorrência do monopólio colonial, as autoridades ultramarinas deviam interditar os contatos locais com essas embarcações, as quais, de vez em quando, a pretexto de arribadas forçadas, freqüentavam os portos da América portuguesa, que só lhes deviam dispensar a ajuda para o prosseguimento da viagem, desde que arvorassem pavilhão de nação amiga. Em tais casos, o provedor da fazenda procedia ao inventário da carga e fazia-a recolher ao armazém real, ao passo que o capitão da nave assinava termo de responsabilidade que o obrigava a só velejar depois de recebida a autorização de Lisboa. Dessas medidas draconianas, só se isentavam os barcos estrangeiros, em especial ingleses, que a Coroa permitia que comerciassem no Brasil.<sup>51</sup> A situação dos franceses era diferente. Embora El Rei Cristianíssimo estivesse em paz com Portugal, seus súditos não desfrutavam as regalias reconhecidas aos britânicos pelos tratados de 1642 e de 1654. Daí que, quando em fins de 1665 aportou ao Recife um navio a caminho de Madagáscar, o Xumbergas tenha consentido seu acesso ao ancoradouro mas proibido à população todo trato mercantil, exceto a venda de víveres, comunicando o fato a Lisboa, que aprovará seu procedimento.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> Gonsalves de Mello, "A finta", pp. 60-2, e *João Fernandes Vieira*, II, p. 251; AUC, CA, 33, fl. 127v; *Documentos históricos*, 5, pp. 431-3; Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, II, p. 410 e III, pp. 500 e 503.

<sup>51</sup> Sobre o assunto, ver C. R. Boxer, "English shipping in the Brazil trade, 1640-1665", *The Mariner's Mirror*, 37 (1951).

<sup>52</sup> AUC, CA, 31, fl. 143; e *Informação geral*, p. 104. A embarcação só será liberada cerca de nove meses depois, precisamente quando da escala no Recife da esquadra de Mondvergue; Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil, *Catálogo de documentos referentes ao Brasil*, Brasília, 1975, p. 115.

Pela mesma altura, dera fundo outra embarcação francesa, igualmente destinada a Madagáscar, com a tripulação atacada do mal-de-luanda e amotinada. Como da vez anterior, tomaram-se as medidas de praxe, mas o capitão largou-se para Salvador, onde obteve do conde de Óbidos a permissão de partir sem esperar pela provisão régia. Julgava o vice-rei que o patacho devia beneficiar-se de exceção, em vista da causa que tivera para arribar, do reduzido da carga e, sobretudo, do interesse político da Coroa nas relações com a França. Mendonça Furtado acatou a decisão mas aproveitou o flanco que ela abria para dar ao vice-rei uma lição de portuguesismo, apimentada de insinuações desagradáveis. A ele, não lhe importava contemporizar com as conveniências de vassalos estrangeiros mas tão-somente executar escrupulosamente as ordens de Sua Majestade, lembrando “os perigos que há nos negócios desta qualidade” para a reputação dos funcionários régios.<sup>53</sup>

Por fim, começos de julho de 1666, surgiu diante do Recife a esquadra de Mondvergue, com dez ou onze navios. Desde a guerra holandesa, não se vira no litoral brasileiro força naval estrangeira comparável. Mendonça Furtado alertou Óbidos, convencendo-se em seguida das disposições amistosas da frota, carente de víveres, repleta de enfermos e necessitada de reparos inadiáveis. Atuou, porém, com toda cautela, de maneira que, “sendo o recebimento de amigos, houvesse prevenção como para inimigos”, reforçando as fortalezas, pondo companhias de guarda e rondas noturnas. Só então consentiu que os navios entrassem no porto, mesmo assim um a um, à medida que se querenavam e consertavam. Ademais, convocou as Câmaras, as tropas de milícia e as pessoas principais a se apresentarem no Recife, com vistas a dissuadir os franceses. Mas não era apenas a segurança da capitania que preocupava o governador. Ele temia sobretudo os contatos entre estrangeiros e gente da terra e as oportunidades de contrabando a que dariam lugar.<sup>54</sup> Ingenualmente, o Xumbergas colocara-se entre a cruz e a caldeirinha. Sem o apoio dos pró-homens, não lhe seria possível organizar a demonstração de

<sup>53</sup> “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, p. 132; AUC, CA, 31, fls. 144-144v e 190v-191; *Documentos históricos*, 9, pp. 247-8.

<sup>54</sup> “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, pp. 132-3; AUC, 31, fls. 147v-148, 210v.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Lourenço a fim de o assassinar, do que só foram dissuadidos por alguns aliados já temerosos do rumo que as coisas estavam tomando. Ao comandante da fortaleza, ao juiz ordinário da Câmara e a outras pessoas gradas, Mendonça Furtado tentou demonstrar a gravidade do que haviam praticado e persuadir a restituírem-no ao governo. Tudo em vão. Quando a frota procedente da Bahia fez escala, proibiu-se que descesse à terra a gente de guerra, embarcando-se o governador “sem lhe dar nem ainda o necessário para o trato e uso de sua pessoa e matalotagem para a viagem”.<sup>58</sup>

A Câmara comunicou a deposição ao vice-rei, organizando-se uma junta provisória de governo, composta do juiz ordinário, André de Barros Rego, e dos mestres-de-campo dos regimentos de primeira linha, D. João de Souza e Antônio Dias Cardoso.<sup>59</sup> O Xumbergas acusará, aliás, os oficiais da Câmara de proclamar que só aceitariam governador de nomeação régia “com cláusulas e condições que eles apresentassem”, acusação que, malgrado a suspeição de quem a fez, torna-se provável, em vista não só da prudência com que se houve o conde de Óbidos na indicação do sucessor interino, como também dos sucessos que terão lugar quando do levante contra Castro e Caldas. Igualmente ilegal, os amotinados haviam aberto o cofre dos pelouros e os haviam queimado, de modo a evitar que, para o ano seguinte, fossem sorteados vereadores pertencentes à facção rival e obrigando com isso a nova eleição que garantisse uma Câmara formada de seus parceiros. Por outro lado, tratou-se de acalmar a população que, dando crédito aos boatos, exigia a morte dos franceses, chegando mesmo a desarmar e deter os que passeavam pelo Recife ou obrigando-os a refugiarem-se no convento da Penha, a que se pôs cerco. As autoridades camerárias procuraram remediar tais excessos, dando satisfações a Mondvergue, a quem explicaram que “o governador era um tirano, que o Rei ordenara fosse remetido a Lisboa de ferros aos pés”, e a quem ofereceram “toda a sorte de auxílios e de refrescos”. Daí que o marquês escrevesse ao cônsul francês em Lisboa, louvando o procedimento da Câmara para com ele e com a esquadra.<sup>60</sup>

<sup>58</sup> *Ibid.*, pp. 136-8.

<sup>59</sup> Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, III, p. 525.

<sup>60</sup> “Deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado”, p. 138; Souchu de Rennefort, “O



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

emanarem as ordens para o castigo, que não devem os povos serem os juizes e os executores.<sup>67</sup>

A Coroa, porém, tinha suas próprias razões de queixa contra o Xumbergas. As falcatruas do governador não haviam afetado somente a fazenda dos vassalos, caso em que a Coroa ainda poderia ter feito vista grossa, mas também a sacrossanta fazenda real. Tendo a Companhia Geral de Comércio do Brasil reclamado em Lisboa contra as ingerências de Mendonça Furtado no estanco do pau-brasil, D. Afonso VI o advertira de que cessasse o abuso, sob pena de reembolsar os prejuízos. “Não houve emenda”, constatava desanimadamente o monarca. Pelo contrário, havendo, graças ao “poder do cargo”, adquirido quantidade da madeira, impedira que a Companhia carregasse a sua para o Reino, com a conivência da Câmara de Olinda, que havia empregado a receita do donativo da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda na compra do estoque do Xumbergas. A dupla concussão, contra o monopólio régio e contra o novo imposto, era imperdoável. Daí que já em setembro de 1666, quando ainda se desconhecia na Corte a deposição do governador, El Rei ordenasse ao sucessor que, à sua chegada ao Recife, se informasse a respeito do assunto e, concluindo pela veracidade da acusação, lhe seqüestrasse os bens, despachando presos para Salvador os vereadores implicados, a serem processados pela Relação.<sup>68</sup>

O embargo teve lugar, mas não se puniram os oficiais da Câmara alegadamente acumpliciados com Mendonça Furtado. É que as Câmaras da capitania, na representação em que justificaram a deposição, haviam confirmado o descaminho do pau-brasil e do donativo, sustentando haverem resistido às tentativas de envolvê-las nas malversações. O documento acrescenta outras denúncias contra o ex-governador, como a de embarcar secretamente quantidade de pau-brasil em fechos, os pequenos caixões em que se costumava remeter o açúcar destinado a presentes ou à satisfação de compromissos em Lisboa. Ademais, Xumbergas vendera pau-brasil a Mondvergue, carregando-o à noite, às escondidas, fato confirmado pelo marquês, que alegou ter tido

<sup>67</sup> Co.Uo. 23.iv.1668, AHU, códice 16, fls. 279-80.

<sup>68</sup> AUC, CA, 33, fls. 75-75v.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



tado, perdeu um quinto dos seus moradores.<sup>2</sup> O triênio governamental de João da Cunha coincidiu também com os mais baixos preços para o açúcar brasileiro durante o período colonial, inferiores inclusive aos dos decênios críticos de 1620 e 1730; e com o levante dos tapuias do Açu no Rio Grande do Norte, que deu início à longa e cruel “guerra dos bárbaros”.<sup>3</sup> Não faltaram tampouco as costumeiras excursões dos quilombolas dos Palmares pelos distritos da mata, e sequer os ataques de piratas que desciam em portos remotos para fazer aguada, apresando as embarcações de cabotagem do Recife, carregadas de açúcar para o Reino e de sal e pescado para a praça.<sup>4</sup>

A acreditar-se, porém, em autor coevo, a praga mais atroz que se abateu sobre Pernambuco fora a violência, sobretudo a violência dos poderosos. Legado dos anos de guerra e da desorganização socioeconômica da capitania, a criminalidade chegou nos anos 1680 a seu paroxismo. O panegirista do governador Câmara Coutinho exagerou seguramente a eficácia das medidas que este tomou para atalhar o mal; e, contudo, o quadro que pintou do final da administração de João da Cunha acha-se corroborado por outras fontes da época. João da Cunha deixara a terra em “estado miserável”,

tão cheia de calamidades, tão abundante de soberbas e violentas mortes, com desaforo, à espingarda, adonde se não conhecia El Rei mais que pelo nome, vivendo cada um à eleição de sua vontade, sem haver quem desse castigo aos malefícios nem repreendesse violências, as quais se continuavam com soltura por falta de governo. E a primeira coisa que faziam os que intentavam mandar matar era primeiro procurar o dinheiro para salário das devassas que se tiravam, que muitas ficavam no esquecimento do tempo. E logo passeavam na praça [i.é, no Recife] e tudo corria por este caminho e se vie-

<sup>2</sup> “Tratado da capitania de Pernambuco”, fls. 9v-10; Gilberto Osório de Andrade, *Montebelo, os males e os mascates*, Recife, 1969, pp. 37-8, 53-4.

<sup>3</sup> Para o preço do açúcar brasileiro, Stuart Schwartz, *Sugar plantations in the formation of Brazilian society*, Cambridge, 1985, pp. 188, 190; para o levante dos tapuias, John Hemming, *Red gold. The conquest of the Brazilian Indians*, Londres, 1978, pp. 357-8; e Maria Idalina da Cruz Pires, *Guerra dos bárbaros*, Recife, 1990.

<sup>4</sup> AUC, CA, 31, fls. 401-403v, 404v-406, 431v, 437v-438; e CA, 33, fls. 134v-135.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

sem às suas casas e terras sem temor de serem punidos, salvo os cabeças, que deveriam responder na justiça.<sup>9</sup>

A Coroa esperava do sucessor de João da Cunha, Fernão Cabral, senhor de Azurara, alcaide de Belmonte e descendente do descobridor do Brasil, que repusesse a casa em ordem. Da Bahia, o governador-geral, D. Matias da Cunha, saudava sua posse que poria cobro às “perturbações seculares e religiosas” da capitania, fazendo notar que Cabral, havendo chegado no dia de São João (1688), assumira no de São Pedro, signo evidente de êxito. Expectativa que logo se desvaneceu, pois o novo capitão-general faleceria em meços de setembro, após ter perdido em agosto o filho que trouxera em sua companhia, vítimas ambos da febre amarela.<sup>10</sup> No leito de morte, Cabral designou para substituí-lo uma junta composta do bispo, do mestre-de-campo mais antigo e do primeiro juiz ordinário da Câmara de Olinda, a mesma fórmula improvisada anos antes na Bahia pelo governador-geral Afonso Furtado, achando-se com o pé na cova e sem instruções régias em matéria sucessória.<sup>11</sup> A Câmara, contudo, recusou-se a aceitar a designação, “por dizer lhe tocava este governo nas vacantes por ser regalia sua [e] fez eleição do bispo, excluindo aos mais”. Quando da deposição de Mendonça Furtado, o governo fora entregue a uma tróica composta pelos mestres-de-campo da guarnição e pelo juiz mais velho que funcionava como presidente da Câma-

<sup>9</sup> AUC, CA, 31, fls. 409v-410v, 424; *Documentos históricos*, 10, pp. 236-42.

<sup>10</sup> *Documentos históricos*, 10, pp. 255, 296-7. Fernão Cabral, aliás, dera menagem do governo de Pernambuco sob a reserva de que ela não prejudicaria o privilégio de que gozava sua família, antigo favor real, que os dispensara de tais atos, em reconhecimento de serviços prestados à Coroa, provavelmente os do descobridor do Brasil no curso da sua expedição à Índia. Já bem entrado o século XVIII, outro filho de Fernão Cabral, Pedro Álvares Cabral, que herdara os títulos de senhor de Azurara e alcaide-mor de Belmonte, mostrar-se-á mais intransigente que o pai, insistindo em que se lhe reconhecesse a regalia, escusando-o de dar menagem pelo governo de São Paulo. A Coroa negou-se e em seu lugar foi nomeado Rodrigo César de Menezes; conde da Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e de D. João V*, Lisboa, 1990, pp. 331-2; *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval*, II, pp. 349-51.

<sup>11</sup> AUC, CA, 31, fls. 461-2; Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, IV, pp. 339-40. Para a sucessão de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça na Bahia, ver Stuart B. Schwartz (org.), *A governor and his image in baroque Brazil*, Minneapolis, 1979, p. 201.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

do outro lado, os oficiais da Câmara; defronte o desembargador sindicante e abaixo do senhor governador o ouvidor geral”.<sup>20</sup>

A tais demonstrações de austeridade, juntavam-se as manifestações igualmente espetaculosas de limpeza de mãos, magnanimidade e espírito cristão. Era costume enraizado o de adquirir, mediante presentes, a benevolência e as boas graças das autoridades régias. Brito Freyre reagira contra a prática, mandando entregar à fazenda real os fechos e caixas de açúcar com que se mimoseavam os governadores em ocasiões como a Páscoa, ainda festejada como o início do novo ano; e a João Fernandes Vieira e a André Vidal de Negreiros restituíra as dádivas com que o haviam cumulado, importando em vários mil cruzados.<sup>21</sup> Câmara Coutinho extremou-se neste particular, recusando até mesmo os doces regalados pelo provincial da Companhia de Jesus ou ordenando a criado seu a devolução de “uns cachos de uvas e outras frutas” que lhe enviara um amigo. Quanto às demais qualidades que lhe são creditadas, estava a de ouvir paciente e continuamente as queixas das partes; e “com tanta severidade e brandura, que nunca se ouve de sua boca palavra áspera ou descomposta nem ainda ao mais pequeno negro”. Aos pró-homens da terra, esmerou-se em tratar com distinção, acompanhando-os ao fim das visitas até o topo da escada principal de palácio, “cerimônias estas que fazem aos governadores ser amados dos povos e nem por isso falta com o castigo a quem o merece”. Aos necessitados, fazia freqüentes donativos e esmolas, “dando de comer a quantos pobres havia, que eram muitos os que, todos os dias, se juntavam à porta da cozinha, que mais parecia portaria de convento que não casa de palácio”. Do seu bolso, pagava capelão que dizia missa e ministrava os sacramentos aos presos, a quem proporcionava também cuidados médicos. Pela Semana Santa, à maneira d’El Rei na Corte, foi lavar os pés dos humildes na nave da Sé, demonstrando “tanta devoção e humildade que houve em todo o povo copioso mar de lágrimas, correndo dos olhos do dito senhor outras tantas”.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> “Breve compêndio”, pp. 270-1, 276-8, 285-6.

<sup>21</sup> Co.Uo. 17.vii.1663, AHU, PA, Pco., cx. 5; “Relação de como governou Francisco de Brito Freyre”, BNL, FG, cx. 236, nº 51.

<sup>22</sup> “Breve compêndio”, pp. 263, 272, 275, 278, 284 e 289.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



deferir as ordens que pedia, não teve para mais lugar que abrir os alicerces. Vou seguindo o mesmo rascunho. Poderei deixar estabelecido este governo no político, civil e militar bastantemente para que Sua Majestade por uma vez fique bem servida, os povos em regular observância das suas leis, a nobreza com respeito às justiças, os interesses da fazenda real em regular e boa distribuição. Porém, para isto, é necessário que o mesmo Senhor e seus ministros me dêem a mão, mandando ver atentamente as minhas proposições e notícias, para excluir e enganar-me das que não parecerem proporcionadas, e às que o parecerem, confirmá-las com as ordens e despachos necessários.

E na mesma veia do que comunicara ao filho:

Nem um só bando punitivo tenho lançado. Confirmei sim os que meu antecessor promulgou. Estes se observam com tal exação que têm cessado as mortes, ferimentos e desordens dos pequenos e as violências e tiranias dos poderosos. Nestes oito meses tenho mandado para Angola e São Tomé quatro levadas para aliviar a terra de criminosos, alguns de dez, quinze e mais anos.<sup>32</sup>

Por ocasião desta carta, já se havia manifestado a dissensão entre Montebelo e o desembargador sindicante, a quem virá a responsabilizar por boa parte das suas atribuições pernambucanas. Na monção de 1690, o governador denunciara a El Rei o comportamento do Dr. Ramires de Carvalho, o qual, esquecido das obrigações do cargo, “por medo ou por outra alguma razão que eu não alcanço”, afastara-se do convívio dos seus aliados naturais, ele, Montebelo, o ouvidor-geral, Dr. José de Sá Mendonça, e o bispo D. Matias, para parcializar-se com gente da terra, tendo “particular amizade com as mesmas pessoas de quem havia de sindicar”, como os oficiais da Câmara de Olinda e o provedor da fazenda real, João do Rego Barros. Os inconvenientes de semelhante atitude logo se haviam manifestado. Em prejuízo do serviço da Coroa e devido à indiscrição de indivíduos que admitira à sua intimidade, “pessoas pouco honradas de nenhum peso e procedimento”, haviam-se divulgado “os maiores segredos da alçada”. Tendo um desses sujeitos afirmado

<sup>32</sup> Correspondência do marquês de Montebelo com D. Pedro II, British Library, Add. 21.000, fls. 84v-85.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

via muito que se observassem em Olinda os métodos da Câmara de Salvador, alvitre aprovado pela Coroa, interessada em impedir futuros descaminhos, já que a apuração dos passados seria dificultosa, “além de molestar a homens tão beneméritos” como os que haviam restaurado o Nordeste.<sup>38</sup> A Câmara resistia a esta e a outras tentativas, argumentando que “nem Vossa Majestade mandou lançar estes tributos nem seus ministros o ordenaram; a lealdade dos moradores sim, e desejos de serem livres do jugo de Holanda [e] governados por Senhor e Rei natural”.<sup>39</sup> No governo de João da Cunha, voltara-se a chamar a atenção para o assunto e se propusera o envio de funcionário da Contadoria Geral do Reino que se encarregasse da contabilidade, alocando-se à Câmara apenas o indispensável às despesas autorizadas e recolhendo-se os sobejos aos cofres da Coroa.<sup>40</sup>

O êxito das medidas de Câmara Coutinho iria depender do seu sucessor, pois não podiam vingar de uma assentada. Ele ordenara à Câmara a prestação de contas periódica aos governadores, sem cuja autorização não se poderia incorrer em despesa alguma, inclusive os gastos de praxe com festas e procissões. A estas providências, excepcionais em termos da prática ultramarina, acrescentaram-se recomendações para melhorar o controle sobre o pagamento da tropa, cessando-se o desembolso de soldos a praças já falecidos ou dados de baixa, mediante a aplicação do regimento de fronteiras vigente no Reino.<sup>41</sup> Desde sua posse, Montebelo, beneficiário de ordem régia que mandara à Câmara pagar-lhe mesada, além dos vencimentos que corriam pela provedoria da fazenda, alertava-a para que pusesse a contabilidade em dia, mas, a despeito da cooperação dos vereadores, o escrivão e o tesoureiro resistiam à determinação, confiados na sua condição de proprietários dos cargos. Como, terminando o ano, não se lhe houvesse apresentado a escrituração, o marquês intimou os edis a não empossarem a nova Câmara, proibição manifestamen-

<sup>38</sup> *Documentos históricos*, 5, pp. 265-7; *Os manuscritos da Casa de Cadaval*, I, pp. 157-8.

<sup>39</sup> Câmara de Olinda a D. Afonso VI, 13.v.1666, AHU, PA, Pco., cx. 5.

<sup>40</sup> *Os manuscritos da Casa de Cadaval*, I, pp. 277-8.

<sup>41</sup> BNL, Pombalina, 239, fls. 421-5; “Breve compêndio”, pp. 273-4. Para o regimento de fronteiras, BNL, Pombalina, 105, fls. 545-87. Trata-se de cópia tirada do exemplar existente na provedoria da fazenda de Pernambuco, de ordem do governador Felix Machado.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

rou que ambas as autoridades pretendessem exercer o poder sobre Itamaracá, provocando lutas de facções e motins.

O governador Bernardo de Miranda Henriques, por exemplo, mandara cercar a Câmara, prender seus membros e trazê-los para o Recife, por motivo da cobrança do donativo da rainha da Grã-Bretanha e paz de Holanda. Os vereadores ofereciam, aliás, versão desprimorosa para tal atitude. Havendo a Câmara embargado quantidade de pães de açúcar de certo engenho, de modo a realizar o pagamento da finta, Miranda Henriques, credor do proprietário, mandara substituir pelas suas as marcas reais já gravadas nas caixas. Destarte, a prisão da Câmara fora manobra destinada a intimidá-la para que não lhe pedisse contas pela irregularidade. Era, aliás, usual que no seu derradeiro ano de gestão os governadores se apressassem em liquidar seus negócios e em receber seus créditos, conscientes de que, uma vez fora do cargo, já não teriam poder para se fazerem reembolsar com presteza das quantias que haviam emprestado. Soltos, os vereadores fugiram para Salvador, a pedir satisfação, a um governo-geral ansioso por interferir na contenda, do desacato que El Rei havia sofrido nas suas pessoas, teoricamente tão representativas da majestade régia como quem mais o fosse.<sup>61</sup>

O conflito jurisdicional aguçara-se no governo de Afonso Furtado na Bahia e de Fernão de Souza Coutinho em Pernambuco. Encorajado por sentença da Relação, que reconhecera a pretensão autonomista, o capitão-mor de Itamaracá, Jerônimo da Veiga Cabral, negara subordinação a Souza Coutinho, ordenando às autoridades locais não cumprissem ordens emanadas de Olinda. O governador despachou tropa que trouxe Veiga Cabral preso ao Recife. Da Bahia, Afonso Furtado replicou, enviando magistrado para o repor no cargo ou, não sendo factível, entregar à Câmara de Conceição o governo interinamente exercido, a mando de Souza Coutinho, pelo comandante da fortaleza local. A Câmara dobrou-se ao governador de Pernambuco, implorando ao regente uma solução para a disputa. O governador-geral retaliou,

<sup>61</sup> AUC, CA, 31, fls. 238v-239v, 242v, 243v; Câmara de Itamaracá ao regente D. Pedro, 8.iv.1670; Bernardo de Miranda Henriques ao mesmo, 15.vi.1670; e Câmara de Olinda ao mesmo, 27.vi.1670; bem como a devassa tirada pelo ouvidor Manuel Tomás da Fonseca, 19-20.iii.1670, AHU, PA, Pco., cx. 6.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

que devia ter lugar.<sup>68</sup> Governador e corregedor seriam surpreendidos pelos acontecimentos. Estando a cerimônia prevista para a vila da Conceição, cabeça da capitania, a 1º de agosto de 1692 a Câmara de Goiana viu-se confrontada por movimento popular exigindo a não execução da ordem régia. Os vereadores diziam se haverem achado na obrigação de ceder, por tratar-se de “copioso número de gente [...] mais de 1.200 de armas”, e para conter a população, que elegeu juiz do povo, cargo inexistente tanto em Itamaracá como em Pernambuco, mas cuja criação era reivindicada em ambas; e quatro representantes, todos homens principais da terra, um deles Cosme Bezerra Monteiro, “o maior agressor” ou principal levantado, que será um dos cabeças da sedição contra Castro e Caldas.<sup>69</sup>

Protestavam os sublevados só reconhecerem a El Rei por senhor, de vez que Itamaracá se havia restaurado da usurpação holandesa e se repovoado desde então sem o concurso dos donatários, requerendo que a capitania permanecesse no patrimônio da Coroa. O retorno ao domínio donatário só acarretaria desvantagens, fiscais e outras. Já não tendo o soberano serviços a premiar, os pró-homens já não obteriam foros de fidalgo e hábitos das ordens militares, ao passo que os naturais não teriam acesso aos cargos locais, que seriam preenchidos por reinóis, clientes e aderentes do donatário. Por fim, havia os ônus que diziam respeito à reputação e honra do indivíduo, como a obrigação de falar de pé e descoberto ao donatário e a seu lugar-tenente, ponto capaz de sensibilizar a nobreza da terra, dada a origem ou a condição subalterna dos capitães-mores. Tendo em vista que em Portugal El Rei havia recuperado terras e jurisdições a seus senhorios, já sendo todos, por conseguinte, seus súditos diretos, a restituição de Itamaracá representaria um retrocesso discriminatório.<sup>70</sup> Parece intrigante, aliás, que a justificação dos sediciosos não recorresse a argumentos passíveis de calar na insatisfação popular, como sejam os desmandos dos poderosos, que tenderiam a aumentar com a transfe-

<sup>68</sup> BNL, Pombalina, 239, fls. 374-7.

<sup>69</sup> *Ibid.*, fls. 386-7; Manuel de Mesquita da Silva a Montebelo, 27.viii.1692; e Câmara de Itamaracá a D. Pedro II, 29.viii.1692, AHU, PA, Pco., cx. 10.

<sup>70</sup> “Requerimento do juiz do povo e mais pessoas dele”, 1.viii.1692; e “Manifesto que fez o padre frei João de São José, religioso da Reforma do Carmo de Goiana”, AHU, PA, Pco., cx. 10.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

guerra holandesa, podendo dele dispor sem autorização régia, o que estava longe de corresponder à prática. Montebelo meteu a viola no saco, concluindo que o essencial era preservar a tranqüilidade pública, mesmo que isto lhe custasse o respeito da sua pessoa e do seu cargo. O contrato fora uma isca de que se haviam valido os cabeças para atrair adesões, o resultado da ímpia aliança entre os pró-homens e o Dr. Ramires de Carvalho, que aconselhara a redução do tributo.<sup>79</sup>

Embora exprimindo insatisfações genuínas decorrentes da restituição da capitania, as alterações de Goiana passam a impressão de um simulacro de movimento popular, fabricado por dois dos pró-homens com o apoio da Câmara e dos carmelitas da povoação. *Grosso modo*, a açucarocracia de Itamaracá mantivera-se retraída, consciente de que o poder donatário dar-lhe-ia rédeas mais soltas. O levante teria sido combinado por Jorge Cavalcanti com frei João de São José ao saberem que se ia proceder, à socapa, à restituição da capitania.<sup>80</sup> Surpreendente aliança, de vez que o Carmo de Goiana desempenhava, como a Madre de Deus no Recife, o papel de protetor da pequena comunidade mascatal que era em Goiana a filial dos comerciantes da praça. Em Itamaracá, a rivalidade entre nobres e mascates nada ficava a dever aos rancores que dividiam Pernambuco. Nada mais natural que a mascataria e os estratos subalternos se opusessem à devolução. A justiça d'El Rei, por precária que fosse, oferecia-lhes melhores garantias que a de um donatário ausente. Não fora outro o argumento com que o juiz do povo objetara à transferência: "com a mudança de governo", assinalava, "se variaria também da justiça, ficando os homens principais livres dela nas opressões que fizessem aos pobres e com independência para não satisfazerem suas dívidas".<sup>81</sup> Mas o que levaria Jorge Cavalcanti a se associar aos reinóis? O novo capitão-mor afirmará dever-se semelhante atitude aos "inveterados ódios, que os tem entranháveis a alguns seus vizinhos e ainda parentes, além do motivo principal que foi não

<sup>79</sup> Câmara de Itamaracá a Montebelo, 26.viii.1692; e Montebelo à Câmara de Goiana, 28.viii.1692, AHU, PA, Pco., cx. 10; British Library, Add. 21.000, fls. 148-50.

<sup>80</sup> BNL, Pombalina, 239, fls. 386-7; Diogo Rangel a Montebelo, 23.viii.1692, AHU, PA, Pco., cx. 10.

<sup>81</sup> "Requerimento do juiz do povo", 1.viii.1692, AHU, PA, Pco., cx. 10.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

cessores, merecendo a crítica de haver cedido aos pró-homens.<sup>89</sup> Não surpreende assim que Jorge Cavalcanti continuasse dando as cartas, pois a Câmara de Goiana, ou por motivos de parentesco ou por temor, fazia tudo o que ele mandava, estorvando a cobrança de dívidas, intimidando os oficiais de justiça, corrompendo os tabeliães, ameaçando os frades do Carmo seus credores. Graças a embargo da Relação da Bahia, havia três anos não permitia que se abrissem os pelouros, impedindo a renovação da Câmara. Intrrompendo-se na jurisdição do capitão-mor, improvisava oficiais de milícia a fim de impedir a entrada do corregedor; e na do provedor da fazenda, prejudicava a arrecadação dos impostos. Jorge Cavalcanti era também um sádico, correndo estórias como a do ermitão a quem puxara pelas barbas, cortando-as à tesoura, sem respeito à caixinha de Nossa Senhora do Pilar que levava ao pescoço para guardar as esmolas.<sup>90</sup>

Às queixas do capitão-mor, juntaram-se as de um coro de graúdos. O prior dos carmelitas acusava Jorge Cavalcanti de lhes mover campanha de desmoralização; o pároco de Goiana, de impedir a execução das ordens régias, desviar recursos municipais e induzir os contratadores de impostos a arrematarem a preços baixos. Até outros pró-homens, seus parentes, diziam duvidar de que ele ainda reconhecesse El Rei por seu senhor. Um deles escrevia a El Rei que os agentes da Coroa se achavam impotentes para agir, devido ao temor de segundo levante, aduzindo, meio zombeteiro, que “nem Vossa Majestade vive seguro sendo nosso rei, porque já houve muitas ocasiões em que disse que Vossa Majestade era tirano e que ainda eram vivos os holandeses”.<sup>91</sup> Os queixosos propunham unanimemente o desterro do potentado. Melo e

---

<sup>89</sup> Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, V, p. 324; Antônio Barbosa de Lima a Felix Machado, 7.viii.1710, BNL, Pombalina, 526, fl. 265.

<sup>90</sup> Manuel de Carvalho Fialho a D. Pedro II, 20.vii.1694; Pedro Barbosa de Albuquerque a D. Pedro II, 25.iv.1695, AHU, PA, Pco., cx. 11.

<sup>91</sup> Frei Miguel da Assunção a D. Pedro II, 20.vii.1694; pároco de Goiana ao mesmo, 20.vii.1694; Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque Lacerda ao mesmo, 23.vii.1694; e Francisco de Barros Falcão de Lacerda ao mesmo, 15.vii.1694, AHU, PA, Pco., cx. 11. A coincidência e proximidade nas datas destas missivas induz a crer que seu envio fez parte de uma iniciativa concertada.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

parar, e certo letrado, que fora acutilado pela redação de papéis desairosos sobre seu ilustre tio. Antônio ordenara também a mutilação de um escravo tocador de charamela. Todos esses delitos, que ficaram impunes nem impediriam seu autor de falecer no cargo honroso de alcaide-mor de Olinda, haviam sido consumados via de regra por escravos. A única atrocidade cometida pessoalmente por ele, exceção digna talvez de atenção psicanalítica, fora a de capar um mulato.<sup>100</sup> Não se conclua, porém, que se tratara de personalidade aberrante. Outras figuras do mesmo estofa desfilam impávidas pela documentação, como em vida o fizeram pela capitania, e o leitor persistente ainda terá a oportunidade de encontrá-las ao longo deste livro.

Ao invés da sociedade burguesa, que compartimentaliza o dissídio, as sociedades do Antigo Regime tendem a metamorfoseá-lo em questão de honra, passível, portanto, de interessar toda a família. Atitude válida inclusive para aqueles grupos que não se presume devam encarnar o princípio do pundo-nor, mas o seu oposto, a diligência e a manha, como eram os homens de negócio. A quatro mercadores importantes do tempo de Montebelo, encontraremos envolvidos numa pendência à espada.<sup>101</sup> Uma questão de propriedade raramente permanecia uma questão de propriedade, como na sociedade burguesa; ela se transformará em questão de honra, tornando-se então realmente explosiva. A mutação pode ser observada mercê do acaso arquivístico que, entre tantos acontecimentos do gênero, quis preservar a devassa sobre o assassinato de Roque Gomes Pais (1687).<sup>102</sup> Roque cavalgava pela estrada do seu engenho da Boa Vista, em Itamaracá, quando no lugar denominado Tanquinho de Baixo dispararam-lhe duas balas de espingarda. A tocaia fora bem planejada, pois para a hipótese de errar-se o alvo, segunda cilada havia sido disposta mais adiante. Logo espalhou-se o rumor de que o mandante fora Leão Falcão de Melo. Aos sogros de Leão, havia pertencido a propriedade, que, gra-

<sup>100</sup> Co.Uo. 26.xi.1676 e 12.xi.1676, AHU, PA, Pco., cx. 7; Co.Uo. 31.v.1688 e 21.i.1689, AHU, PA, Pco., cx. 9; “Memória das mortes que Antônio Curado Vidal mandou fazer”, anexa a primeira destas consultas. Sua folha de serviços em Co.Uo. 10.iii.1689, AHU, PA, Pco., cx. 9.

<sup>101</sup> BNL, Pombalina, 239, fls. 13-13v, 135-6.

<sup>102</sup> Co.Uo. 8.xi.1691, AHU, PA, Pco., cx. 10, e o anexo traslado da devassa feita pelo Dr. Melchior Ramires de Carvalho; “Breve compêndio”, pp. 276-7; e BNL, Pombalina, 239, fls. 87-9, 393-5.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

tos colonos exploravam o trabalho de africanos fugidos, escondendo-os em suas moradas e terras, malgrado as ordens dos governadores autorizando a invasão de engenhos e fazendas suspeitas de albergarem negros pertencentes a terceiros. Destarte, a aniquilação dos Palmares não tranquilizou a capitania. A resistência dos sobreviventes prosseguiria por alguns anos, levando à criação (1707) de um sistema de arraiais de paulistas e índios mansos, no fito de dissuadir as tentativas de reconstituição do quilombo e de impedir as correias pela região meridional de Pernambuco.<sup>106</sup>

Dos mucambos disseminados pela mata canavieira e até nos arredores de Olinda, no Cabo, na Várzea, nas matas de Paratibe, saíam bandos de assaltantes que atacavam e roubavam as casas dos moradores e os viajantes. Fenômeno conhecido na história do banditismo rural, muitos deles beneficiavam-se de proteções sólidas. Em meados dos anos oitenta, a atividade dos mucambos tornou-se incontrolável, convergindo com a das maltas de criminosos, brancos ou mestiços livres, que infestavam Pernambuco e Itamaracá. Não houve governador do período que não clamasse contra a alarmante criminalidade a que tinham de assistir inermes. O procurador da Coroa pintava um quadro estarrecedor. Os sicários não respeitavam condição social nenhuma, sequer a dos eclesiásticos e a dos homens a quem a fortuna premiara. Todos, já igualados pela morte, viam-se agora inadmissivelmente equiparados no modo como morriam. Comparada à ocupação holandesa, a situação era “a paz que parece guerra e aquela foi guerra que parece paz”. A um desses assassinos profissionais, ouvira-se a confissão de ser o seu o melhor negócio do mundo, pois comprava uma libra de pólvora por dois vinténs para praticar um crime que lhe rendia 4 mil-réis.<sup>107</sup>

<sup>106</sup> AUC, CA, 31, fls. 17v, 49, 68v, 87v, 122v, 168v, 184v, 193v-194v, 233-4, 365, 375-375v, 378v, 379v-394, 506, 557, 575; e CA, 33, fls. 262v-263, 323, 344, 357v-359; BNL, Pombalina, 239, fls. 2-3, 39; e A. J. V. Borges da Fonseca, *Nobiliarquia pernambucana*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1935, II, p. 408.

<sup>107</sup> AUC, CA, 31, fls. 43-43v, 122v, 225v-226, 254v, 279v-280, 300, 309-309v, 376v-377, 495; BNL, Pombalina, 239, fls. 86-7; Co.Uo. 8.viii.1672, AHU, PA, Pco., cx. 6; Câmara de Olinda ao regente D. Pedro, 2.x.1676, AHU, PA, Pco., cx. 8; procurador da Coroa em Pernambuco ao mesmo, s.d., AHU, PA, Pco., cx. 9; “Relação de como governou Francisco de Brito Freyre”, BNL, FG, cx. 236, nº 51.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

ciscanos, cujos conventos eram reputados “coutos ou baluartes em que se acastelavam a ignorância, o atrevimento e a libertinagem de costumes”.<sup>2</sup> Havia muito o Oratório transformara-se em instituição eminentemente recifense, numa inversão do seu impulso original.

Os primeiros tempos da Congregação entre nós prestam-se a um estudo de caso das relações entre nativismo e religião. A sorte da filial pernambucana, menos segura do que a de outras ordens havia muito estabelecidas no Reino ou na capitania, achou-se ameaçada por um conflito interno que correspondeu, no plano eclesiástico, a um ensaio de Guerra dos Mascates por nérís interpostos. Sem seu exame, não é factível tampouco compreender as alterações pernambucanas de 1710-1711. A vitória dos religiosos da Madre de Deus, apoiados pela mascataria, em detrimento dos irmãos de Santo Amaro, sustentados pelo partido de Olinda, traduzir-se-á na sólida aliança que abrirá o caminho à conquista da autonomia municipal do Recife. À consecução desse objetivo, não foi alheia a vocação de poder dos nérís, a qual lhes viera, por assim dizer, do berço. Seu fundador em Portugal, o açoriano Bartolomeu do Quental, formara a seu redor, como capelão, confessor e pregador da capela real, um núcleo laico da nobreza cuja educação religiosa submeteu a uma disciplina diária de exercícios espirituais, baseada na oração mental, e quase tão rigorosa quanto a que impôs aos próprios clérigos que serviam no paço, atividades que não o impediriam de, por outro lado, desenvolver uma vigorosa missão pastoral por toda a arquidiocese de Lisboa. Esboço do que será o Oratório português, Quental criou (1659) uma congregação de sacerdotes, sob a invocação de Nossa Senhora das Saudades e sob o patrocínio da rainha regente, proteção que os nérís não se cansarão de recordar aos filhos e netos de D. Luísa de Gusmão que vierem a se sentar no trono. Quando a crise entre D. Afonso VI e o infante D. Pedro saldou-se pela deposição do monarca em benefício do irmão, Quental achava-se do lado certo da barricada, fundando, no ano seguinte (1668), a Congregação dos Clérigos do Oratório de Nossa

<sup>2</sup> *Informação geral*, p. 301; “Revoluções do Brasil: idéia geral de Pernambuco em 1817”, RIAP, 29 (1884), pp. 53-4. Para a demografia oratoriana entre 1662 e 1830, ver gráfico em Maria do Céu Medeiros, *Os oratorianos de Pernambuco: uma congregação a serviço do Estado português*, dissertação de mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1981, entre pp. 180-1.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Filipe Néri quanto de quaisquer outras, contanto que sua congregação dispusesse, consoante seus termos, da confirmação papal. Graças às gestões do embaixador de Portugal e de personalidades romanas, incentivadas pelo regente e por Catarina de Bragança, realizou-se finalmente o desiderato quentaliano. Breve de 1672 aprovou as constituições lisboetas para as casas do Reino e de Pernambuco.<sup>8</sup>

Os estatutos de Lisboa iam muito além dos de Vallicella, incorporando uma série de regras cuja severidade as fazia desviar da inspiração eclética e meio boêmia de São Filipe Néri, que não formulara uma disciplina, só concedida pelo Vaticano após seu falecimento (1595). Filipe Néri previra, por exemplo, a prática diária da oração mental, mas a deixara à discrição individual. Quental fixou-lhe tempo e hora bem como a obrigação de ser feita em comum. Criou deveres adicionais, como o exame de consciência, o jejum todas as festas e sábados, os exercícios espirituais de nove dias por ano, a proibição de pregar fora da Congregação, a exigência de só se sair à rua na companhia de outro oratoriano e sempre a pé e nunca a cavalo, liteira ou coche, a de evitar festividades profanas ou alimentar-se ou pernoitar fora do recolhimento. Concessão importante à sociedade portuguesa de Seiscentos, Quental adotou também o requisito de “limpeza de sangue”, que excluía os descendentes de cristãos-novos, mouros e índios. As espórtulas revertiam ao patrimônio do Oratório, o que não acontecia no regime de Vallicella, que permitia sua apropriação pelos religiosos. O sistema italiano tampouco previra a cura de almas, as “missões pedestres” na Europa ou as “missões de gentildade” na América.<sup>9</sup>

Datam da adoção dos estatutos de Lisboa os primeiros desentendimentos na casa pernambucana. Padre Sacramento os favorecia mas a pequena co-

<sup>8</sup> “Notícia que dão os padres”, pp. 52-3, 89-90; Eugênio dos Santos, *O Oratório no norte de Portugal*, pp. 36-57; Jean Girodon, *Lettres du père Bartolomeu do Quental*, pp. xlv-xlix.

<sup>9</sup> As constituições do Oratório de Lisboa em J. S. da Silva Dias, *A Congregação do Oratório de Lisboa*, Coimbra, 1966, pp. 7-38. Para a comparação entre eles e a disciplina de Vallicella, ver “Diferenças mais notáveis entre os dois estatutos”, Ebion de Lima, *A Congregação do Oratório no Brasil*, Petrópolis, 1980, pp. 187-9. Para as origens do Oratório em Roma, L. J. Rogier e outros, *Nouvelle histoire de l'Eglise*, III: *Réforme et Contre-Réforme*, Paris, 1968, pp. 277-8; e Marc Venard e outros, *Histoire du Christianisme*, VIII: *Le temps des confessions (1530-1620)*, Paris, 1992, pp. 537-8.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

rer com os filhos de Santo Inácio, movidos também pela mesma visão ativista e pragmática da vida religiosa.<sup>17</sup>

Em vão, pouco tempo antes da sua morte (1686), Sacramento escreveu duas vezes a Quental, solicitando um congregado que supervisionasse a aplicação das regras lisboetas. O silêncio do fundador devia-se aos problemas que enfrentava no Reino e sobretudo ao temor de que a preferência outrora manifestada em Santo Amaro pela disciplina de Vallicella suplantasse os desígnios do prepósito da casa pernambucana.<sup>18</sup> Sacramento veio a falecer no desgosto de deixar inacabado negócio que tanto tivera a peito. Em dezembro de 1685, a febre amarela atacou pela primeira vez a capitania e, mais intensamente, o Recife. Com malícia clerical, o hagiógrafo de Sacramento alude à fuga dos sacerdotes da praça, faltando à obrigação de ministrar às necessidades religiosas dos enfermos e moribundos. Destarte, a responsabilidade de socorrer a povoação recaiu exclusivamente sobre os oratorianos, que iam de porta em porta, noite e dia, administrar os santos óleos, ajudados apenas pelos moleques de rua, que portavam as varas do pálido e as lanternas, como se fossem pessoas de condição. Aos nérís, coube também o trabalho de enterrar os mortos, muitos abandonados pelo medo na portaria da Madre de Deus.

A todos esses deveres, entregava-se o padre Sacramento sem prestar atenção às admoestações respeitadas que lhe faziam autoridades e pessoas gradas,

---

<sup>17</sup> A prática da localização fora de portas pode ser também observada no tocante à localização dos conventos de Olinda, todos erguidos originalmente nas margens da vila, de modo a atender não somente a procura por terrenos baratos onde levantar instalações suficientemente amplas para abrigar igreja, recolhimento, casa de noviços, horta etc., mas também as exigências de profilaxia religiosa, ilustradas pelo que narrou Jaboatão acerca dos franciscanos olindenses. Aí, havendo os frades fundadores acomodado-se inicialmente em casa vizinha à Misericórdia, no centro da urbe, fora tal o concurso de gente que ao custódio começou a preocupar “o demasiado comércio e comunicação menos necessária que se ia introduzindo entre seculares e religiosos, traça que originariamente costuma intrometer o demônio para divertir as operações do espírito e embaraçar o sossego das almas”. Veio-lhes em apoio certa viúva rica e beata, que lhes doou terreno e capela onde vieram a erguer o seu convento, apartado do casario citadino e excelentemente situado em colina sobre o mar, o que ocorria também com as casas dos carmelitas, dos beneditinos e dos jesuítas; Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Novo orbe seráfico brasílico*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1858-1862, II, pp. 132-8.

<sup>18</sup> “Manifesto”, fl. 3.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

por muito tempo. Só em março seguinte, assinaram-se os termos do convênio: os procuradores aceitavam não apenas os estatutos mas também um anexo que subordinava a casa recifense à de Lisboa, o qual ainda dependia de confirmação pontifícia.<sup>28</sup> Esta extrapolação de poderes estará também na raiz das dificuldades que irão surgir, havendo constituído seguramente o preço a pagar pela almejada união, embora no tocante ao Oratório de Goa Quental demonstrasse flexibilidade. Os padres André Luís e Louzel embarcaram para o Recife em fins de março. Com eles, viajava o padre João Lobo, incumbido de superintender a aplicação dos estatutos lisboetas. Confessor, pregador e lente de Teologia Moral, ocupava a função de “corretor”, ou censor, da casa de Lisboa, tarefa em que exibira tão indisfarçável vontade de poder que se tornara controvertido a ponto de o próprio Quental impacientar-se com sua maneira forte.<sup>29</sup>

Para caracterizar o autoritarismo de João Lobo, basta mencionar que, quando da instalação do recolhimento do Porto, ele e Rodrigues Leitão haviam sido repelidos pela Câmara na tentativa de se apossarem das instalações de um orfanato. Manipulando a sensibilidade religiosa dos portuenses com uma imagem de São Filipe Néri, proclamaram havê-la casualmente encontrado no interior de certa capela. Que prova mais eloqüente da proteção da Providência Divina? Desta feita, a Câmara teve de lhes doar o terreno.<sup>30</sup> Apenas designado para Pernambuco, João Lobo começou a recrutar sacerdotes já destacados para Braga e para o Porto, irritando Quental, que não estava disposto a enviar para o Brasil a fina flor dos seus professores. A única exceção que abriu foi a de certo rapaz que, malgrado sólidas proteções, não poderia ingressar numa das casas do Reino por ser filho do cocheiro de um fidalgo; em Pernambuco, suas origens eram ignoradas, não redundando assim em deslustre do Oratório.<sup>31</sup> Se este foi o único religioso que João Lobo conse-

<sup>28</sup> Termo de adesão da Congregação de Pernambuco à de Lisboa, 11.iii.1687; e termo de aceitação dos estatutos e do apêndice, 13.iii.1687, AHU, PA, Pco., cx. 12.

<sup>29</sup> *Lettres du père Bartolomeu do Quental*, pp. 61, 77 e 104; termo de aceitação da Congregação de Pernambuco, 10.v.1687, AHU, PA, Pco., cx. 12.

<sup>30</sup> Girodon, “Introduction”, *Lettres du père Bartolomeu do Quental*, pp. lxiv-lxv.

<sup>31</sup> *Lettres du père Bartolomeu do Quental*, pp. 77-8.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

dissidência compôs-se de sacerdotes ou nascidos na terra, como Gaspar da Silva, ou a ela chegados em idade tenra, como João do Rosário, o mesmo podia-se dizer dos seus irmãos do Recife, o que não impedirá, porém, a divergência de ser cooptada pela dissensão maior que se fazia sentir na capitania entre mazombos e reinóis.

A questão dos estatutos era “todo o Aquiles em que se debate o ponto”. Os dissidentes não desejavam ficar sujeitos ao Oratório lusitano, a que os padres da Madre de Deus respondiam que a uniformidade da disciplina não acarretava sujeição administrativa, “somente uma união política”. Escasseando entre nós, “pela qualidade do clima e pelo que for”, as vocações para o clero regular, era indispensável trazê-las do Reino, o que não seria viável, no caso dos nêris, sem as constituições lisboetas.<sup>40</sup> O argumento justificava a prática generalizada de ordenar número superior de noviços vindos de Portugal, de modo a manter em permanente minoria os recrutados entre os colonos, naturais ou não da América. A resistência de Santo Amaro feria uma nota que ressoava fundo nas ordens religiosas, trabalhadas desde meados do século XVII pelo antagonismo entre professos do Reino e professos do Brasil, tanto mais que a anexação do Oratório de Pernambuco pelo de Lisboa percorria o caminho oposto à aspiração de autonomia, já realizada no caso dos franciscanos ou almejada por outras ordens.

A ação de João Lobo, apoiado pelo pelotão que trouxera do Reino, tinha de ser interpretada, à maneira dos dissidentes, como um golpe de mão pelo qual “os padres da Congregação de Lisboa os foram lançar fora de sua casa, fazendo-se senhores do que era seu”.<sup>41</sup> A disputa logo se inserira no confronto entre mazombos e reinóis, como indica sua defesa pela Câmara de Olinda. Havendo fundado o recolhimento de Água Fria mediante sua fazenda, seu trabalho e a ajuda de benfeitores, inspirados no propósito de levar uma vida eremítica assistindo à população carente dos ermos do Beberibe ou convertendo o gentio no sertão, viam-se perseguidos por João Lobo, que tencionava expulsá-los da casa de Santo Amaro, valendo-se do favorecimento de

<sup>40</sup> Procurador de D. Francisco de Lima a D. Pedro II, s.d., mas de 1700, AHU, PA, Pco., cx. 12; anexo ao “Manifesto”, fls. 29-32.

<sup>41</sup> “Manifesto”, fl. 11.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

do vigário-geral, ordenando ao beneditino que sustasse a execução. O frade retaliou, excomungando os néris, o que lhe valeu a excomunhão por D. Francisco, por sua vez excomungado por frei Benedito. Enquanto isto, os sequeles de um e outro partido arrancavam mutuamente as correspondentes proclamações dos lugares públicos em que eram afixadas de praxe.<sup>49</sup>

Tratava-se de uma daquelas guerras clericais que nossas sociedades secularizadas já não compreendem. O desmoralizante espetáculo ultrapassou as fronteiras da disputa eclesiástica para envolver os agentes da Coroa. A pedido do bispo, o governador convocou uma junta de altos funcionários e letrados para se pronunciar sobre a controvérsia. O resultado concluiu unanimemente ter ocorrido violação da jurisdição episcopal. D. Francisco de Lima propôs conferência das partes, engajando-se a aceitar o que se resolvesse, de vez que a ordem pública estava a ponto de romper-se. Inicialmente, frei Benedito concordou, marcando-se encontro entre os letrados e os teólogos de Olinda e do Recife, distinção feita nos documentos, indicativa da inserção do dissídio religioso na polarização da capitania. Depois, mudou de idéia, a conselho dos “teólogos e juristas da cidade”, que alegavam que o bispo e o governador dispunham de maioria e que a preeminência do delegado do papa, isto é, frei Benedito, impunha-se à autoridade do ordinário, ou seja, o prelado, não havendo motivo para recorrer a árbitros. Perante o impasse e a comoção pública, D. Francisco requereu a Fernando Martins Mascarenhas a intervenção do “braço secular”, vale dizer, o uso da força contra os religiosos recalcitrantes. O bando governamental (9.x.1699) que o atendeu previa, entre outras penas, o degredo para os laicos que se declarassem, por palavras ou atos, contra o bispo.<sup>50</sup>

A briga dos néris deixara de ser uma querela entre irmãos de roupeta ou entre autoridades eclesiásticas para implicar as principais camadas sociais, a

<sup>49</sup> “Manifesto”, fls. 14-8; padre João do Rosário e outros a D. Pedro II; e D. Francisco de Lima ao mesmo, *cits*.

<sup>50</sup> Ata da junta de altos funcionários e letrados, 7.x.1699; Fernando Martins Mascarenhas a D. Pedro II, 28.vi.1700; D. Francisco de Lima ao mesmo, *cit.*; e bando governamental de 9.x.1699, AHU, PA, Pco., cx. 12. Pretende, contudo, o “Manifesto” ter sido o bispo a desistir da reunião, temeroso de “maior perturbação se se fizesse”, fl. 19.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

## Loja x engenho

A deposição do Xumbergas, as alterações de Goiana e a briga dos nérís prefiguraram, à sua maneira, a Guerra dos Mascates, que combinou os ingredientes destes conflitos, na base do antagonismo entre o mercador reinol e o produtor brasileiro, antagonismo hegemônico, na medida em que tendeu a subordinar todas as demais rivalidades da capitania. A confrontação entre a loja e o engenho assumiu principalmente a forma de uma contenda municipal, de escopo jurídico-institucional, entre o Recife florescente, que aspirava à emancipação, e a Olinda decadente, que procurava mantê-lo numa sujeição irrealista. Esta ingênua fachada localista não demorou, aliás, a revelar o que havia por detrás dela, a luta pelo poder local entre o credor urbano e o devedor rural, oposição, desde o período holandês, mais intensa entre nós do que no resto da América portuguesa.<sup>1</sup> Foi uma dessas lutas sem transações de que, na história política do Brasil, apenas os pernambucanos e os gaúchos amaram a vertigem. Os cronistas coevos de uma e outra parcialidade não se deixaram, aliás, enganar pelas aparências, fazendo ver sem rebuços que a Guerra dos Mascates constituiu de forma nua e crua uma luta de classes.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> “A divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate, divisão que encheria mais tarde quase toda a história pernambucana”; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, 1956, p. 70.

<sup>2</sup> Rocha Pita, *História da América portuguesa*, p. 400; J. B. Fernandes Gama, *Memórias históricas da província de Pernambuco*, 4 vols., Recife, 1844-1847, IV, pp. 56-8; Manuel dos Santos, *Narrativa histórica das calamidades de Pernambuco*, Recife, 1986, p. 16. Sobre as fontes narrativas da Guerra dos Mascates, ver anexo B.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

se sujeitarem à vontade do opressor europeu. Desta sorte, em poucos anos tornaram-se os mascates grossos capitalistas.<sup>5</sup>

A versão dada na praça ao endividamento da nobreza era previsivelmente outra. Se Gonçalves Leitão fazia finca-pé no crédito usurário, o Dr. Manuel dos Santos, porta-voz da mascataria, após assinalar que “os recifenses nunca deveram aos senhores de engenho e raríssimo será o senhor de engenho que a eles não deva cabedal bastante”, explicava o fenômeno, de um lado, pela ética de trabalho dos reinóis, e, de outro, pelo desperdício inerente à ética senhorial:

É o Recife o principal objeto da emulação (por lhe não chamar ódio) dos moradores de Olinda e da maior parte dos filhos da terra, sendo a causa o verem que, vindo os filhos de Portugal, que nele habitam, pela maior parte pobres e por não perdoarem a trabalho, chegarem a adquirir pela sua indústria (a que eles chamam roubos) os cabedais que os filhos do Brasil pela sua ociosidade (por não dizer preguiça) costumam desperdiçar. E considerando depois disto que de força se hão-de valer deles pelo seu remédio, tanto de fazenda como de dinheiro e de tudo mais que necessitam (porque entre os paisanos [i.é, conterrâneos] não acham este préstimo), como não medem os gastos pelos cabedais que possuem senão pela desordem de seus apetites, ajuntando dívidas sobre dívidas e fazendo-se remissos na paga, vem a resultar, depois de venderem os postos que ocupam e ficarem sem bens por penhorado neles, tornarem a raiva desta sua incúria aos recifenses, a quem devem. E como a indigência lhes não faça perder os brios, têm por menoscabo de sua fidalguia não o deverem mas sim a violência com que por justiça os fazem pagar.<sup>6</sup>

Na visão mascatal, a propensão ao endividamento era uma constante da existência dos pró-homens, tanto assim que, segundo outro autor, havendo a Companhia das Índias Ocidentais lhes adiantado recursos abundantes, eles lhe haviam ficado devendo várias vezes o valor do que possuíam, não faltan-

<sup>5</sup> Fernandes Gama, *Memórias históricas*, IV, pp. 57-8.

<sup>6</sup> Manuel dos Santos, *Calamidades de Pernambuco*, pp. 16, 84.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

tes, quaisquer ambições descabidas de promoção social ou política. Naquelas listas, apenas notar-se-ão os nomes de Joaquim de Almeida, que se tornaria uma espécie de patriarca do grêmio mascatal, e o de Antônio Fernandes de Matos, que deveria ter na história urbana do Recife um lugar quase tão eminente quanto o que se atribuiu ao conde de Nassau ou, no século XIX, ao conde da Boa Vista.

Fernandes de Matos não começou a vida pelo comércio ambulante, como a maioria dos seus pares, nem estes conheceram o mesmo grau de êxito; mas fê-lo sob a condição igualmente subalterna de pedreiro.<sup>21</sup> Ao longo do terço final da centúria, ei-lo que amplia sua atividade a todos os setores da economia regional: construção civil, especulação imobiliária, propriedade imóvel rural e urbana, navegação, tráfico de escravos, exportação e importação, comércio em grosso e a varejo, arrematação da cobrança de impostos, agiotagem, fornecimento das frotas, criação de gado. O elenco dos monumentos civis, militares e religiosos que construiu ou reformou no Recife denota, além do gosto do empreendimento e da paixão do ganho, um projeto de promoção da cidade que o holandês fundara mas que a restauração reduzira à posição anterior de porto de Olinda. Projeto que não estava destituído de segundas intenções políticas, ao representar a pujança da comunidade mercantil que ali habitava: igreja e convento do Carmo, igreja e hospital do Paraíso, colégio da Companhia de Jesus e a anexa igreja de Nossa Senhora do Ó, igreja e convento da Madre de Deus, capela da Ordem Terceira de São Francisco, o forte do Matos, o quartel do Paraíso, as obras do porto e das pontes, a casa da moeda, a reparação do palácio das Torres e o arco e a capela do Bom Jesus.

No tocante a seus contemporâneos da praça, ignora-se a composição da fortuna e a versatilidade empresarial. Em compensação, está-se melhor informado sobre a segunda e a terceira geração de mascates, vale dizer, as que promoverão o levante de 1711 e a de seus filhos e genros.<sup>22</sup> Ao comércio de grosso trato, atividade de base, com ou sem loja aberta (mais freqüentemente com a última), eles associavam a propriedade de embarcações de cabotagem ou des-

<sup>21</sup> Gonsalves de Mello, *Um mascate e o Recife*, *passim*.

<sup>22</sup> Gonsalves de Mello, "Nobres e mascates", *passim*.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



privilegiada, à diferença de *statu*. Mesmo entre senhores de engenho, prevaleciam significativas disparidades de renda, como as que derivavam da propriedade de um engenho real ou de um simples molinete, ou que separavam um proprietário da várzea do Capibaribe do seu contraparte alagoano. Por fim, a açucarocracia caracterizara-se pela instabilidade dos seus quadros, a qual, numa conjuntura de crescimento, decorria da natureza eminentemente comercial e especulativa da economia açucareira.<sup>28</sup>

As guerras e a ocupação holandesa (1630-1654) perturbaram esse quadro. Cerca da metade dos engenhos foi abandonada pelos proprietários, que se refugiaram na Bahia. Muitas fábricas foram desmontadas, roubadas ou danificadas; e sua escravaria fugira, deixando apenas os velhos e as crianças. A liberalização do comércio entre os Países Baixos e o Brasil holandês permitiu a reativação do sistema açucareiro. Os engenhos devolutos foram confiscados e revendidos a prazo a comerciantes holandeses e judeus, a burocratas, oficiais do exército e também a colonos luso-brasileiros. Para reconstruí-los, comprar escravos e fundar safras, crédito abundante lhes foi adiantado bem como aos lavradores de cana, se bem que a juros escorchantes. Segundo cronista neerlandês da época, “o comércio passou a fazer movimento em escala nunca dantes atingida”, concluindo-se “transações de muitos milhões [de florins] em curto espaço de tempo”. Mas à euforia do quinquênio 1638-1642 sobreveio a crise do preço do açúcar em Amsterdã, parte de fenômeno mais amplo de declínio dos preços dos produtos coloniais e de reversão da tendência secular à expansão. O colapso comercial no Brasil holandês tornou-se iminente quando os mercadores da metrópole passaram a cobrar aos negociantes do Recife os recursos avançados. Diante do problema, o governo neerlandês apelou para a encampação das dívidas da açucarocracia em troca de garantia hipotecária. Sem suspeitar, ele viera criando, desde o confisco e revenda dos engenhos, as condições que facilitaram a eclosão da revolta de devedores destinada a restituir o Nordeste à suserania lusitana.<sup>29</sup>

A revolta de 1645 concretizou tal objetivo com base numa coalizão precária dos novos proprietários luso-brasileiros, dos antigos donos na Bahia, e

<sup>28</sup> Cabral de Mello, *Rubro veio*, pp. 409 ss.

<sup>29</sup> Cabral de Mello, *Olinda restaurada*, pp. 381 ss.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

temerária mas abusória”, introduzida na terra havia muito, segundo a qual “os nacionais daquela conquista são vassalos desta Coroa mais políticos do que naturais, por haverem restaurado seus pais e avós aquele Estado da tirânica potência de Holanda”. Semelhante noção raiava pela heresia política, “pois assim como a fé católica duvidosa não é fé, assim também lealdade disputada não é lealdade”. Esse *tópos* fundador encontra-se formulado pela primeira vez em representação da Câmara de Olinda ao monarca (1651), solicitando a reserva dos cargos públicos da terra para seus “filhos e moradores”, de vez que “à custa de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas, pugnamos há mais de cinco anos por as libertar da possessão injusta do holandês”. A afirmação estava fadada a grande fortuna: reiterada ao longo do século XVII e ao tempo da Guerra dos Mascates, ela perdurará, malgrado a derrota do partido da nobreza, refugiando-se no bolor das crônicas setecentistas para ressurgir na Revolução de 1817, sob o verniz da linguagem política do Iluminismo.<sup>35</sup>

Independentemente da sua inveracidade histórica, o argumento continha uma ambigüidade utilíssima. Por um lado, na sua vertente conservadora, ele servia para proclamar a especial fidelidade dos moradores da capitania à Coroa; e neste sentido foi esporadicamente instrumentalizado pelos funcionários régios; por outro, funcionou sediciosamente como base da concepção contratualista a que se referira o secretário do governo. Ao contrário dos demais vassalos da América portuguesa, que eram “súditos naturais”, os pernambucanos se haviam tornado “súditos políticos” ao haverem, da sua livre e espontânea vontade, restituído ao domínio português uma terra que haviam duplamente conquistado, primeiro no século XVI, aos índios, depois no XVII aos holandeses, que os haviam senhoreado injustamente por um quarto de século. Em conseqüência, quando da restauração, a Coroa lhes teria concedido a contrapartida de um elenco de foros, isenções e franquias, seja de natureza fiscal, como a dispensa de novos impostos, seja administrativa, como o monopólio dos cargos civis, militares e eclesiásticos. Escusado assinalar que essa argumentação nada continha de novidade teórica nem de conteúdo revolucionário, prendendo-se às concepções constitucionais do escolasticismo

<sup>35</sup> Fernandes Gama, *Memórias históricas*, IV, p. 318; Cabral de Mello, *Rubro veio*, pp. 105 ss.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Prosseguia o memorial assinalando que, malgrado as tentativas holandesas de captar a adesão sincera da nobreza à nova ordem de coisas, mediante a venda a crédito dos engenhos confiscados e os casamentos mistos, “para que já os filhos bebessem o sangue no leite das mães com inclinação estrangeira”, os pró-homens haviam dissimulado a opressão, guardando o desejo secreto de rei natural, de modo que, apenas conhecida a aclamação de D. João IV,

sem dinheiro, sem armas e sem poder algum, mais que cegos da sua afeição, publicam liberdade e acometem com atrevimento nunca visto ao inimigo, senhor absoluto de poderosas armadas, de todas as capitânicas e fortalezas delas. E suposto viam suas amadas mulheres e filhos já queimados em chamas de fogo ou darem as vidas aos cruéis fios das espadas e, desterrados pelos sertões, serem pasto das feras ou dos bárbaros e, livres destes, morrerem à fome e à sede e tudo o que era fazenda sua convertida em cinzas, faltos à lástima, incontrastáveis à pena e invencíveis à perda, tanto fizeram até que viram rendida a soberba [da Holanda] sujeitar-se humilde ao rei português, sujeitando-lhe por este modo esta grande parte da América e conseguindo o que não pôde Ásia nem África.

Quando, pela segunda vez, a nobreza, sob a proteção que, gratos, lhe dispensavam os reis da Casa de Bragança, aprestava-se a desfrutar “terra povoada com tanto trabalho, recuperada com tanto sangue e sustentada com tanta fadiga”, eis que a história lhe pregava nova peça, agora sob a forma da mascataria.

Começou este turno de areia [o Recife], por descuido dos nossos antepassados, a povoar-se com uma tal gente, como é notório, vindo despidos sem estimação nem lugar onde haviam nascido, com tanta humildade que mais se podiam reputar servos que senhores e, achando piedoso agasalho e urbanidade notável, ocuparam honras, lugares na república e estimações singulares. E quais ondas do mar, impelidas de soberbo vento, não guardando já os limites do seu território, rompem os rochedos mais duros e as balizas mais fortes e tudo inundam, sem respeito nem conhecimento do seu limitado princípio, assim estes tais, levados desta infernal doutrina, pretendiam dar leis e não recebê-las e quererem senhoriar com império e não com igualdade aqueles que os haviam agasalhado, não reconhecendo [estes] me-



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

tes sertões [i.é, no interior da capitania], aonde têm os seus engenhos e só falam uns com os outros”, de modo que “ainda não sabem a grande obediência que deve ter um vassalo às reais ordens de Vossa Majestade”.<sup>48</sup> A dispersão rural produzia uma sociabilidade de classe, dependente, quando muito, das vilas e povoações da mata, com o que o centro do poder colonial, ali onde residiam os principais representantes da monarquia, achava-se tolhido para exercer sua função de curializar a açucarocracia mediante o convívio com os demais grupos privilegiados da capitania, as autoridades reinóis, laicas e eclesiásticas, e os grandes mercadores. Destarte, não se lograva incutir-lhe os valores políticos da metrópole.

\* \* \*

Ao inaugurar-se o século XVIII, Olinda e o Recife tinham uma crônica centenária de antagonismos. No período *ante bellum*, o Recife, póvoa portuária, contivera perto de quatrocentos moradores, sem contar a massa de embarcações que sempre se achava por ali, a qual podia chegar a duzentos. Ademais da “paróquia muito bem ordenada e rica”, onde se erguiam os armazéns de açúcar e de outros gêneros, possuía, na “outra banda”, ou ilha de Antônio Vaz, um convento franciscano. A barra era defendida pelos fortes do Mar ou da Lage, e da Terra ou de São Jorge. Já Diogo de Campos Moreno discutira o tema, que avultará sob o domínio holandês, das vantagens comparativas de Olinda e do Recife em termos de segurança. Em 1609, o sargento-mor do Estado do Brasil afirmava enfático, como farão os neerlandeses depois, que Olinda não podia ser adequadamente fortificada, sempre ficando “lugar aberto e exposto aos agravos da guerra”, prevendo que uma força inimiga não teria dificuldade em desembarcar em Pau Amarelo, a norte da vila, e em, marchando pela praia, apoderar-se dela, exatamente o cenário adotado pelos batavos em 1630.<sup>49</sup>

<sup>48</sup> D. Lourenço de Almeida a D. João V, 26.vii.1715, AHU, PA, Pco., cx. 17.

<sup>49</sup> Diogo de Campos Moreno, “Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil”, RLAP, 57 (1984), pp. 200-1, 237. E na sua obra mais conhecida, ele batia na mesma tecla; Diogo de Campos Moreno, *Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612)*, Recife, 1955, p. 177.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Conscientes da oposição que a mudança criaria no Reino, André Vidal e aliados forçaram a mão da Coroa, apresentando-lhe o fato consumado, a que se dobrou o Conselho Ultramarino ao observar que se a transferência já não tivesse sido efetuada, seria o caso de ponderarem-se os prós e os contras. Mas a aquiescência d'El Rei devia ser dada com a recomendação que se tratasse da conservação do Recife, onde deveria permanecer a guarnição. André Vidal devia ser advertido de que não poderia ter agido sem consulta a Sua Majestade. Dois brasilianistas do Conselho manifestaram suas reservas. Embora reconhecendo a legitimidade das pressões em favor de Olinda, Feliciano Dourado opinava que a decisão esperasse pela conclusão das negociações diplomáticas com os holandeses; e que a alfândega também ficasse no Recife. Salvador Correia de Sá manifestou-se igualmente contra a novidade, embora pensasse, como André Vidal, que o fator decisivo não era o Recife mas o controle do interior. Ambas as opiniões partiam, aliás, da mesma premissa formulada por Francisco Barreto de que “só o lugar donde o governo e os tribunais [i.é, as repartições públicas] residem se perpetua e aumenta”.<sup>54</sup> Não exercendo o incipiente comércio reinol grande influência na terra ou junto à Coroa, ele ainda não podia pesar na balança.

A Coroa adiou a definição por mais de cinco anos. Quando Brito Freyre seguiu para seu governo (1661), procurou obtê-la, continuando inutilmente a pedi-la a Lisboa. Tendo-se aconselhado com o governador-geral, que ainda era Francisco Barreto, aderiu à sua opinião.<sup>55</sup> A questão tornara-se particularmente relevante em decorrência da missão secreta que lhe fora atribuída. Para a eventualidade de uma ocupação espanhola do Reino, D. João IV previra outrora a retirada da monarquia para o Brasil, à maneira do que século e meio depois fará D. João VI. Por outro lado, o conflito entre Portugal e os Países Baixos intensificara-se com o término da primeira guerra anglo-holandesa (1654), que deixara as Províncias Unidas com as mãos livres para resolver sua disputa com os Braganças. Por fim, já não se podia contar com a

---

que, ao tempo da guerra holandesa, tivera lugar entre os luso-brasileiros acerca das vantagens respectivas da guerra de posição e da guerra volante; Cabral de Mello, *Olinda restaurada*, pp. 318 ss.

<sup>54</sup> Co.Uo. 19.vii.1663, cit.

<sup>55</sup> AUC, CA, 31, fl. 50; e Co.Uo. 16.v.1663, AHU, PA, Pco., cx. 5.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



vila e em desrespeito à régia vontade.<sup>61</sup> Nesta, como em outras ocasiões, a Coroa interveio, ameaçando o recalcitrante de suspendê-lo das funções, medida ineficaz, de vez que entre a denúncia da irregularidade e a resposta de Lisboa transcorreram praticamente o triênio dos ouvidores. Nos anos oitenta, a fim de coagi-los, a Câmara chegou ao ponto de recusar-lhes as chaves do seu anexo que eles utilizavam no Recife.

O esvaziamento de Olinda era irremediável. O Recife roubara-lhe a função comercial; e a açucarocracia, ruralizada pela pobreza, já não podia dar-se ao luxo *ante bellum* da residência secundária na vila, segregando-se pelos engenhos, como previra Francisco Barreto. Ao próprio serviço régio, desconvinha a residência dos ministros em Olinda. No caso dos governadores, sabe-se que foram autorizados a estagiarem no Recife nas ocasiões de frota, quando a sua presença tornava-se indispensável ao apresto da chegada e partida dos navios, períodos que duravam até seis meses. Em 1689, D. Pedro II voltou a recomendar o cumprimento estrito da regra. Quando da grita provocada, no governo de Montebelo, pela reparação do paço nassoviano, a Coroa novamente lembrou a ordem. Além da frota, Francisco de Castro Moraes invocaria outras obrigações para deixar-se ficar na praça. Suas explicações não convenceram, sendo intimado a guardar inviolavelmente o preceito, exceto nos meses de monção.<sup>62</sup> Às vésperas da sedição da nobreza, o assunto servia de motivo para os entreveros entre a Câmara e Castro e Caldas.

Pelo seu valor simbólico, a residência dos governadores no Recife catalisava os agravos. Proporcionando o antigo palácio nassoviano instalações condignas que, na falta dele, a Câmara se teria negado a custear, Brito Freyre mandara consertá-lo dos estragos produzidos durante a guerra, dispondo que a municipalidade lhe aplicasse os recursos previstos para seu alojamento. Terminadas as obras, Brito Freyre habitou o então lusitanamente chamado palácio das Torres. A Câmara, porém, procrastinou o pagamento, provocando os protestos de imparcialidade do governador, que repudiava os rumores cor-

<sup>61</sup> Câmara de Olinda ao regente D. Pedro, 24.v.1670; Câmara de Olinda a João de Sepúlveda e Matos, 21.ii.1670; e Co.Uo. 26.xi.1670, AHU, PA, Pco., cx. 6.

<sup>62</sup> *Informação geral*, p. 14; J. A. Gonsalves de Mello, "Pernambuco ao tempo do governo de Câmara Coutinho", RIAP, 51 (1979), p. 296; e Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, V, p. 63.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

da Guerra dos Mascates, o nível de 12 mil ou 14 mil pessoas, ou mesmo de 15 mil habitantes, enquanto Olinda estagnara na faixa dos 2 mil a 2,5 mil moradores, se é que não regredira.<sup>70</sup>

Não há razão para duvidar da veracidade do quadro pintado nos primeiros anos de Setecentos, mesmo dando desconto ao partidarismo recifense do autor:

Nem o holandês nem o português fez nela aumento algum [...] e o maior que teve foi o de enobrecê-la Sua Majestade com o título de cidade [...] tempo em que se lhe mandou o primeiro bispo. E no mais não teve aumento em edifícios nem moradores e menos cabedais. E ainda que tem cinco conventos e várias igrejas, são de diminutos edificios e o que a estes sustenta é a praça [i.é, o Recife], porque nela tiram esmolas e todos os mais alentos que têm e de que se sustentam. Reside nela um dos terços de infantaria com os seus cabos e o dinheiro que se dá ao socorro destes é somente o que ali aparece, que em breve tempo se torna a reconduzir à praça. E nenhum outro meneio tem, nem trato nem comércio algum, por donde possa sustentar-se, quanto mais aumentar-se. E assim são aqueles habitantes pobríssimos, e o que mais os obriga a assistir ali é o não terem modos e meios de poder viver na praça, adonde além do sustento carecem de vestiário diverso; e ali estão sujeitos às conveniências que lhe oferece o sítio da cidade, que é com pouca diferença o mesmo que viver no campo.<sup>71</sup>

<sup>70</sup> “Tratado da capitania de Pernambuco”, fl. 13; *Calamidades de Pernambuco*, p. 15. À luz dos dados de que se dispõe para meados e para fins do século XVIII, Gilberto Osório de Andrade adverte contra estimativas exageradas da população do Recife neste período; *Montebelo, os males e os mascates*, p. 38. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, V, p. 152, calculava uma população de 10 mil habitantes para 1710, o que deve estar mais próximo da realidade do que as estimativas do “Tratado” e do Dr. Manuel dos Santos, interessados em inflacioná-la. O Recife constituía assim, com Salvador e o Rio de Janeiro, os três maiores aglomerados urbanos da América portuguesa, compreendendo mais da metade da população do Porto, segunda cidade portuguesa, que em 1732 somava 20 mil habitantes. Aliás, ainda em começos do século XIX (1801), Portugal só continha sete cidades com população superior a 10 mil moradores; Vitorino Magalhães-Godinho, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, 1977, pp. 36 e 42.

<sup>71</sup> “Tratado da capitania de Pernambuco”, fls. 8v-9.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

problemas de assoreamento, teriam reduzida sua profundidade. Ali onde o primeiro donatário tencionara dotar Olinda de porto próprio, a barreta de Santo Antônio era utilizada pelas pequenas embarcações de cabotagem e pelos barcos que faziam por mar o transporte de passageiros entre a vila e a praça, percurso menos usado que o fluvial, a cargo das canoas que subiam e desciam o Beberibe.<sup>79</sup> A Câmara advogava a construção de um molhe na barreta, formando fundeadouro seguro e espaçoso. El Rei mandou proceder à sondagem do local, mas o marquês de Montebelo concluiu pela inviabilidade da obra, opinião endossada pela Coroa, que preferiu concentrar recursos no melhoramento da barra do Recife. É significativo, aliás, que o projeto volte à ordem do dia às vésperas da sedição da nobreza. Em 1708, Castro e Caldas informava que embora os pró-homens insistissem no projeto, nenhum deles estaria disposto a concorrer para os gastos, que desejavam corressem por conta dos recifenses.<sup>80</sup>

A praça já lograra torpedear outro projeto portuário que lhe seria prejudicial, o de fazer no ancoradouro de Tamandaré, sabidamente o mais capaz de Pernambuco, um porto a ser freqüentado regularmente pela frota anual, antiga reivindicação que datava da guerra holandesa e que roubaria ao Recife o comércio das freguesias meridionais, principais produtoras de açúcar. Consultados em Lisboa, Aires de Souza e Castro e o marquês de Montebelo não demonstraram entusiasmo, assinalando que os moradores da praça não arca-riam com os ônus da mudança. De ordem da Coroa, Melo e Castro mandou proceder aos estudos, os quais concluíram que, ademais de oferecer obstáculos de engenharia, o local era pouco saudável por grassarem as maleitas. Para convencer o Conselho Ultramarino, favorável ao projeto, foi necessário o parecer de Fernando Martins Mascarenhas, para quem a obra seria demasiado onerosa e militarmente insuficiente.<sup>81</sup>

<sup>79</sup> J. A. Gonsalves de Mello, "O chamado foral de Olinda, de 1537", *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, 13-28 (1957-1974), p. 51; e "Diário do governador Correia de Sá, 1746-1756", RIAP, 56 (1983), pp. 345 e 347.

<sup>80</sup> AUC, CA, 33, fls. 186v. e 297v; British Library, Add. 21.000, fl. 114v; Castro e Caldas a D. João V, 22.viii.1708, cit.; e João Guedes de Sá a D. João V, 18.vi.1709, cit.

<sup>81</sup> Parecer de Aires de Souza e Castro e do marquês de Montebelo, 17.ii.1694, Co.Uo.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

tudo, os homens principais tampouco estavam isentos de manchas igualmente comprometedoras. Nas veias de indivíduos aparentados por mais de século e meio de endogamia, circulavam suficientes gotas de sangue judaico para desqualificá-los também para o exercício dos “ofícios de honra”, como eram os municipais, embora prevalecesse no Reino e particularmente no Ultramar certa tolerância para com quem houvesse subido na vida.<sup>89</sup> Nesse ambiente de recriminações recíprocas, em que, com intenções políticas, nobres e mascates impugnavam-se mutuamente, cobra seu significado o caso de Felipe Pais Barreto nos primeiros anos do século XVIII. Rebento de uma das mais ilustres linhagens da capitania, sua aspiração de vestir o hábito da Ordem de Cristo foi aniquilada pela investigação de praxe, que, confiada a dois acaudalados mercadores, detectou a ascendência cristã-nova da sua avó materna.<sup>90</sup> Independentemente de acerto de contas pessoal, a manobra golpeava o monopólio do poder municipal pela nobreza. Se os mascates estavam impedidos de ascenderem aos cargos edilícios por causa de “defeitos mecânicos”, tampouco os pró-homens poderiam ocupá-los devido aos “defeitos de sangue”. Se os fidalgos de Olinda estavam limpos da mácula manual, os comerciantes, oriundos da população rural do norte de Portugal, podiam, por sua vez, jactarem-se do sangue, segundo a concepção, vigente na Península Ibérica, de que os rústicos teriam preservado sua pureza étnica.<sup>91</sup>

Como uma facção da açúcarocracia se mostrasse razoável, concordando com a participação minoritária da mascataria, os negociantes puderam alcançar, nos anos finais de Seiscentos e primeiros de Setecentos, modesto grau de representação, reservando-se-lhes o cargo de procurador do conselho, a quem cabia zelar pelos bens municipais. Consoante a praxe seguida no Reino, acreditavam os pró-homens havê-los arrinconado na função que mais se coadunava com as competências mascatais e que, por conseguinte, costumavam ser

---

<sup>89</sup> C. R. Boxer, *The Portuguese seaborne empire, 1415-1825*, Nova York, 1969, p. 282. Para acusações recíprocas de inabilidade para os cargos municipais no Rio de Janeiro, ver *Obras de João Francisco Lisboa*, 4 vols., São Luís, 1864-1865, III, p. 115.

<sup>90</sup> Cabral de Mello, *O nome e o sangue*, pp. 21-83.

<sup>91</sup> Ver a respeito Américo Castro, *De la edad conflictiva*, 3ª ed., Madri, 1972, e também do mesmo autor, *La realidad histórica de España*, México, 1954.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



a ordem dos mais votados. Quando os pró-homens tentaram opor embargos, Guedes de Sá chamou-os publicamente de “inconfidentes”, o que era grave acusação. E um dos eleitores recifenses vangloriou-se publicamente de que “se até agora os homens do Recife despendiam meias de seda para serem almo-tacéis, daqui por diante haviam os homens de Pernambuco [de] dar-lhes caixas de açúcar se quisessem entrar na governança”.<sup>99</sup>

A nobreza despachou o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, de regresso do governo do Rio Grande do Norte, para apresentar recurso à Relação da Bahia contra o ouvidor, expedindo-se carta sustatória para Pernambuco, à espera de que o agravo entrasse na sobrecarregada agenda. Como em dezembro o assunto ainda não houvesse ido a julgamento, Guedes de Sá mandou proceder ao sorteio dos pelouros, de acordo com a nova decisão régia. Pela primeira vez, mascates sentavam-se na Câmara não como procuradores do conselho, mas como membros de pleno direito. Em retaliação, os nobres sorteados recusaram-se a comparecer às vereações, pretextando doença, de vez que pelas Ordenações ninguém podia-se dar por escuso de servir a função, exceto mediante isenção régia. Em Olinda, em fins de 1703 e começos de 1704, viveram-se dias de tensão. O juiz-de-fora, Roberto Car Ribeiro, coagiu os refratários, pondo-lhes meirinhos à porta, cujas despesas corriam por conta dos intimados. Estes exigiram a certidão da tropelia, no propósito de recorrerem a El Rei, mas Car Ribeiro negou-se a fazê-lo, prometendo dar conta do sucedido a Sua Majestade e ordenando que, à espera da régia resposta, se pusesse silêncio sobre assunto passível de aprofundar as divergências.<sup>100</sup>

Ambos os magistrados escalaram as represálias, pondo alçada aos domicílios de outros pró-homens, como Bernardo Vieira de Melo, por incumprimento de decisões judiciais em matéria de dívidas. Utilizando carta de diligência da Relação da Bahia que fora objeto de embargo, resolveram prender Francisco Berenguer de Andrade, o mais turbulento dos pró-homens, que se refugiara na igreja da Misericórdia. Quando o juiz-de-fora entrou no templo para dar a voz de prisão, os clérigos da Santa Casa opuseram-se “com tão

<sup>99</sup> *Ibid.*, fls. 36-7.

<sup>100</sup> Homens nobres de Pernambuco a D. Pedro II, 25.iii.1704; e petição dos homens nobres à Câmara de Olinda (1704), AHU, PA, Pco., cx. 14.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

os lavradores de cana de Pernambuco com número superior àquele, razão pela qual propunha que a proibição se limitasse a quem tivesse três e menos africanos. Pediam-se também providências contra os atravessadores, aplicando-se-lhes as penas do Reino para os atravessadores da farinha de trigo. El Rei aprovou as sugestões, estendendo também aos lavradores de mandioca o privilégio de não-execução por dívidas, extensão que fora, aliás, solicitada pelo memorial da nobreza. Por fim, os lavradores de fumo de Itamaracá queixavam-se de que o comércio recifense adquiria o produto a baixo preço para revendê-lo na costa da Mina.<sup>109</sup>

Ancilar à luta em torno do acesso de mascates à Câmara foi a travada em torno do comando das forças de milícia. A representação da nobreza solicitou a demissão dos mercadores dos postos de comando a que se haviam guindado no Recife, em violação do direito exclusivo que ela tinha a esses cargos. Nos distritos rurais, a açucarocracia exercia-os desde sempre, mediante escolha dos governadores em listas submetidas pelas Câmaras e confirmada depois por El Rei. Esporadicamente, eles ignoraram a praxe, designando quem bem entendiam, mas, no final das contas, a nomeação acabava recaindo em algum pró-homem do lugar, mesmo que não fosse da preferência do grupo que dava as cartas no município, de vez que inexistia alternativa mascatal, nos distritos da mata, à dominação dos açucarocratas. Ali, o capitão-mor, acolitado pelo sargento-mor, detinha o monopólio da violência legítima, compondo desavenças, reprimindo assuadas, executando as ordens governamentais e mantendo os homens livres em estado de preparação militar nas mostras anuais e nos exercícios de treinamento que, cem anos depois, Koster virá a descrever.

Além de vitalícios, tais cargos eram isentos de “residência”, sendo de fato transmitidos hereditariamente ou dentro da mesma família, donde se poder imaginar os abusos a que a prática dava lugar. Já o desembargador Ramires de Carvalho recolhera a reclamação geral de que os capitães-mores atuavam

<sup>109</sup> Francisco de Castro Morais a D. Pedro II, 8.iii.1704; Câmara de Olinda a D. Pedro II, 3.iv.1704; Co.Uo. 1.viii., 21.viii. e 29.viii.1704, AHU, PA, Pco., cx. 14. Para os cultivadores livres de farinha de mandioca e fumo em começos do século XVIII, ver Guillermo Palacios, *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución industrial*, México, 1998, pp. 23 ss.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



ainda mais pronunciada neste quinquênio inicial do século XVIII, quando o preço alcançava nível superior ao dos anos setenta. Infelizmente, não se dispõe da mesma riqueza de dados relativamente aos preços locais, os que realmente importavam ao produtor. Elementos recolhidos por J. A. Gonsalves de Mello permitem entrever que o pico desta modesta recuperação teria sido atingido por volta de 1700. J. H. Galloway, com base nas cifras do dízimo e das exportações de açúcar, julga que, para o Nordeste como um todo, “os primeiros anos do século XVIII foram tempos de prosperidade para a indústria açucareira”, com o que careceria de fundamento a alegação, feita pelas autoridades na época e endossada pela historiografia, segundo a qual o surto da economia mineira havia provocado o empobrecimento, quando não a ruína, da economia açucareira. Para chegar-se, contudo, a uma conclusão realista, cumpre levar em conta a estrutura de custos do produtor, e, neste particular, o item mais expressivo, o preço da mão-de-obra africana, não deixa margem a conclusões otimistas. No Recife, o preço do escravo subiu 2,5 vezes no período 1695-1707, pelo menos 1,5 mais do que o preço do açúcar branco medido pelo pico de 1700. Autor coevo assinalava que, a crédito, o preço médio do africano passara de 30 mil ou 40 mil reais a 150 mil reais, devido à economia mineira. “Boçais” e “crioulos” eram revendidos para Minas Gerais, a despeito das proibições régias. Por fim, não tendo as mesmas relações privilegiadas que a Bahia entretinha com a costa africana, Pernambuco achava-se em posição desfavorável.<sup>123</sup>

Dada a impotência para agir sobre o preço do açúcar no mercado internacional, os produtores brasileiros procuraram utilizar o poder municipal para influenciar o nível de preços local. A Câmara de Salvador interferia no assunto desde 1626. A partir dos anos cinquenta, os próprios comerciantes mostravam-se favoráveis à fixação do preço, malgrado as reservas da Coroa, que proibiu a prática. Mas El Rei terminou cedendo, mandando em 1689 que se tabelasse o açúcar e os gêneros que constituíam o grosso do aprovisionamento dos engenhos, mas a Câmara de Olinda representou o prejuízo que a medi-

<sup>123</sup> N. W. Posthumus, *An enquiry into the history of prices in Holland*, 2 vols., Leiden, 1946-1965, I, pp. 57-8, 503; J. A. Gonsalves de Mello, prefácio a Manuel dos Santos, *Calamidades de Pernambuco*; J. H. Galloway, “Nordeste do Brasil, 1700-1750; reexame de uma crise”, *Revista Brasileira de Geografia*, 36 (1974), p. 89; “Tratado da capitania de Pernambuco”, fls. 3v-4.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

significação e inteligência da palavra ‘mercadores’ expressada na lei”.<sup>130</sup> Atropelado pela iniciativa, o Conselho Ultramarino concordou. Numa afirmação da primazia da “nobreza política”, criação do príncipe, sobre a “nobreza natural”, transmissão hereditária, ele frisava a conveniência de “os homens de grosso trato goz[ar]em de toda a nobreza, para que por este meio se vão ilustrando as famílias”, de vez que mesmo as mais ilustres do Reino haviam tido origens obscuras, política a que o marquês de Pombal dará meio século depois mais amplo aval. A regente deferiu a segunda consulta, aprovação *pro forma*, de vez que no dia anterior lavrara-se a provisão que consagrava a interpretação sustentada pelo procurador dos mascates.<sup>131</sup>

Charles R. Boxer sustentou que ela teria o efeito de manter a exclusão dos mercadores da Câmara de Olinda, de vez que mesmo os acaudalados praticavam o comércio a retalho.<sup>132</sup> Mas pode-se asseverar, pelo contrário, que compondo-se a mascataria de uma nata de “mercadores de sobrado”, grandes negociantes por atacado que se dedicavam a outras atividades lucrativas, e de uma maioria de “mercadores de loja”, negociantes a varejo, o defeito do trabalho manual não podia ser argüido contra os primeiros, os quais, embora também possuíssem “lojas”, isto é, o andar térreo das suas residências da rua do Bom Jesus ou do largo do Corpo Santo, operavam através de caixeiros, não medindo nem pesando os gêneros com suas próprias mãos, donde o papel estratégico desempenhado pelo advérbio *atualmente* no trecho da petição do procurador. A interpretação sugerida pelo procurador já se vinha tornando prática corrente no Reino,<sup>133</sup> não só no tocante ao comércio como ao acesso às ordens militares por parte de lavradores que, embora vivendo de suas lavouras, as faziam granjear por terceiros.<sup>134</sup> Nem seria plausível que o pro-

<sup>130</sup> Co.Uo. 4.v.1705, AHU, PA, Pco., cx. 14. Sublinhado pelo autor.

<sup>131</sup> Co.Uo. 4.v.1705, cit. A provisão é de 8.v.1705, AHU, códice 95, fl. 278v; e *Memórias históricas*, IV, pp. 49-50.

<sup>132</sup> C. R. Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*, Los Angeles, 1962, p. 110.

<sup>133</sup> Hespanha, *Visperas del Leviatán*, p. 249.

<sup>134</sup> A jurisprudência da Mesa da Consciência e Ordens distinguia entre o exercício direto da atividade manual, e o indireto, por interposta pessoa. Posteriormente (1723), ela se tornará ainda mais liberal, ao estabelecer que “todos os lavradores que lavrarem suas terras e não por jor-



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

rior como o que Portugal e a América portuguesa viveram, do fim da guerra com Castela (1668) ao começo da guerra da sucessão espanhola (1704), a diligência mascatal era mais útil ao Estado do que a qualidade antitética da proeza que singularizaria os pró-homens, para empregar a dicotomia formulada por Veblen,<sup>141</sup> tão ao gosto do bovarismo da nobreza da terra e tão sintomática do seu sistema de representações mentais.

Nem se vá imaginar que a aliança da burocracia régia e dos mascates tenha constituído fenómeno original, pois ela ocorreu também na América espanhola, onde a solidariedade de interesses entre ambos os grupos foi até mais nítida, devido ao sistema dos *repartimientos del comércio*. Mediante a cumplicidade dos mercadores espanhóis da cidade do México, que lhes avançavam os fundos indispensáveis, os magistrados da Coroa emprestavam dinheiro a juro ou adiantavam gêneros comerciais, utilizando os poderes jurisdicionais para executar impiedosamente os devedores. De início, o recrutamento da maior parte da magistratura régia, ao contrário da prática portuguesa que o reservava ao monarca, cabia aos próprios vice-reis, que recompensavam os serviços dos apaniguados e fâmulos, situação que piorou quando Madri arrogou-se a incumbência, passando a leiloar as nomeações, de vez que os beneficiados já aportavam endividados, necessitando reembolsar os credores que lhes haviam antecipado os recursos para adquirir os cargos. Como os mazombos, queixavam-se também os *criollos* da dominação do comércio metropolitano, que explorava os proprietários rurais e os mineradores e que habilitava os adventícios, oriundos de ocupações subalternas, a enriquecerem rapidamente e a ocuparem as posições honradas negadas muitas vezes aos descendentes dos conquistadores.<sup>142</sup>

<sup>141</sup> T. Veblen, *The theory of the leisure class*, Nova York, 1899.

<sup>142</sup> Brading, *The first America*, pp. 230-1, 294-6, 398.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



biliárias e corruptas. Sua reabilitação não tardou. Havendo retornado ao serviço militar com o início da guerra de sucessão da Espanha (1704-1712), pleiteou o governo da Paraíba. Ofereceram-lhe o da colônia do Sacramento, entrementes conquistada pelos castelhanos do rio da Prata. Tendo-o recusado, deram-lhe finalmente o de Pernambuco.<sup>4</sup>

Seu currículo era típico da grande maioria dos governadores designados para as capitanias importantes. Recrutados nas camadas médias e inferiores da nobreza, hereditária ou adquirida (mas não entre os detentores dos títulos do Reino), eles possuíam a experiência militar ganha em Portugal e no Ultramar. Castro e Caldas dispunha de ambos os requisitos e até na sua carência de conhecimentos administrativos correspondia, sem tirar nem pôr, à média dos seus pares. Ainda em meados do século XVIII, o cônego da Sé de Olinda, Veríssimo Roiz Rangel, criticava os critérios de escolha dos governadores ultramarinos, militares inábeis para o trato dos assuntos civis, traçando esta sugestiva vinheta da gestão colonial:

Provê-se um governo como é hoje este de Pernambuco em um cavaleiro bem morigerado e bem capaz, porém sem experiência nem estudo algum de direito, que foi um bom ajudante de sala ou um valente capitão de cavalos. E apenas toma a sua posse e empunha o seu bastão, recebe uma carta da Câmara de tal parte em que lhe dá conta de uma descomposição entre o juiz secular e o vigário da vara sobre quem há-de fazer um inventário de um defunto clérigo. Não sabe o governador nesta matéria para onde se vire. Chama ao ministro secular para instruir-se, mas que responderá este que, por uma parte, ainda lhe não passou pela mão semelhante contenda, porque é ministro de primeira entrância, ou talvez estará envolvido na mesma matéria [...] Deseja o governador ouvir ao bispo, de quem se supõe mais capacidade e mais experiência, e acodem os áulicos dizendo: por nenhum modo, que é parte interessada. Toma-se a resolução de um de dois modos: ou se responde a carta em termos abstratos, fugindo com o corpo à dificuldade, persuadindo sossego *ut sic*, prudência *ut sic*, quietação *ut sic*, sem resolver coisa alguma sobre as circunstâncias de um caso particular. Ou, aliás, se re-

<sup>4</sup> AHU, códice 51, fls. 134-134v, e códice 176, fl. 131v; Vivaldo Coaracy, *O Rio de Janeiro no século XVII*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1965, pp. 231-5.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

ra, que sempre deixa obrar as causas segundas e raríssimas vezes se intromete a fazer um milagre por não perverter a ordem e harmonia da natureza”. Portanto, devia abster-se de invadir a jurisdição dos demais representantes da Coroa. Pairando sobre esta relojoaria política, o governador devia cingir-se “a observar os movimentos de todos para os louvar ou advertir e, se não bastar, passar a repreendê-los asperamente, e, se forem incorrigíveis, dar conta a Sua Majestade para que remedeie”.<sup>11</sup> É impossível não enxergar nestes conselhos a crítica, dissimulada mas contundente, de tudo o que Castro e Caldas e seus antecessores haviam praticado; ou inversamente o elogio dos raros que, como D. João de Souza ou Caetano de Melo e Castro, se tinham abstinido de interferir no funcionamento da justiça, nas decisões das Câmaras, nos negócios eclesiásticos.<sup>12</sup>

Castro e Caldas violou todas as regras do secretário, a começar pela de manter “uma amigável e política correspondência com o Senhor Bispo”, chefe do outro poder, o eclesiástico; e também com as ordens religiosas, pelas quais deveria demonstrar “muita veneração, porque nelas, apesar dos tempos, sempre se acham os melhores e mais doutos homens da república”, em particular, a Companhia de Jesus, de cuja amizade “sempre resulta utilidade conhecida pelo conselho, pela prudência e pela fineza e préstimo que sempre nesta religião se achou”. Em segundo lugar, vinham as relações com os altos funcionários civis da Coroa, o ouvidor-geral, o provedor da fazenda e o juiz-de-fora, de quem o governador devia ser “defensor para lhes conservar o respeito” mas

<sup>11</sup> “Anônimo secreto” a Felix Machado, 7.viii.1710, BNL, Pombalina, 526, fls. 263-5. Com o mesmo pseudônimo, Barbosa de Lima já assinara vinte anos antes uma carta laudatória ao marquês de Montebelo, British Library, Add. 21.000, fls. 182 ss.

<sup>12</sup> Ao mesmo Caetano de Melo e Castro, que depois do seu governo de Pernambuco exerceu o cargo de vice-rei da Índia, devem-se igualmente alguns preceitos úteis para a administração da capitania, como o de procurar o governador ser “amigo de todos” sem ter “amizade particular [...] com ninguém”; de ficar atento ao que ocorria mediante olheiros que o pusessem a par “de tudo o que se dizia, o que se falava e o que se obrava”, fosse na ouvidoria, no paço episcopal ou nos quartéis; de ter sempre como aliado um dos membros da Câmara de Olinda, por quem devia demonstrar particular inclinação; e de tratar com toda consideração os prelados dos conventos, pois não se urdia intriga ou maquinação em que não entrasse algum religioso: papel anônimo, s.d., BNL, Pombalina, 526, fl. 265.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

a ameaça dela, por parte dos governadores, como na contenda entre a Madre de Deus e Santo Amaro.

Não era fácil aos agentes da Coroa nem do seu estilo manterem-se alheios às bulhas conventuais, de vez que, embora ciosos da imunidade clerical, os prelados não hesitavam em recorrer a eles contra a facção contrária. No início das desavenças, ainda era possível fazer como Brito Freyre, que lavara as mãos quando das discórdias entre os franciscanos,<sup>18</sup> mas na ocasião de risco para a ordem pública não era factível ao governador evitar a engrenagem, tanto mais que os religiosos contavam com o apoio material de parentes ou de laicos poderosos, que lhes emprestavam séquitos armados para lutar pelo controle físico dos conventos. A despeito de bandos severos, proibindo a intromissão de seculares sob pena de degredo, os governadores não tinham como ignorá-las no momento, por exemplo, em que o próprio monarca lhes ordenava prestarem ajuda militar a este ou aquele prior, destituído por frades amotinados.

As rivalidades do claustro foram assim importante elemento de instabilidade colonial. Em meados do século XVIII, o cônego Veríssimo Roiz Rangel procurava compreender, numa ótica de reinol, a causa do declínio das “religiões”, a qual consistiria nas frustrações de carreira decorrentes dessas rivalidades de facção:

Se perguntarmos aos mesmos religiosos a causa da sua decadência, da sua pouca paz e alterações em que é necessário entremeter-se o braço real tantas vezes, o porquê dos empenhos, os crimes dos encarcerados e a origem das apostasias, veremos que nos respondem procederem das suas parcialidades, porque a que ficou superior submergiu a contrária. Daí veio que aquele reverendo tão benemérito nunca o fizeram prelado, pelo que vivendo desgostoso caiu naquela hipocondria de que morreu. Outro, que era tão aplicado, não entrou no curso, pelo que toda a vida chora desconsolado o seu idiotismo. Aquele, a quem lhe parecia que seria um Santo Tomás se entrasse a ler as cadeiras, anda afligido, chocalhando com as chaves da portaria. Caiu outro em um descuido e como é da parcialidade contrária à domi-

<sup>18</sup> AUC, CA, 31, fls. 83-83v.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



Os cônegos da diocese, pois era tempo de sede vacante, alinharam-se com frei Luís, confirmando as censuras e interditos por ele baixadas.<sup>27</sup>

Frei Bernardo e os seus amigos fizeram ao edital do cabido o mesmo que às proclamações de frei Luís. Comandados por certo beneditino da Paraíba, que se declarava comissário provincial, chegaram ao ponto de arrancá-la do corpo da guarda do palácio do governo, numa desfeita a Castro e Caldas. Quando outra cópia foi aposta sob a proteção de sentinelas, os frades surgiram à porta do paço, armados e na companhia de conhecido desordeiro. Repelidos, reagiram à altura, e teriam provocado incidente mais sério se o governador, assomando à janela, não desse ordem de prisão ao tranca-ruas, mandando reconduzir os religiosos ao mosteiro. Aduzia Castro e Caldas que o castigo que lhes deram no convento foi o de enviá-los ao Recife para destruir as pastorais do cabido. Enquanto isto, os outros monges procuravam amotinar os seculares, acorrendo às igrejas, sob o pretexto de dizerem missa, na realidade para, em desrespeito dos párocos, utilizarem os púlpitos em favor da sua causa.<sup>28</sup>

Castro e Caldas pôs tropa à disposição de frei Luís e do cabido de Olinda, segundo dizia no fito de acatar a jurisdição do ordinário mas segundo seus inimigos, porque fora subornado. As Ordenações previam que a ajuda do “braço secular” dependia da decisão dos magistrados, mas o governador alegou a ausência do ouvidor, o Dr. José Inácio de Arouche, e impugnou o juiz-de-fora, o Dr. Luís de Valençuela Ortiz, como simpatizante de frei Bernardo. O mosteiro foi sitiado, de modo a forçar os bentos à capitulação. Consciente da ilegalidade cometida, Castro e Caldas argumentava não haver outra maneira de acomodar a contenda, que já ameaçava estender-se a outras ordens religiosas, invocando o precedente de outros cercos e a frequência dos motins conventuais no Brasil. Ao contrário do que previra, tudo, porém, culminou em bulha e estrondo. Pode-se imaginar o rigor do assédio pelo que, vinte anos atrás, pusera João da Cunha Souto Maior: os soldados impediam a entrada ou saída de quem quer que fosse, religioso ou laico, até

<sup>27</sup> Manuel dos Santos, *Calamidades de Pernambuco*, p. 18; Castro e Caldas a D. João V, 19.viii.1708; e cabido de Olinda a Castro e Caldas, 4.i.1708, AHU, PA, Pco., cx. 15.

<sup>28</sup> Castro e Caldas a D. João V, 19.viii.1708, cit.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

imediatamente a discordar no tocante à cota de responsabilidade dos protagonistas. Como escreverá em meados do século XVIII D. Domingos do Loreto Couto:

Pelos anos de 1710 se ateou entre eles uma refinada inimizade [...] Antípodas um do outro, andando mutuamente opostos e às avessas, nunca mais se uniram e concordaram entre si. Este funesto princípio se uniu coligado e formou uma cadeia que, com os fuzis da vingança, ira e ódio, compuseram uma corrente de absurdos, que se foram seguindo uns aos outros, imitando sempre as mesmas desordens e metendo os súditos em uma guerra doméstica, em bandos perniciosos e em contendias cruentas.<sup>36</sup>

Arouche subvertera a santa aliança dos magistrados e dos mascates, tornando-se como unha e carne com a Câmara desde sua posse em 1705. A surpreendente reviravolta teria nascido do temor de que os pró-homens da governança atrapalhassem sua carreira dando-lhe “residência” desfavorável, como haviam feito com o odiado antecessor. Para tanto, Arouche contara com o apoio do juiz-de-fora.<sup>37</sup> Esta será também a explicação de Castro e Caldas, para quem a coalizão entre Arouche e os pró-homens já dera frutos na eliminação dos mascates da Câmara no triênio 1707-1709, liquidando-se assim as conquistas políticas que eles haviam obtido em 1703 graças à proteção do Dr. Guedes de Sá.<sup>38</sup>

Em teoria, uma “residência” desfavorável podia comprometer as aspirações de um funcionário régio. Oriundo da pequena burguesia de Setúbal, onde seus pais e avós haviam penosamente ascendido de pescadores a armadores de barcos de pesca, Arouche não dispunha de amparos sólidos. De obscuro juiz-de-fora nos confins do baixo Alentejo (Almodóvar), passara ao Porto, destacando-se na repressão ao contrabando com a Espanha.<sup>39</sup> Sua aceitação

<sup>36</sup> Loreto Couto, *Desagravos do Brasil*, p. 548. Cabe lembrar que o ouvidor-geral de Pernambuco atuava também como auditor da gente de guerra, juiz dos índios, corregedor do Ceará e (até a criação do juiz-de-fora alguns anos antes) provedor dos defuntos e ausentes.

<sup>37</sup> “Tratado”, fls. 17-17v.

<sup>38</sup> Castro e Caldas a D. João V, 22.viii.1708, AHU, PA, Pco., cx. 15.

<sup>39</sup> ANTT, Habilitações à Ordem de Cristo, J, 97, 23.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

também protestava contra o fato de, por ocasião da frota de 1708, o governador ter permanecido no Recife mais tempo que o necessário à expedição dos navios.<sup>45</sup>

As escaramuças entre Arouche e Castro e Caldas também se amiudavam. O governador pretendia participar das reuniões do Juízo da Coroa, criado recentemente para o fim de julgar as contendas que envolvessem os foros civil e eclesiástico em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. O Juízo, presidido pelo ouvidor, compunha-se também do juiz-de-fora e de um dos veteranos advogados do auditório, desde que formado e não mero rábula. Havendo Arouche recebido resposta negativa d'El Rei à consulta sobre a pretensão de Castro e Caldas, este procurou desmoralizar a autoridade do tribunal, incitando as partes a levantarem suspeições. Segunda vez o monarca teve de adverti-lo. Outro motivo de disputa reportava-se à precedência do ouvidor sobre os mestres-de-campo nas reuniões em palácio, mas desta vez, a resposta da Coroa foi de molde a descontentar o magistrado, que se devia preferir apenas nas juntas de caráter civil ou político mas não nas que se ocupassem de assuntos militares. Por outro lado, Castro e Caldas também denunciou Arouche por escusar-se de fazer a correição do Ceará, como era da sua obrigação, devido à distância e às dificuldades de comunicação, o que levará a Coroa a desmembrar a capitania da ouvidoria de Pernambuco, subordinando-a à da Paraíba.<sup>46</sup>

Ao conflito entre o governador e a Câmara, não era alheio Leonardo Bezerra Cavalcanti, que arrematara o contrato dos dízimos, valendo-se dos seus parentes da governança e em detrimento dos mercadores recifenses. Alegando irregularidades praticadas por Leonardo Bezerra no transporte do açúcar do dízimo, ordenou Castro e Caldas que se varejassem seus armazéns de modo a verificar o estoque do produto, negando-lhe praça nos navios caso se recusasse a permitir a vistoria. A versão oferecida por fonte da nobreza é diferente. Como contratador, Leonardo Bezerra dispunha de praças para a remessa do açúcar, mas como o número delas fosse excessivo, solicitara-lhe o gover-

<sup>45</sup> D. João V a Castro e Caldas, 18.v.1709, e Castro e Caldas a D. João V, 26.v.1710, AHU, PA, Pco., cx. 15; AUC, CA, 33, fls. 389v-390.

<sup>46</sup> *Informação geral da capitania de Pernambuco*, pp. 231-2, 338; AUC, CA, 33, fls. 389, 406v.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



haver-se equivocado na escolha dos seus agentes e até mesmo João da Cunha Souto Maior pudera terminar seu agitado triênio, uma vez descartada a alternativa de recambiá-lo imediatamente para o Reino.

Previsivelmente, Castro e Caldas interveio também na questão da mudança para o Recife, não ironicamente por iniciativa própria mas atendendo a consulta da Coroa. Por carta régia de 1706, D. Pedro II, à vista das representações de Guedes de Sá e de Car Ribeiro sobre a necessidade de os magistrados residirem no Recife, solicitara ao governador que, informando-se junto a “pessoas principais de toda a verdade e zelo e mais capazes”, desse parecer sobre o assunto.<sup>52</sup> A ordem chegara a Pernambuco na frota em que viajara Castro e Caldas. Castro Moraes, por conseguinte, não a pudera responder. O novo governador não se apressou em fazê-lo, só opinando mais de ano decorrido da sua posse, quando suas relações com a Câmara e com os ministros já andavam estremecidas. Castro e Caldas concordou com a idéia, comparando o abandono e pobreza a que estava relegada Olinda com o crescimento e prosperidade da praça e invocando interesses da administração da justiça e da segurança pública. O concurso de embarcações do Reino e de outros portos do Brasil tornava o Recife especialmente inseguro, ao passo que Olinda não sofria deste problema. Em cem litígios e demandas se não achariam duas que dissessem respeito aos moradores da cidade.<sup>53</sup>

O Conselho Ultramarino consultou Castro Moraes e Guedes de Sá. Castro Moraes manifestou-se em favor da medida, aduzindo que se desse ao Recife autonomia municipal, atribuindo-lhe por termo as povoações de Santo Antônio e Boa Vista, com o que se atalhariam as rivalidades nascidas das eleições e se acautelaria a ordem pública. Mas Guedes de Sá era contrário à divisão do termo, julgando mais conveniente a mudança da Câmara para o Recife, tanto mais que El Rei autorizara que pudessem concorrer os moradores da praça.<sup>54</sup> A Coroa debatia-se com o dilema que os holandeses haviam procurado resolver setenta anos antes. O local de domicílio dos magistrados en-

<sup>52</sup> D. João V a Castro e Caldas, 31.viii.1706, AHU, PA, Pco. cx. 14.

<sup>53</sup> Castro e Caldas a D. João V, 22.viii.1708, AHU, PA, Pco. cx. 14.

<sup>54</sup> Castro Moraes a D. João V, 30.v.1709, e Guedes de Sá a D. João V, 18.vi.1709, AHU, PA, Pco., cx. 14.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

de Janeiro, de onde eram revendidos para Minas. Imputava-se-lhe outrossim violar a competência da Câmara de Goiana de garantir o suprimento de farinha de mandioca à população do termo mediante a interdição da exportação do produto, negócio relativo à venda de 2 mil alqueires que envolvia o secretário do governo, Antônio Barbosa de Lima, um irmão seu, e o mercador Joaquim de Almeida. Havendo aquela Câmara embargado a operação, Castro e Caldas mandara prender os vereadores, refugiados na Paraíba, e interviu militarmente para eleger novos membros.<sup>60</sup> Neste episódio, porém, o governador tivera a escusa do serviço real, de vez que a farinha destinava-se ao provimento da frota anual, motivo pelo qual a Coroa aprovou sua atuação.<sup>61</sup> Nesta questão da saca da farinha e de escravos, a política da Coroa tendia, aliás, a tolerar exceções à lei em nome do interesse régio na exploração das lavras de ouro e na impossibilidade prática de impedir os descaminhos.

Por fim, Castro e Caldas teria levado vantagem das suas inclinações francófilas. Repetindo a irregularidade que praticara no governo do Rio de Janeiro, permitiu que ancorasse no Recife embarcação suspeita de ser francesa, com a qual negociou e a quem emprestara os serviços de piloto experiente no litoral, a pretexto de que ela demandava as salinas do Rio Grande do Norte. Por outro lado e a despeito da ordem régia de expulsão dos franceses residentes no Brasil, em decorrência da guerra da sucessão de Espanha, autorizou que permanecessem na terra, licença que teria sido concedida a peso de ouro.<sup>62</sup> Embora seja impossível provar-se a extorsão, é fato que o governador interveio junto à Coroa em favor dos súditos do Rei Cristianíssimo, alegando que, além de serem poucos e pobres, estavam casados com luso-brasileiras de quem tinham filhos, razões pelas quais El Rei aprovou sua decisão.<sup>63</sup>

É provável que não carecessem de fundamento as acusações à sua probidade, pois ele mesmo não fazia mistério das suas intenções. Havia anos, em

<sup>60</sup> “Relação do levante”, pp. 315, 318-9, 324; AUC, CA, 32, fl. 67v. Certo autor anônimo, fonte razoavelmente imparcial, registra ser voz pública que Joaquim de Almeida “untava as mãos ao governador”: “Notícia da expulsão do governador Sebastião de Castro e Caldas”, IHGB, 24, 9.

<sup>61</sup> AUC, CA, 33, fl. 391v; Co.Uo. 23.ix.1706, AHU, PA, Pco., cx. 14.

<sup>62</sup> “Relação do levante”, p. 325.

<sup>63</sup> AUC, CA, 33, fl. 403v.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

dência de confirmação pelo governador-geral e por El Rei. Tais cargos eram rateados pelos criados que traziam de Portugal, uma parcela dos respectivos proventos indo parar em seus bolsos. No primeiro decênio do século XVIII, os governadores dispunham, ademais de Pernambuco, de ofícios existentes no Rio Grande do Norte, Ceará e Itamaracá. Igualmente rentável era o privilégio de prover os postos militares subalternos dos terços de Olinda e do Recife.

Desde os anos noventa, com a criação dos contingentes paulistas sediados no Rio Grande e em Palmares, o governador gozava também da competência de designar todas suas patentes até capitão de infantaria, sem necessidade de aprovação da Coroa.<sup>80</sup> Representação dos soldados de Pernambuco exprime a insatisfação gerada pela “grande sede da cobiça e ambição com que estes últimos governadores, principalmente este que acabou [Fernando Martins Mascarenhas], puseram por instituição de se venderem os postos militares, tirando a justiça e o direito aos pobres soldados beneméritos, dando os postos aos mais vis e ignorantes”, fazendo “das bandeiras dotes para as suas concubinas”. Certo reinol analfabeto, que aportara à terra como moço de pé de D. João de Souza, fora promovido a sargento, alferes e ajudante do terço de Olinda mediante a intercessão de uma rameira. Outro, que viera degredado, comprara o lugar de sargento para o filho, que seria, na realidade, um bastardo do governador. Ainda outro, despedido de caixeiro de engenho, galgara os postos de alferes e ajudante; e, mediante falsos papéis de serviço, tornara-se capitão de infantaria, obtendo o hábito da Ordem de Cristo.<sup>81</sup>

Outras fontes de lucro reportavam-se ao emprego ilícito dos poderes de governador, como os ganhos oriundos da sua posição de superintendente das fortificações, que lhe rendia comissões dos empreiteiros; do controle sobre a partida das embarcações que fundeavam no Recife; e da competência de desterrar os vassallos da Coroa para outras partes do Ultramar, para não falar nas inúmeras finezas que podia fazer em esferas que escapavam à sua jurisdição mas não à sua influência. O secretário Antônio Barbosa de Lima, após observar que “este governo é pobríssimo”, vale dizer, oferecia reduzidas oportuni-

<sup>80</sup> *Ibid.*, fl. 267.

<sup>81</sup> Soldados da guarnição de Pernambuco a D. Pedro II, 20.viii.1702, BA, 51-IX-33, fls. 360-362v.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

fim de provocar comoção popular que induzisse a Coroa a anular a autonomia da nova vila. Adiantando-se à manobra, Castro e Caldas ordenou sua prisão mas o juiz ordinário homiziou-se no mosteiro de São Bento, de onde os colegas conduziram-no à Câmara de Olinda, tomando posse como juiz-de-fora. Segundo Castro e Caldas, Lourenço Gomes Ferraz se teria preparado para entrar na praça com o concurso de gente armada, tendo à frente Leonardo Bezerra Cavalcanti e seu irmão Manuel, o qual declarava publicamente que “ou havia de haver cidade, ou Recife; ou acabar-se o mundo”. A acusação parece infundada: Lourenço Gomes Ferraz foi detido ao regressar pacatamente ao Recife e degredado para o Ceará. Foi preso também Manuel Cavalcanti, mas não Leonardo por ter contas a prestar à fazenda real.<sup>116</sup>

O governador não ficou por aqui. Ao assumir a ouvidoria, Valençuela Ortiz vacara também a provedoria dos defuntos e ausentes e o juízo dos resíduos e capelas, que constituíam funções conexas à de juiz-de-fora, além de cobiçadíssimas, por gerirem provisoriamente os bens *causa mortis*, dando ocasião a lucrativas irregularidades, como o adiamento das remessas de heranças e seu desvio para negócios particulares. Castro e Caldas nomeou o procurador da Coroa, Antônio Rodrigues Pereira, mandou prender o tesoureiro da repartição por recusar-se a entregar o cofre e os livros de contabilidade, e, ignorando os protestos, rateou os lugares da provedoria pelos seus protegidos, que, em paga do obséquio, teriam rachado os rendimentos com os criados do governador. Este era quem realmente exerceria o cargo, despachando petições e intervindo em disputas sucessórias consoante seu interesse pessoal. Valençuela Ortiz capitulou, não desejando “ter controvérsias com o dito governador, das quais sei não hei-de sair nunca bem, porque sempre com [pre]potências leva a sua [vontade] avante e só quer prevaleçam as suas disposições”.<sup>117</sup> A disputa saldava-se com nova derrota da nobreza.

<sup>116</sup> Castro e Caldas a D. João V, 8.vii.1710, cit.; José Inácio de Arouche a D. João V, 30.vi.1710; certidão do padre Pedro Ferreira Brandão, 14.vii.1710; Câmara de Olinda a D. João V, 12.vii.1710, e papel intitulado “Fundamentos com que a Câmara de Olinda satisfaz as dúvidas da vila do Recife”, s.d. mas de 1710, AHU, PA, Pco., cx. 15; “Tratado”, fls. 29-30; Manuel dos Santos, *Calamidades de Pernambuco*, p. 26; “Relação do levante”, p. 318.

<sup>117</sup> Valençuela Ortiz a D. João V, 10.vi.1710 e 14.vii.1710, AHU, PA, Pco., cx. 15.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

dade. Nas igrejas, estando o Senhor exposto, não acompanhava com atenção os ofícios, falando o tempo todo, indagando quem era esta ou aquela, se tinha amante, quantas prostitutas havia na paróquia e outras indecências. Na luxúria, excedia a todos os Leogobaldos, exibindo suas inclinações fesceninas até mesmo junto aos criados e subalternos; ou usando o poder do cargo para cevar seus apetites sexuais. Ao convento do Carmo do Recife pusera cerco para ter às mãos o marido de uma mulher que cobiçava. Um manifesto do partido de Olinda refere que, se achando Castro e Caldas em palácio, em conversa com pessoa sisuda, levou à camarinha certa parda que lhe apresentara um requerimento, voltando a tempo de confiar ao interlocutor: “Cuidei que a moça era outra coisa”. Hostil ao clero, fosse regular ou secular, promovia apupos e vaias aos religiosos com quem cruzava na rua. Seu bate-boca com os beneditinos, da janela de palácio, quando da briga com a Ordem, fora de fazer corar frades de pedra.<sup>140</sup>

Os inimigos exploravam, com intenções políticas, o veio inextinguível da curiosidade e da malícia dos governados pela vida privada dos governadores, tanto mais picante quanto, mesmo casados, nunca traziam suas mulheres. Como tantos outros, Castro e Caldas utilizou a função para arrancar favores femininos. Apenas, fiel a si mesmo, comportou-se, também neste particular, de maneira ostensiva e sem a sonsice, por exemplo, de Luís José Correia de Sá, grande carola que não perdia novena, mas em cujo diário rastreiam-se alusões crípticas a certa I. P.<sup>141</sup> Foi pensando nas atribulações de Castro e Caldas e de outros capitães-generais a quem servira, que o secretário Barbosa de Lima aconselhava Felix Machado a guardar a castidade em Pernambuco. Não lhe sendo possível o sacrifício, “não falta no país caça do mato e braba”, subentenda-se, mulheres de condição subalterna e rústica, cujo trato não comportava os riscos da outra, isto é, “da mansa e da que tiver dono”, mulheres de condição, casadas ou amigas, de quem devia fugir como o diabo da cruz, pois sua conquista ensejava as vinganças inevitáveis em questões de honra.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> “Relação do levante”, pp. 310, 312.

<sup>141</sup> Gonsalves de Mello, “Diário do governador Correia de Sá”, p. 14.

<sup>142</sup> BNL, Pombalina, 526, fl. 264.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



Nunca se esclareceu a autoria do atentado, que não podia ser objeto de investigação imparcial nas circunstâncias da capitania. A devassa feita pelo ouvidor João Marques Bacalhau chegará à conclusão de que, da cadeia, Leonardo Bezerra mandara fazer o atentado, com a cumplicidade do capitão André Dias de Figueiredo.<sup>2</sup> Trata-se da versão mais provável. Em vista do exército de inimigos de Castro e Caldas, qualquer conjectura parecia plausível, inclusive a infalível teoria salaciosa do marido enganado. Como a casa donde haviam atirado pertencesse à confraria de São Pedro dos Clérigos, que a alugara semanas antes a uns desconhecidos, houve quem visse o dedo do clero e quem avistasse um sacerdote no momento do delito seguindo a cavalo para Olinda.<sup>3</sup> Ao arrolar os cabeças da sedição da nobreza, Castro e Caldas denunciou Leonardo Bezerra como “o autor e motor do tiro” (achando-se entre os emboscados um filho seu), os irmãos de Leonardo, Pedro Cavalcanti e Domingos Bezerra, que se teriam recolhido ao Carmo da cidade antes do atentado, Leandro e Cosme Bezerra, que teriam sumido previamente; o Dr. Arouche e os irmãos André Dias de Figueiredo, que alugara a casa da rua das Águas Verdes, e José Tavares de Holanda, que em seu sítio da Piranga, nos arredores do Recife, havia abrigado os facinorosos. De intermediário, atuara um sertanejo sinistro, a quem, consoante fonte mascatal, o governador mandara apreender certo gado para o contratador da carne verde.<sup>4</sup>

Embora o envolvimento de Leonardo Bezerra fosse dado de barato, o Dr. Manuel dos Santos era de opinião que nem todos seus irmãos conheciam a trama. Contra André Dias, alegou-se haver tremido como vara verde ao saber que Castro e Caldas escapara com vida. Outros indícios mais convincentes o comprometiam. Entre os executores, estariam o cabo de esquadra de sua companhia e um sobrinho seu; da sua casa fora mandado sustento para os

<sup>2</sup> João Marques Bacalhau a D. João V, 9.vi.1714, AHU, PA, Pco., cx. 17.

<sup>3</sup> “Tratado”, fl. 36. Na época, circulou inclusive a versão de que Castro e Caldas teria encomendado o atentado, de modo a jogar a culpa nos inimigos e justificar a repressão que desencadearia contra eles: Loreto Couto, *Desagravos do Brasil*, p. 550.

<sup>4</sup> Castro e Caldas a D. João V, 5.ii.1711, cit.; documento anônimo, sem título nem data, cuja primeira linha reza “O governador Sebastião de Castro e Caldas teve ocasião de prender, etc.”, coleção Pedro Corrêa do Lago (São Paulo).



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

contando com a sua guarnição, comandada por oficiais reinóis ou por mazombos afetos à causa dos mascates, os quais detinham o controle das fortalezas do Brum e das Cinco Pontas e das fortificações menores, dispondo também das milícias citadinas, como indicará o levante dos mascates, que terá lugar no ano seguinte. Militarmente, a nobreza dispunha apenas das milícias rurais, lentas e indisciplinadas, além do terço sediado em Olinda, não podendo, contudo, confiar nos regimentos de pretos e mestiços. Em resumo, 1710 não era 1666. Que a destituição de Mendonça Furtado não tivesse despertado resistência devida-se a condições que já não existiam. À época, os mestres-de-campo, veteranos da guerra holandesa, haviam acaudilhado as tropas de primeira linha. Quando não descendia da nobreza da terra, a maioria dos oficiais estava-lhe identificada. Tampouco consolidara-se a posição dos mercadores de sobrado. Que se tenha prendido o Xumbergas mas que fosse necessário matar Castro e Caldas dá bem idéia da usura a que fora submetido o poder dos homens principais.

A súbita morte do alcaide-mor criou desânimo e perplexidade entre os conspiradores. Por um momento, persistiu-se na opção pelos meios razoáveis do malogrado projeto, tanto assim que, em julho, a Câmara de Olinda remetia a missiva em que dava conta a El Rei dos incidentes da Santa Casa com esta sugestão lacônica: “Nisto e no mais que este governador está fazendo e promete fazer depois da partida da frota, com que ameaça aos homens, deve Vossa Majestade pôr os olhos para nos mandar depor a este governador do governo”.<sup>17</sup> A situação não comportava, porém, esperar por resposta, mesmo levando-se em conta que, tendo-se esgotado o triênio de Castro e Caldas, sua substituição devia ser iminente, nem os Bezerra Cavalcanti estariam dispostos a mofarem na cadeia até a chegada do novo governador. O fracasso do plano de junho produziu a solução do desespero. A eliminação física de Mendonça Furtado teria também ocorrido a seus inimigos, mas posteriormente à sua prisão.<sup>18</sup>

O assassinato do governador não carecia de aval jurídico. No Reino, a jurisprudência e a Teologia haviam justificado a Restauração Portuguesa

<sup>17</sup> Câmara de Olinda a D. João V, 12.vii.1710, AHU, PA, Pco., cx. 15.

<sup>18</sup> “Representação de Jerônimo de Mendonça Furtado”, cit., p. 137.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

rurais. Por fim, ordenou ao ouvidor interino a abertura de devassa sobre o atentado, protelada por Valençuela Ortiz, tanto assim que, quando da fuga de Castro e Caldas, apenas dez ou doze depoimentos haviam sido tomados. Mesmo inclusa, ela teria sido suficiente para incriminar os inimigos do governador, razão por que a levará consigo para a Bahia.<sup>29</sup>

Das ordens de prisão, constava a de Arouche, escondido no mosteiro de São Bento. O bispo D. Manuel devia partir para a Paraíba no sábado, 18 de outubro, viagem pela qual instava havia meses o governador João da Maia da Gama, mas que Castro e Caldas pretendia ter sido fixada ao saber-se do atentado. D. Manuel não mudou seus planos, a despeito da gravidade da situação, limitando-se, na manhã da partida, a passar pelo Recife para desejar as melhoras de Castro e Caldas, a primeira vez, notavam os mascates, em que visitava a praça, onde não estivera sequer a passeio, por curiosidade, e muito menos na acepção eclesiástica do verbo, isto é, para informar-se da moralidade e da ortodoxia católica dos habitantes, como era da sua obrigação de prelado e como se dispunha a fazer agora na capitania vizinha. Em palácio, procuraram-no dissuadir da viagem, mas ele não assentiu. À saída de Olinda, esperava-o Arouche, que combinara agregar-se à comitiva para escapar das represálias, de vez que, em face do antagonismo entre o governador e os beneditinos, não se sentia seguro no claustro. Castro e Caldas despachou tropa para capturar o magistrado que, na tarde do domingo, 19, recolheu-se à capela do engenho Tapirema (Goiana), em cuja casa-grande o bispo pernoitava.

Posto cerco à ermida, D. Manuel protestou a Castro e Caldas contra “a desatenção e a descomposição” que se lhe fazia, lembrando haver-lhe comunicado no Recife que Arouche o acompanharia à Paraíba, sem ouvir qualquer objeção à idéia. Pedia o bispo fosse o assédio levantado imediatamente, comprometendo-se, no regresso a Pernambuco, “a dar conta do Dr. José Inácio de Arouche à ordem de Vossa Senhoria e de Sua Majestade, de quem é ministro”, formulação manhosamente equívoca. Castro e Caldas não se deixou persuadir. “Isto que se me fez [respondeu] é um crime de lesa-majestade, e se [se] lhe fizera [a] ele, sendo ouvidor, ou a outro qualquer ministro, fizera a

<sup>29</sup> *Calamidades*, pp. 33-4; “Tratado”, fls. 36v-38v; “Relação do levante”, pp. 294-6; *Memórias históricas*, IV, pp. 61-2; Southey, *História do Brasil*, III, p. 55.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



não concorresse para o levante, sob pena de prisão e confisco dos bens, “conforme for o arbítrio do povo”.<sup>38</sup>

O partido de Olinda também mobilizou a população com a palavra de ordem da “liberdade da pátria”, ameaçada pela iminência de ataque francês com a cumplicidade de Castro e Caldas, acusação apropriada a agitar os espíritos nesses anos em que Portugal, aliado da Inglaterra na guerra de sucessão da Espanha, sofrera hostilidades navais em São Tomé e Príncipe (1706 e 1709) e em Benguela (1705), ao passo que as atividades dos corsários no litoral brasileiro haviam-se tornado rotineiras. E mais: em agosto, a esquadra de Du Clerc surgira diante do Rio de Janeiro na tentativa malograda de ocupar a cidade.<sup>39</sup> O autor anônimo de relação da fuga de Castro e Caldas refere o atrevimento do corso francês no litoral do Nordeste, ilustrado pelo episódio da balandra francesa que, fazendo-se passar por portuguesa, dera fundo em pleno ancoradouro do Recife, apoderando-se de um patacho, onde almoçavam tranqüilamente o capitão e o patrão da barra, e fugindo com ele para o alto-mar. Dias depois, outro corsário saqueava, na altura do cabo de Santo Agostinho, uma sumaca que levava dois religiosos para Alagoas, abandonando-a após seqüestrar o mestre e os marinheiros práticos na costa.<sup>40</sup>

Os freqüentes alarmes de agressão estrangeira despertavam os temores do “tempo dos flamengos”. Mas se o perigo francês era real, a conivência de Castro e Caldas era uma invencionice que já mostrara sua utilidade quando da deposição de Mendonça Furtado. Além de tirano, inimigo da nobreza e perseguidor do clero, o governador era um quinta-coluna francófilo, pois como asseverava fonte olindense, tinha “o corpo em terras de Portugal” mas “o coração e a vontade estavam na França”, de cujo soberano esperava “gran-jear valimento, se tivesse ocasião oportuna, ainda que fosse despedaçando a monarquia”. Tanto era assim que nunca manifestara o menor pesar pelos infortúnios das armas portuguesas na guerra peninsular, nem sequer lamentara o fato de dois dos seus filhos haverem sido feitos prisioneiros pelo inimigo, ademais de zombar dos avisos do Reino, do Rio ou da Bahia, no sentido

<sup>38</sup> *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval*, II, p. 354.

<sup>39</sup> Boxer, *The Golden Age of Brazil*, pp. 87 ss.

<sup>40</sup> “Notícia da expulsão”, fls. 3v-4v.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



desgraça, sem lhe esquecerem os mesmos Palmares do recente Zumbi [...] Concluía afinal ser melhor, em caso de desgraça, entregar-se aos polidos e guerreiros franceses do que servir aos grosseiros, malcriados e ingrátissimos mascates.

Até aqui, a proposta. Acrescenta Dias Martins que

a discussão durou longo tempo; mas a pluralidade [i.é, a maioria], aturdida com a magnitude e audácia do projeto e estremecendo das conseqüências, decidiu que se chamasse o bispo [...] e se lhe entregasse o governo em nome d'El Rei e assim se executou.<sup>80</sup>

Do que o cronista registrou em outros passos da obra, infere-se que houve duas votações consecutivas. A primeira incidiu sobre a proposição de Bernardo Vieira, a qual recolheu apenas, dos sufrágios identificados, oito favoráveis, entre os quais os dos cabeças da sedição, como Leonardo Bezerra, André Dias, José Tavares de Holanda, Pedro Ribeiro da Silva e João de Barros Rego, núcleo radical do partido da nobreza. Rejeitada a moção, passou-se a decidir a questão relativa à escolha do governador, triunfando a opção por D. Manuel, apoiada não só pela maioria contrária à proposta de Bernardo Vieira mas também pelos que haviam sustentado a medida extrema.<sup>81</sup>

Ao tempo da repressão contra o partido de Olinda, os pró-homens terão a cautela de dar uma versão expurgada desses acontecimentos, segundo a qual tudo se resumira à disputa entre fazer nova Câmara ou não, e entre empossar a Câmara ou D. Manuel no governo da capitania, o que à primeira vista parecia compaginar-se com as velhas aspirações do Senado olindense a assumir o poder nas vacâncias governamentais. Segundo representação a D. João, a qual pode ser datada de 1715,

<sup>80</sup> Dias Martins, *Os mártires pernambucanos*, pp. 272-3.

<sup>81</sup> *Ibid.*, pp. 16, 73, 75, 94, 132, 143, 194, 214, 276-7, 288, 303, 339 e 365. Ver também Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, V, p. 184. Outra indicação de que Dias Martins se teria baseado na crônica do padre Luís Correia reside na referência feita por este a que as decisões haviam sido tomadas por votos: Southey, *História do Brasil*, III, p. 58. Ao resumir-lhe o texto, o historiador inglês teria eliminado as alusões nominais.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

fava. Em meados do século XVIII, ela possuía, no seu rico e bem organizado acervo, infelizmente desaparecido após a dissolução da Ordem (1830), “vários papéis pertencentes às coisas dos levantes”, vale dizer, das alterações de 1710-1711.<sup>95</sup> Teria Dias Martins encontrado entre eles referência à proposta de Bernardo Vieira? É possível. De qualquer maneira, acharia ali a crônica do padre Luís Correia, que ensinara Filosofia na Congregação e que, sendo filho de Miguel Correia Gomes,<sup>96</sup> estava em posição privilegiada para informar-se dos acontecimentos. No mesmo ano em que Dias Martins ocupava a direção da Madre de Deus, o comerciante inglês Henry Koster enviava a Robert Southey cópia da crônica, que será largamente utilizada por este na sua história do Brasil.<sup>97</sup> A narrativa do padre Correia devia atribuir papel decisivo a Bernardo Vieira, donde a curiosidade de Southey pelo personagem, a ponto de por duas vezes escrever a Koster, insistindo por que averiguasse se tivera relação de parentesco com João Fernandes Vieira, pormenor genealógico que poderia ser historicamente significativo das conexões entre a restauração pernambucana e a Guerra dos Mascates.<sup>98</sup>

Mesmo que a informação de Dias Martins acerca da proposta de Bernardo Vieira procedesse da tradição oral, não tinha razão Vicente Ferrer para recusá-la *in limine*. Como sabem os etnógrafos e os antropólogos, não há por que repudiar de entrada a veracidade de todo e qualquer elemento de ori-

<sup>95</sup> “Notícia que dão os padres da Congregação de Pernambuco acerca da congregação desde a sua ereção”, RIAP, 57 (1984), p. 64.

<sup>96</sup> Borges da Fonseca, *Nobiliarquia pernambucana*, I, p. 177. Para o padre Luís Correia, Loreto Couto, *Desagravos do Brasil*, p. 321.

<sup>97</sup> Robert Southey a Henry Koster, 27.v.1815, Joaquim de Sousa-Leão filho (org.), “Cartas de Robert Southey a Theodore Koster e a Henry Koster”, RIHGB, 178 (1943), p. 45. O paradeiro da cópia que pertenceu ao historiador inglês é desconhecido. Do catálogo da sua biblioteca, ela constava sob o título de “Guerra civil e sedições de Pernambuco — exemplo memorável aos vindouros”, coincidência intrigante com o título dado à crônica de Gonçalves Leitão. Contudo, quando da venda dos livros e manuscritos de Southey (1844), não se encontrava entre o lote mais numeroso, adquirido então pelo Museu Britânico: *ibid.*, p. 14.

<sup>98</sup> *Ibid.*, pp. 45 e 54. Southey a Koster: “Pode você dizer-me se o Bernardo Vieira mencionado no seu manuscrito [i.é, a crônica do padre Luís Correia] pertence à família de João Fernandes Vieira, o restaurador de Pernambuco?”.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

padre: “Isso há-de Vossa Mercê dizer, há povo que possa passar sem rei?”, tornou ele: “Sim, senhor, há os pernambucanos, que são muito capazes de se governarem a si”. E ficou o tal sujeito tão admirado de ouvir semelhante liberdade que, contando o caso em uma casa, donde me veio a notícia, acrescentou que o deporiam por juramento, se necessário fosse.<sup>110</sup>

Além das referências citadas por Mário Melo, caberia aduzir outras que ele desconheceu. Consoante o “Tratado da capitania de Pernambuco”, o desígnio dos sediciosos

era de todo negarem obediência a Portugal e erigirem *entre si república e domínio próprio*, convidando-os a este grande absurdo as largas conveniências que se lhes representavam aos ditos em ficarem senhores da terra, ao bispo nos dízimos reais e bens eclesiásticos em que considerava por si grandes interesses e poder, e aos mais se consideravam já titulares, a uns senhores destas e daquelas terras e com poder de tudo se lhes facilitava o dominarem toda a América (e ainda mal que não faltou quem ouvisse conferências tratadas sobre esta matéria). E que conseguindo assim o seu intento, pelos meios que apontavam e facilitavam, diziam que neste caso El Rei de Portugal, se quisesse ser seu amigo, comerciariam com ele; e na falta, o fariam com outros, que em qualquer deles [monarcas europeus] achariam a proteção que a eles lhes acomodasse.<sup>111</sup>

Escusado repetir as declarações subversivas que se fizeram escutar no arraial dos Afogados. Cumpre, porém, transcrever a explicação de Antônio Rodrigues da Costa no Conselho Ultramarino, segundo a qual

estas alterações procederam de que a maior parte da nobreza de Pernambuco tem grande aversão e ódio ao governo de Portugal e aborrecem os naturais

<sup>110</sup> *Calamidades*, p. 72. A língua estrangeira a que se refere a testemunha seria provavelmente o francês, que se tornara na segunda metade do século XVII a *lingua franca* da Europa culta: Paul Hazard, *La crise de la conscience européenne, 1680-1715*, Paris, 1961, pp. 54-5. No Brasil holandês, Nassau fizera encenar comédias em francês, entendida pelos neerlandeses mas não pelos luso-brasileiros.

<sup>111</sup> “Tratado”, fl. 64v.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

tinha razão para transcrevê-la no livro de vereações, inclusive devido ao seu teor subversivo. Como assinalou Barbosa Lima Sobrinho, o problema da ata é um falso problema. Com ela ou sem ela, há elementos suficientes para afirmar que, em novembro de 1710, um grupo da nobreza mostrou-se disposto a cortar as amarras com a metrópole. É indispensável não confundir a reivindicação emancipacionista e republicana com a questão da ata, nem se pode impugnar mediante o infundado da segunda a realidade da primeira.

Em face das limitações a que a ideologia do Império sujeitará a historiografia, coube a historiadores estrangeiros detectar a inclinação republicana da sedição da nobreza. Além da “tendência natural de todas as colônias para o republicanismo”, Southey pensava que cumpria levar em conta “a longa convivência do povo com os holandeses”, sugestão fadada a grande fortuna, ao estabelecer, ao gosto do ideário político de Oitocentos, a conexão entre o período batavo e a tradição revolucionária da província. Handelsmann asseguraria taxativamente na sua *História do Brasil* (1864) que “a ligação havida com a República das Sete Províncias Unidas [dos Países Baixos] não estava esquecida em Pernambuco; e, embora nunca houvesse sido estimado o governo holandês e a sua volta, jamais desejada, contudo as formas do Estado holandês, que se havia então aprendido a conhecer, achavam muitos adeptos”. Do lado brasileiro, Fernandes Gama limitou-se a parafrasear a crônica de Gonçalves Leitão, que, como vimos, tivera seus motivos para silenciar os acontecimentos posteriores à fuga de Castro e Caldas. Menos desculpa teve Varnhagen, que reduziu a Guerra dos Mascates ao aspecto convencional de conflito pela autonomia municipal, atribuindo as delongas do empossamento do bispo a ambições pessoais. Somente ao tratar da segunda sedição da nobreza (1712), ele assinalaria que a repressão da Coroa criara “um partido sinceramente revolucionário”.<sup>129</sup>

\* \* \*

Na sexta-feira, 14 de novembro, cortou-se o nó górdio: os pró-homens entregaram o governo ao bispo, consumando a “transação ambígua” da ca-

<sup>129</sup> Southey, *História do Brasil*, III, p. 58; H. Handelsmann, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1931, p. 400; Varnhagen, *História geral do Brasil*, III, p. 322.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

cador dos mais prósperos a dar-lhe a mão da filha em casamento. Outro teria sido extorquido em cerca de 2,5 mil cruzados. Governando havia apenas uma semana, D. Manuel já lamentava “os inconvenientes e danos que já se experimentam com a dissimulação de se trazerem armas de fogo e puxar por espadas, adagas e facas [...] dando-se feridas e fazendo-se mortes violentas”. O bispo governador reiterou a medida contra o porte de armas na cidade e na vila; e, a fim de congraçar os espíritos, fez novena na matriz recifense do Corpo Santo.<sup>138</sup>

Sua intervenção teve algum efeito. Umas décimas registradas em relação coeva queixavam-se de que até mesmo o “corregedor”, isto é, o cacete punitivo dos olindenses, “grande férias tem tomado”, donde o apelo a que “ferva o bordão, minha gente”, de maneira a “vingar nosso pé rapado” contra “o Recife ousado”, o qual “contra nós, tiranamente/ obrou o que foi patente”. Depois de ter sido usado contra os holandeses, como pretendeu cronista da nobreza, para quem Pernambuco fora restaurado graças aos “paus tostados”, o cacete, de preferência de quiri, madeira muito resistente, tornou-se a arma “nacional” dos mazombos. Anos depois do seu desterro baiano, Leonardo Bezerra recomendava aos parentes e amigos não cortarem “um só quiri das matas [...] para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos marinheiros”, isto é, dos portugueses.<sup>139</sup>

Mas não há que atribuir veracidade à alegação das fontes olindenses segundo as quais entre a posse de D. Manuel e o levante do Recife, em junho seguinte, a capitania vivera em boa união e tranqüilidade. No campo, como outrora com os holandeses, expulsaram-se os reinóis que haviam arrendado engenho ou se tornado senhores mediante a execução de dívidas, reintegrando-se os antigos donos. Apontado como traidor por haver cultivado a amizade dos governadores e fornecido o cepo a que se haviam atado ignominiosamente os pró-homens detidos de ordem de Castro e Caldas, Luís de Mendonça Cabral, o provedor da Misericórdia, teve de fugir para a Paraíba,

<sup>138</sup> *Calamidades*, pp. 48, 54 e 58; “Tratado”, fls. 53, 54 e 60v; “O governador Sebastião de Castro e Caldas teve ocasião de prender etc.”, s.l., s.d., coleção Pedro Corrêa do Lago (São Paulo); AUC, CA, 32, fl. 78v.

<sup>139</sup> Cabral de Mello, *Rubro veio*, pp. 112-3.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

nial.<sup>151</sup> El Rei concederia licença para que comerciassem anualmente duas naus estrangeiras, uma inglesa, outra holandesa, as quais navegariam fora das frotas e se destinariam exclusivamente ao transporte de açúcar.<sup>152</sup> Sua Majestade autorizaria a construção do porto de Olinda, enviando por sua conta os peritos necessários, ficando o custo da obra a cargo dos moradores. Ao dique do Varadouro dar-se-ia seu anterior traçado, arcando os recifenses com as despesas. Por fim, facultar-se-ia o estabelecimento na cidade de um convento de freiras professoras, a exemplo dos que já existiam em Salvador e no Rio.<sup>153</sup>

<sup>151</sup> AUC, CA, 33, fls. 383-383v. Para as vicissitudes monetárias da economia açucareira neste período, ver Schwartz, *Sugar plantations*, p. 188. Para o caso de Pernambuco, *Documentos históricos*, 38, pp. 381-2, 389, 427-8, 440-1; Severino Sombra, *História monetária do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, 1938, pp. 93 ss, o qual repertoria a legislação a respeito; e também Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, IV, pp. 61-6. Quanto aos mesmos problemas à escala do Império português, Vitorino Magalhães-Godinho, "Portugal and her empire, 1680-1720", *The new Cambridge modern history*, VI: *The rise of Great Britain and Russia, 1688-1725*, Cambridge, 1971, pp. 509 ss. Texto capital do mesmo autor, "Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)", *Ensaio*, 3 vols., Lisboa, 1968-1971, II, pp. 293 ss.

<sup>152</sup> A respeito de tal reivindicação, José Soares da Silva comentava irônico em Lisboa: "Parece que gostaram dos ingleses do ano passado e dos franceses", "Gazeta composta em forma de cartas", BNL, FG, 512, fl. 177. Trata-se de alusões ao patacho inglês que em maio de 1710 teve sua entrada no Recife autorizada por Castro e Caldas e aos seis navios holandeses que em 1707 haviam arribado à baía Formosa, no Rio Grande do Norte, negociando com os moradores: AUC, CA, 32, fls. 54-54v e 66v-67.

<sup>153</sup> Tratava-se de antigo pleito local visando à transformação do Recolhimento da Conceição, em Olinda, em convento de professoras. Já o bispo D. Matias de Figueiredo e Melo havia em vão tentado obter a régia autorização; Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, IV, p. 307. O próprio Castro e Caldas havia apoiado o projeto junto à Coroa, secundando a Câmara de Olinda e os homens da governança. Mas El Rei havia novamente descartado a idéia, com o costumeiro argumento de que os conventos de freiras tendiam a frear o crescimento populacional; AUC, CA, 33, fl. 415v. Ao encerrarem-se as atividades dos capuchinhos franceses, a Câmara solicitara transformar o convento da Penha em recolhimento de professoras ou de órfãos. Por sua vez, os beneditinos alegaram direitos ao edifício, por intermédio dos herdeiros dos doadores primitivos do terreno. O mais forte candidato era a Congregação do Oratório, a quem entre 1701 e 1709 o hospício foi provisoriamente entregue. Por fim, prevaleceu em Lisboa a idéia de confiá-lo aos capuchinhos italianos; Pietro Vittorino Regni, *Os capuchinhos na Bahia*, I, pp. 252-4; AUC, CA, 33, fl. 307.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

A freguesia meridional da comarca de Pernambuco era Santo Amaro de Una, pobre e pequena embora gozando a vantagem de possuir a fortaleza e o porto de Tamandaré. É dali que partirá a contra-revolução na mata açucareira, graças ao capitão-mor Cristóvão Pais Barreto de Melo, a quem Deus, assegura fonte mascatal, “tinha destinado para ser o único e fiel vassalo” com que contaria Sua Majestade entre a nobreza da terra.<sup>171</sup> Os partidários da nobreza haviam ensaiado amotinar o distrito e prender Cristóvão Pais. D. Manuel suspendeu-o do cargo, só recuando em face da atitude das milícias de Una e no propósito de congraçá-lo com a chefia do movimento.<sup>172</sup> Sua destituição acarretaria conseqüências para as relações, já delicadas, entre Olinda e os Pais Barreto. Mantido no cargo, Cristóvão Pais manteve-se afastado e até se correspondeu com Castro e Caldas na Bahia.<sup>173</sup> Erro de monta, de vez que o ativismo de Cristóvão Pais desestabilizará a mata meridional. Embora sua tentativa de ganhar Porto Calvo fracassasse, sua aliança com o governador dos índios, D. Sebastião Pinheiro Camarão, será um trunfo para a causa dos mascates. Ademais, na ausência de Bernardo Vieira de Melo, ele obterá a adesão dos oficiais do terço dos Palmares.<sup>174</sup>

À exceção do Cabo, o partido da nobreza não teve maiores dificuldades nas demais freguesias açucareiras do sul de Pernambuco. Em Sirinhaém, os pró-homens depuseram o capitão-mor, reinol e fiel a Castro e Caldas, substituindo-o por um dos seus. Ipojuca também mostrou-se coesa no apoio à sedição e ao governo do bispo. Quanto à Muribeca, o capitão-mor Antônio de Sá e Albuquerque, de regresso da Paraíba após a fuga do governador, era reputado parcial seguro da nobreza. Seu pai e antigo capitão-mor do distri-

---

<sup>171</sup> “Tratado”, fl. 70. A mesma fonte pretenderá que a fidelidade de Cristóvão Pais fora herdada pelo sangue, pois outrora seu pai teria sido o primeiro dos pró-homens a obedecer a ordem régia de pôr fogo no seu engenho e canaviais e recolher-se à Bahia, “o que muitos ou os mais deles não fizeram”, quando, pouco tempo depois de iniciado o levante luso-brasileiro contra os holandeses (1645), D. João IV resolvera desautorizar o movimento, que lhe criava sérias dificuldades diplomáticas com os Países Baixos, seus aliados na guerra contra a Espanha.

<sup>172</sup> Papéis de serviço de Cristóvão Pais Barreto, AHU, PA, Pco., cx. 16; “Tratado”, fl. 70v; Castro e Caldas a D. João V, 10.i.1711, cit.

<sup>173</sup> Papéis de serviço de Cristóvão Pais Barreto, cit.

<sup>174</sup> “Tratado”, fl. 71.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

la e introduzir-se por este modo naquela capitania, o que é muito próprio do orgulho e ambição da nação francesa e muito para temer da desesperação daqueles vassallos que abracem a proteção de El Rei de França. E ainda se pode recear que passe o seu desatino a mandar convidar a Corte de Paris, a qual é infalível que aceitará a proposição. E com a celeridade que tem nas suas operações, corra a preocupar [i.é, a antecipar-se] as nossas disposições, se não forem prontíssimas.

Diante do levante da nobreza, ele receava que

este fogo de sedição, o qual já não é faísca pequena mas incêndio grande, se se não apagar prontamente, passe a abrasar o Recôncavo da Bahia, cujos moradores se acham sumamente escandalizados e quase alterados pelas vexações que se lhes fazem no tabaco. E dali poderá também passar aos paulistas que, ainda que se mostrem reduzidos à razão, tem-se por entendido que interiormente conservam o mesmo ódio aos reinóis, porque os reputam por usurpadores daquelas riquíssimas minas, que eles entendiam firmemente serem patrimônio seu [...] E se o fogo da sedição se ateasse em todas estas três partes, comunicando-se de uma a outra, o que Deus não permita, como ficam compreendendo todo o Brasil, pelo sertão e em parte pela marinha, bem se deixa ver qual será o dano desta monarquia.<sup>10</sup>

Alarmismo endossado pelo Conselho Ultramarino.<sup>11</sup> Aos ministros de D. João V perturbava também a hipótese de uma resistência prolongada mediante guerra de guerrilhas baseada no interior da capitania. No sertão, ou seja, para além da fronteira canavieira e pecuária, poderiam os sediciosos recrutar escravos, índios aldeados e os quilombolas dispersos após a queda dos Palmares, a fim de promover “uma guerra doméstica e contínua, que poderá ser ajudada de alguma nação da Europa, que chamem a seu favor”.<sup>12</sup> Cenário que, já vimos, fora aventado por Bernardo Vieira de Melo quando da reunião de Olinda, salvo no tocante aos quilombolas.

<sup>10</sup> Co.Uo. 26.ii.1711, cit.

<sup>11</sup> *Ibid.*

<sup>12</sup> *Ibid.*



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

À margem dos debates do Conselho Ultramarino, tratava-se da substituição de Castro e Caldas, cujo triênio expirara em junho, e da nomeação dos novos ouvidor e juiz-de-fora. Já vimos que, quando ainda se desconheciam os acontecimentos de Pernambuco, El Rei prometera apressar sua substituição. Em fins de fevereiro, o Conselho lembrava fosse escolhido de preferência candidato que gozasse de *statu* nobiliárquico, pois nas suas pretensões aristocráticas os pró-homens olhariam com redobrado respeito quem somasse às qualidades requeridas o “ser do sangue” e a “circunstância do título”.<sup>26</sup> No que havia certo otimismo, pois o único governador a gozar dessa condição, o marquês de Montebelo, cujo título, concedido pelo Rei Católico, fora reconhecido em Portugal, havia sido também o mais contestado pela gente da terra. A 13 de março, com base em parecer do Conselho de 13 de agosto, quando ainda não ocorrera a sedição, D. João V resolveu nomear precisamente o primogênito do marquês, Felix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos.<sup>27</sup>

A escolha causou surpresa em Lisboa, embora o nomeado, “ainda que moço, tem muita sizudeza e capacidade”.<sup>28</sup> Felix Machado tinha 34 anos. Sua experiência estava longe de recomendá-lo, sendo, como a de Castro e Caldas, estritamente castrense. Na infância, o pai procurara corrigir-lhe a vocação de marialva, inculcando-lhe o valor do estudo para os fidalgos, inclusive dos que, como o filho, destinavam-se à carreira das armas.<sup>29</sup> Servindo na guerra desde 1703, fora promovido a mestre-de-campo do terço velho da guarnição de Chaves (Trás-os-Montes), comodamente situado nas proximidades das suas terras de Entre Homem e Cávado.<sup>30</sup> Havia poucos anos, recolhera-se à administração dos seus bens, candidatando-se depois ao governo de Pernambuco, pleiteado por outros fidalgos, um deles, Pedro de Vasconcelos, que obterá maior prêmio, o governo-geral do Brasil. Para a escolha de Felix Ma-

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> ANTT, Chancelaria de D. João V, 37, fls. 71-71v.

<sup>28</sup> José Soares da Silva, “Gazeta composta em forma de cartas”, fl. 177v.

<sup>29</sup> Correspondência de Felix Machado, ANTT, Mss. da Livraria, 830.

<sup>30</sup> Antônio Caetano de Souza, *História genealógica da Casa Real portuguesa*, 13 vols., Lisboa, 1735-1749, X, p. 355.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

contudo, não se excluía em caso de conflito bélico. De qualquer modo, o governador não deveria usar o perdão geral como instrumento de barganha mas divulgá-lo amplamente tão logo pusesse os pés na capitania. Questões conexas diziam respeito ao tratamento a ser dispensado aos presos soltos por ocasião do movimento da nobreza, à devassa que Castro e Caldas levava para a Bahia, à punição dos oficiais de primeira linha e à restituição dos bens roubados.<sup>40</sup> As diretrizes nada diziam acerca da detenção dos cabeças e das medidas judiciais a serem tomadas, assuntos que haviam ficado em suspenso.

Entre os papéis de Felix Machado, encontram-se também as recomendações de Caetano de Melo e Castro, informado por cartas de Castro e Caldas e de outros correspondentes da Bahia. Os motores do levante haviam sido “as famílias dos Bezerras, Cavalcanti e alguns homens nobres que depois se lhes agregaram”, ressentidos com o governador e frustrados com que não se lhe enviara sucessor pela frota de 1710. A autonomia do Recife fora a gota d’água, pois nada sensibilizava tanto a oligarquia municipal quanto a administração dos impostos. De que os cabeças controlavam as fortificações, podia-se temer que sua intenção fosse ainda mais perversa, de vez que, estando endividados aos mercadores, “são mui capazes [...] de oferecer à França aquelas capitanias, sem que nisso tenha parte a mais nobreza e povo [...] nem ainda os parentes dos tais cabeças”. Por ocasião do levante, muitos senhores de engenho se haviam comportado com dubiedade, sem participar do levante mas permitindo que seus escravos e moradores o fizessem. Se Sirinhaém, Una e a comarca de Alagoas se mostrassem obedientes, propunha Melo e Castro que a frota ancorasse em Tamandaré, onde o governador disporia de uma boa base caso a rebelião continuasse.<sup>41</sup>

Felix Machado também consultou Melo e Castro a respeito de questões que lhe ocorreram à raiz da conversa com Diogo de Mendonça: os livros da secretaria do governo que Castro e Caldas levava para a Bahia; e a atitude a

<sup>40</sup> BNL, Pombalina, 526, fls. 231-236v.

<sup>41</sup> *Ibid.*, fls. 229-229v. Melo e Castro não esquecia de recomendar seus “afilhados”, inclusive os principais moradores; “e assim me admira o que hoje se diz”, de se haverem levantado contra El Rei; *ibid.*, fls. 228-228v. Em 1708, de regresso do seu vice-reinado da Índia, sua nau fizera escala em Pernambuco (Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, IV, p. 382), ocasião em que se pusera a par das novidades da terra.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

fiscalizar os aprestos para o caso de ataque francês. Só a casualidade de uma ventania que agitara as águas do porto levava o bispo a desistir, razão pela qual os conjurados tiveram de improvisar um motim castrense, aproveitando-se de incidente, ocorrido dias antes, entre elementos da infantaria e paulistas do terço dos Palmares em torno de certa mulata, ocasião em que Bernardo Vieira descompusera os soldados, ameaçando-os com a polé. D. Manuel mandara prender os culpados que se refugiaram no convento do Carmo, onde receberam armas e o reforço de quinze ou vinte camaradas. João da Mota intercedera, mas como Bernardo Vieira se mostrasse inflexível, resolveu-se castigar dois dos praças. Os amotinados responderam que a punição seria para todos ou não seria para ninguém. A meio-dia de 18, eles abandonaram o convento, constrangeram o tambor-mor a tocar o sinal de recolher, e correram à casa onde se hospedava Bernardo Vieira, aos brados de “Viva El Rei Nosso Senhor e morram traidores”. Já se lhes haviam reunido cinco companhias, num total de mais de mil homens. Quando o mestre-de-campo assomou à janela, desfecharam-lhe uns tiros. João da Mota ainda fingiu aquietá-los, enquanto o ouvidor, para salvar a vida de Bernardo Vieira, encenou sua prisão.

O sertanista foi conduzido à cadeia pública, onde estaria mais seguro do que na fortificação a que tinha o direito de ser recolhido. Em sua companhia, foram detidos oficiais e soldados do terço dos paulistas. Preocupados com a própria segurança, D. Manuel e Valençuela foram para o colégio da Companhia, em Santo Antônio, constatando que os moradores saíam de suas casas armados, misturando-se aos soldados que, aos brados, exigiam munição, clamando pela morte dos traidores. Em vão, procurou-se exortá-los com o argumento de que, preso Bernardo Vieira, cessara o motivo da assuada. Perguntando-se-lhes quem eram os inconfidentes, retrucaram-lhe que “todos os naturais da terra”. D. Manuel cedeu, passando ordem ao almoxarife, que, conluiado com os soldados, forneceu-lhes toda a pólvora que havia. O bispo e o ouvidor puderam alcançar o colégio, onde se haviam refugiado outros pró-homens. Quanto a Leonardo Bezerra, que também se achava na praça, tentou aliciar soldados para reagir ao movimento mas terminou retirando-se. Outras medidas extorquidas ao bispo convocavam o governador dos índios, D. Sebastião Pinheiro Camarão, a vir acampar com sua gente nos Afogados; e ordenavam aos capitães-mores que permanecessem com as tropas em seus distritos, de modo a reprimir distúrbios e impedir que se interferisse com o



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

tabilidade ao 18 de junho, desempenhando, no transcurso do sítio, papel decisivo mas sempre discreto, inclusive atraindo Cristóvão Pais Barreto e Camarão para a causa mascatal e persuadindo as milícias do Cabo a permanecerem no distrito. Na sua casa do Recife é que se faziam as reuniões que decidiam a sorte do levante.<sup>80</sup>

Felipe Pais Barreto hesitava entre as pressões de D. Francisco e as do tio materno, o velho José de Sá e Albuquerque, o “Olho de Vidro”, cujo filho, Antônio de Sá e Albuquerque, capitão-mor da Muribeca, estava também vacilante. Felipe Pais resolvera manter-se neutro, de prontidão com as milícias do Cabo para proteger os habitantes da freguesia, mas essa imparcialidade não resistiu a um sacerdote de Olinda, que o chantageou com a inquirição *de genere* de um filho, a quem se imputava, como antes ao pai, sangue cristão-novo, motivo suficiente para que a Igreja o rejeitasse. A adesão de Felipe Pais foi, aliás, uma vitória de Pirro para o partido da nobreza, de vez que suas tropas o abandonaram. No arraial dos Afogados, ele se apresentou com menos de trinta soldados, vendo-se na contingência de fazer as pazes com André Vieira de Melo, mandante do assassinato do seu irmão. Hesitações que, contudo, ainda não terminaram, pois às vésperas da batalha de São José, Felipe Pais encabeçará, com o primo Antônio de Sá, conspiração abortada contra João de Barros Rego, que comandava o exército olindense. Em Muribeca, a situação era oposta à do Cabo. O sentimento era maciçamente pró-Olinda, o que, juntamente com a influência paterna, levou Antônio de Sá a seguir a sorte do partido da nobreza, que o destituirá por ocasião do bloqueio do Recife, sob a acusação de deixar passar mantimentos para os sitiados. Por outro lado, as tentativas de João da Maia da Gama de intervir nos acontecimentos, oferecendo-se de medianoiro à Câmara de Olinda e à nobreza e ameaçando apoiar os recifenses caso não aceitassem seus bons ofícios, foram duramente repelidas.<sup>81</sup>

<sup>80</sup> *Memórias históricas*, IV, p. 75; *Calamidades de Pernambuco*, pp. 105, 133. Em represália por haver tomado o partido de Olinda, D. Francisco teria seus engenhos incendiados, sofrendo prejuízo superior a 20 mil cruzados: papel sobre D. Francisco de Souza, s.d., AHU, PA, Pco., cx. 10.

<sup>81</sup> *Calamidades de Pernambuco*, pp. 92, 115-23; *Memórias históricas*, IV, pp. 77-86; Cabral de Mello, *O nome e o sangue*, pp. 51 ss.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

*kwartier* do tempo de Nassau, o qual correspondera ao triângulo formado pelo convento de Santo Antônio, pela atual matriz de Santo Antônio e pela igreja do Espírito Santo (praça Dezessete).<sup>93</sup>

Sitiadores e sitiados haviam optado pela guerra defensiva, aqueles na expectativa de render o Recife pela fome; estes, na da chegada da frota. Entre os mascates, havia quem advogasse o ataque frontal a Olinda pelo istmo; outros temiam o projeto não só pelas dificuldades práticas como pelo desafio à autoridade do bispo, preferindo incursões a oeste e a sul, as quais revelaram-se inócuas, pois nem logravam reabrir as comunicações terrestres nem garantir o aprovisionamento da praça, só resultando em mortos e feridos.<sup>94</sup> Em Olinda, nunca se alimentaram ilusões a respeito de um ataque ao Recife, contando-se sempre com sua sujeição pela fome mediante o bloqueio dos acessos terrestres e marítimos. Ao passo que o assédio por terra foi razoavelmente eficaz, não era factível cerrar a entrada do mar, protegida pelos canhões das fortalezas, nem se dispunha de recursos para interceptar a navegação de cabotagem que supria modestamente a praça. Os estoques reunidos quando da preparação do levante em breve se esgotaram e a situação de penúria só foi atenuada por suprimentos vindos da Paraíba e de portos do litoral.

A situação no Recife chegou ao ponto de provocar um motim castrense contra João da Mota e a tentativa de fuga de dois dos chefes da mascataria. Para complicar as coisas, o inverno foi rigoroso; e o preço da farinha de mandioca descontroleou-se. Ainda se pôde lançar mão de carregamentos consignados ao Rio de Janeiro, mas quando eles se esgotaram os recifenses tiveram

<sup>93</sup> *Calamidades de Pernambuco*, pp. 182-5. Após a expulsão dos holandeses, a cartografia do Recife passou por prolongado jejum. Basta dizer que entre o último mapa neerlandês, que é o de C. B. Golijath (1648), e o primeiro levantamento português, que é o de Diogo da Silveira Veloso (1733, 1739), transcorreu quase um século de crescimento intenso do burgo, donde o interesse da descrição do Dr. Manuel dos Santos acerca do sistema de defesa de 1711, o qual contribui para preencher a lacuna das fontes cartográficas. Ver a respeito José Luís Mota Menezes (org.), *Atlas cartográfico do Recife*, Recife, 1988; e J. A. Gonsalves de Mello, *A cartografia holandesa do Recife*, Recife, 1976, pp. 17-8.

<sup>94</sup> *Calamidades de Pernambuco*, pp. 125-7, 132-5, 169, 187-7; *Memórias históricas*, IV, pp. 118-20, 125, 136-7; "Diário e notícia certa", cit. As perdas incorridas nessas excursões não passaram de dezenove ou vinte mortos; e de 25 durante o assédio.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



Ao saber-se que os Cavalcanti regressavam à frente de uma força, o partido mascatal convocou a população e os índios de aldeia de Aratangi, só conseguindo a custo congregar cem homens, devido a que boa parte dos reinóis de Goiana se haviam refugiado no campo. A tropa cavalcantista entrou na vila como triunfadores, “com penachos de ramos verdes nos chapéus”, pondo cerco ao convento do Carmo. O juiz do povo, o vereador mais velho e simpatizantes foram submetidos a vermes e humilhações, como ocorreu a certo ancião a quem arrancaram os bigodes e as cãs. Ranchos percorriam as ruas aos brados de “Viva os Cavalcanti e seus aliados e morram os seus opostos e traidores”. Os índios de Aratangi, acampados no arrabalde, revidaram com aclamações a El Rei. Mas a prudência prevaleceu e os caboclos retiraram-se para suas terras, na companhia de um troço vindo da Paraíba. Goiana foi posta a saque, não se poupando as moradas de pequenos comerciantes, de vez que na frase atribuída a um dos Cavalcanti, “nas casas destes se acham muitas vezes melhores coisas que nas dos ricos”.<sup>112</sup>

Os Cavalcanti executaram em Goiana o que seus parciais não haviam podido fazer no Recife. Da pilhagem, não escapou o convento do Carmo, onde os moradores haviam depositado seus bens mais preciosos, ouro, prata e alfaías, não se poupando cela alguma, e cometendo-se violências contra os leigos que se tinham acoitado na igreja. Segundo fontes mascatais, o produto da rapina teria sido dividido dentro do estrito respeito às hierarquias sociais: a parte dos soldados era medida à vara e côvado; e a que cabia aos Cavalcanti era transportada em carros de boi para seus engenhos. Devassas comprometedoras desapareceram nas chamas; emitiram-se cartas de seguro em favor de criminosos; apreendeu-se o arquivo da municipalidade e substituíram-se os oficiais da milícia urbana, tudo no estilo da sedição contra Castro e Caldas. Coroou-se a reconquista de Goiana com a escolha de nova Câmara, sendo “todos primos e cunhados uns de outros, sem mais eleição nem solenidade que o seu [dos Cavalcanti] gosto”.<sup>113</sup>

<sup>112</sup> *Calamidades de Pernambuco*, pp. 187-99; “Tratado”, fls. 117-24.

<sup>113</sup> *Ibid.*; João da Mota a D. João V, 30.xi.1711, transcrito por Mário Melo, *A Guerra dos Mascates*, p. 88.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

a seus interesses. Os bentos congratularam-se com a fuga de Castro e Caldas, mas não tinham motivos para comemorar a sedição da nobreza e o triunfo da sua velha inimiga, a Câmara da cidade. Por outro lado, como proprietária de terrenos e de casas no Recife, não lhes convinha hostilizar a mascataria. Os terésios ou marianos mostraram-se igualmente discretos, embora partidários da mesma política de discriminação para com os nascidos no Brasil, política que lhes valeu a duradoura impopularidade que ainda no tempo da Independência levará à sua expulsão.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Para desapontamento da nobreza, o governador logo regressou ao Recife, indo hospedar-se na casa do vigário, que residia na praça do Corpo Santo, como se considerasse ainda arriscado aposentar-se na cidade ou na outra banda, no Palácio das Torres. Durante três noites, os mascates comemoraram com luminárias o tranqüilizador regresso. O principal objetivo de Felix Machado nessas primeiras semanas consistiu em repor as coisas no estado em que se achavam antes da fuga de Castro e Caldas. De Olinda, ele e o bispo já haviam escrito para o Rio Grande, onde os parciais da praça sitiavam a fortaleza dos Reis Magos; para Sirinhaém, onde os olindenses estavam a ponto de render Tamandaré; para Goiana, mandando o Tundacumbe dispersar a tropa de sicários que recrutara para se vingar dos agravos cavalcantistas; e para Cristóvão Pais Barreto e Camarão, que reuniam gente para desforrarem-se da derrota de São José. Empossado, Felix Machado comunicara oficialmente à Câmara de Olinda a confirmação régia do perdão concedido pelo bispo aos sediciosos da nobreza.<sup>3</sup>

O governador devia desincumbir-se também das tarefas administrativas de rotina numa capitania desorganizada por duas sublevações. A fazenda régia fora especialmente prejudicada: não se haviam arrematado a tempo os contratos de cobrança de impostos ou os contratadores estavam impossibilitados de quitar-se com o erário. Os dízimos do açúcar, que dez anos antes rendiam mais de 70 mil cruzados, a muito custo haviam sido arrendados por 40 mil. Embora os engenhos tivessem recomeçado a moer nesses finais de 1711, parte da safra anterior ficara perdida pelas casas de purgar, devido às dificuldades de transporte para o Recife; outra parte, a que já se achava nos armazéns da praça, fora consumida por ocasião do sítio. Nem sequer havia carga de couros e de madeiras a enviar para o Reino. Por outro lado, cumpria a Felix Machado instaurar o imposto de 10% sobre as importações, recentemente criado para financiar a defesa do Brasil, o qual, na Bahia, dará lugar em novembro ao Motim do Maneta. Como se não bastassem a revista dos terços, a fiscalização das fortalezas e o apresto da frota, o governador devia solucionar uma série de questões legadas pelo conflito, aptas a criarem dificuldades de monta.

---

<sup>3</sup> *Calamidades de Pernambuco*, p. 209; Felix Machado a D. Lourenço de Almada, 20.x.1711, cit.; D. Manuel Álvares da Costa a D. João V, 7.xi.1711, cit.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

El Rei decidisse o que deveria ser feito. Assim procedeu o governador, mas a resposta tardará, pondo em risco a segurança da capitania.<sup>16</sup> À espera da nova ordem, o governador já preparava o terreno em dezembro, tratando de aliar apoios para a eventualidade de o partido de Olinda deflagrar terceiro levante. Bacalhau atraiu o capitão-mor de Igaraçu, Antônio da Silva Pereira, que ao tempo do governo do bispo dera sinais de descontentamento e que recrutou o cunhado, José Camelo Pessoa, capitão-mor da Várzea, que participara da sublevação contra Castro e Caldas e do sítio da praça.<sup>17</sup> A manobra completou-se, no norte, graças ao capitão-mor de Maranguape; e no sul, aos da Muribeca e Cabo, conquistados pela promessa de confirmação nos postos, negociada por intermédio dos seus parentes D. Francisco de Souza e Cristóvão Pais. Felix Machado lograva interpor a tropa de segunda linha dos distritos adjacentes, barrando a marcha de eventuais sublevados vindos das freguesias mais distantes.

Em meados de dezembro, o governador transmitia instruções precisas a estes capitães-mores, com a recomendação de guardá-las sob o maior sigilo: na hipótese de insurreição, deviam procurar sufocá-la no nascedouro, comandando os levantados a se dispersarem e, não sendo atendidos, mandando atirar para matar. Vigiaríam também para que não se agregasse às milícias nenhuma outra gente que não fosse da mais estrita confiança. A severidade desta circular, destinada a uns poucos, contrastava com a displicência de outra, posterior de duas semanas, expedida a todos os capitães-mores, e na qual, a pretexto de se proceder à captura de soldados da frota que houvessem desertado, providência de rotina, Felix Machado aduzia, com ar de casualidade, que,

<sup>16</sup> Defesa de Felix Machado, 1715, cit.

<sup>17</sup> *Memórias históricas*, IV, p. 179. Da importância da colaboração prestada por Antônio da Silva Pereira, deu testemunho Antônio Rodrigues da Costa ao propor no Conselho Ultramarino que, juntamente com o capitão-mor de Tracunhaém, recebesse agradecimentos régios à maneira dos que se estavam endereçando a Camarão, Cristóvão Pais e aos néris; *Documentos históricos*, 98, p. 146. O colaboracionismo de José Camelo Pessoa chegou ao ponto, julgado escandaloso, de dar uma sobrinha em casamento a um filho de Domingos da Costa de Araújo e de repartir com os ministros d'El Rei toda uma safra do seu engenho, generosidade que, contudo, não o isentará posteriormente da devassa do Cutia; *Memórias históricas*, IV, p. 257; Dias Martins, *Os mártires pernambucanos*, p. 322.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

havam cometido”.<sup>27</sup> O governador convenceu-se, ou mais provavelmente foi convencido pelo ouvidor e pelo juiz-de-fora, de que, em se tratando de caso de força maior, já se encontraria suficientemente autorizado pelas instruções recebidas em Lisboa. Donde não ser de todo infundada a acusação da nobreza acerca de um conluio entre o governador, os magistrados, os mascates e a Madre de Deus, visando a violar a anistia, embora, na realidade, se tratasse de uma violação da ordem que o mandara esperar pelo sinal verde d’El Rei para proceder à prisão dos cabeças. Entre os argumentos que o levaram a decidir-se estavam alguns dos que utilizará em sua defesa ao retornar a Portugal.

Segundo Felix Machado, os delitos não podiam ser considerados legalmente perdoados, de vez que se lhe ordenara averiguar a identidade dos seus autores e que o indulto baseara-se em informação falsa do bispo, segundo a qual não teria havido responsáveis. Ademais, o perdão fora concedido por motivos puramente políticos, sem intervirem considerações legais. Por outro lado, as instruções de Lisboa deixavam-lhe uma margem de arbítrio ao lhe confiar a restauração da ordem pública numa capitania que se achava em meio a uma guerra civil, objetivo que só podia ser alcançado com a prisão dos cabeças. Pernambuco estava idealmente situada do ponto de vista geográfico e político para ser o alvo de ataque francês, com a conivência, caso permanecessem soltos, dos pró-homens, que continuavam a temer a punição régia malgrado a anistia geral, a que acrescia a insatisfação da terra com o monopólio colonial e com o peso da fiscalidade, que fora maior ali do que em qualquer outra parte da América portuguesa até a descoberta das minas.<sup>28</sup>

A iminência de levante foi fabricada pelas autoridades régias com vistas a justificar a repressão de que haviam sido encarregadas? Ou, pelo contrário, havia fundamento para a suspeita de que os radicais de Olinda preparavam efetivamente o movimento contra o governador? Não se pode dar resposta conclusiva. Desde finais de novembro, circulavam rumores, verdadeiros ou plantados, na esteira da abolição do juiz-do-povo de Olinda e do decorrente protesto da Câmara da cidade. O juiz-de-fora escrevera então a El Rei que, receosos do castigo pelo sítio posto ao Recife, os pró-homens “andam maqui-

<sup>27</sup> Defesa de Felix Machado, cit.

<sup>28</sup> *Ibid.*



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

o Recife a fim de entregar-se às autoridades. Receoso de que Camarão lhe saísse no caminho para infligir-lhe alguma humilhação, rendeu-se ao capitão-mor José de Barros Pimentel, que o conduziu à praça, onde foi recolhido ao forte do Brum. Admirava-se Gonçalves Leitão de que o velho sertanista tivesse capitulado quando poderia ter passado para a banda meridional do São Francisco, onde estaria seguro.<sup>44</sup>

Sua atitude pareceria indicar que, se conspiração houvera contra Felix Machado, ele estava alheio; e que supunha poder prová-lo. A rendição de Bernardo Vieira foi excepcional; os demais trataram de esconder-se ou de abandonar a capitania pelo sertão. As veleidades de resistência armada logo se desvaneceram, se é que existiram nesta ocasião, como pretendem as fontes mascatais. Em maio, correram rumores de que João de Barros Rego reunia gente para este fim, no seu engenho de Jaboatão, nas vizinhanças do Recife. Uma escolta enviada por Felix Machado foi descobri-lo num esconderijo em lugar fragoso e desabitado, graças à confissão arrancada a um dos seus homens de confiança. Sua prisão aliviou as autoridades, “porque”, como escreveu o Dr. Manuel dos Santos, “como este sujeito era do povo da mata mui respeitado e temido e dotado de gênio sumamente inquieto e revoltoso, servia de grande obstáculo para o sossego e quietação que o dito governador pretendia”.<sup>45</sup> Em fins de maio, portanto, já estavam detidos os principais visados: Leonardo Bezerra, André Dias, Bernardo Vieira e Barros Rego.

Cosme Bezerra Monteiro, irmão de Leonardo, logrará pôr-se a salvo por algum tempo. No Ceará, a tropa investiu sua fazenda, onde ele não se encontrava, e dois dos seus filhos resistiram à bala, só se entregando quando a casa foi posta a fogo. José Tavares de Holanda, que era então vereador de Olinda, largou-se para o Rio Grande, na companhia de outros parentes de Leonardo. Ao fim de certo tempo, Pedro Cavalcanti resolveu regressar, mas Manuel Cavalcanti e José Tavares seguiram para Minas Gerais, com Sebastião de Carvalho de Andrade. No caminho, com maleita, Manuel interrompeu a viagem, vindo a ser preso. José Tavares e Sebastião de Carvalho prosseguiram, depa-

<sup>44</sup> *Memórias históricas*, IV, p. 184; *Calamidades de Pernambuco*, pp. 232-3.

<sup>45</sup> *Memórias históricas*, IV, p. 193; *Calamidades de Pernambuco*, pp. 236-7; AUC, CA 32, fl. 123.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

rio de Estado Diogo de Mendonça Corte Real. Como em julho de 1712 continuasse à espera de ordens régias, Felix Machado cogitou de organizar junta composta dos ouvidores da Paraíba e de Alagoas, a qual, sob a presidência de Bacalhau, sentenciaria os réus. Como os primeiros objetassem com a falta de instruções, o governador manteve os presos nas Cinco Pontas em lugar de enviá-los a Portugal.<sup>56</sup>

Alarmado com o silêncio da Coroa sobre as prisões realizadas, Felix Machado incumbiu o secretário do governo, Antônio Barbosa de Lima, que viajou no regresso da frota de 1712, a explicar de viva voz a situação de Pernambuco, secundado pelo oratoriano José Ferrão, emissário dos mascates, e pelo comissário dos terceiros da Ordem do Carmo, despachado pelo governador da Paraíba. Embora as fontes da nobreza aleguem que, da sua parte, não se teria podido remeter sequer uma carta devido aos métodos policiais do governador e de Bacalhau, a queixa parece excessiva, quando se sabe que também seguiram naquela oportunidade o cônego Pedro Ferreira Brandão e Valençuela.<sup>57</sup> Na frota, ia por fim a devassa tirada por Bacalhau, de cujo texto não se dispõe mas cujas conclusões podem ser reconstituídas mediante sua correspondência oficial.

O ouvidor realizara uma investigação em regra de todo o ocorrido desde a sedição contra Castro e Caldas. A seu ver, o movimento não resultara das arbitrariedades governamentais, que não o justificavam. “O motivo original” fora o encarceramento de Leonardo Bezerra, “régulo e cabeça principal de todas as sublevações e ruínas desta capitania”. Não havendo podido livrar-se da cadeia, organizara, de dentro dela e com a cumplicidade de André Dias de Figueiredo, o atentado contra o governador, com a conivência de Arouche e de Valençuela. Em vista da prisão dos suspeitos, Leonardo Bezerra e seus parentes maquinaram o levante, com “as insolências de derrubar pelourinho, soltar presos, roubar cartórios, queimar pelouros e livros da nova Câmara, arcabuzar presos, suspender oficiais de justiça e de milícia confirma-

<sup>56</sup> Felix Machado a D. João V, 20.ix.1713, AHU, PA, Pco., cx. 16; *Memórias históricas*, IV, pp. 196-7; Pombalina 115, fl. 268. Para o precedente de Luanda, Ralph Delgado, *História de Angola*, Lisboa, s.d., IV, pp. 161-8.

<sup>57</sup> *Memórias históricas*, IV, pp. 199-201; *Calamidades de Pernambuco*, pp. 239-40; Dias Martins, *Os mártires pernambucanos*, p. 102.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



mercadores, que tencionavam manter seu domínio pela manipulação eleitoral, como farão no decurso do século XVIII. Para quebrar o roço da Câmara de Olinda, desmembrar-se-ia seu distrito, constituindo-se outros municípios.

O projeto de Rodrigues da Costa, em especial a idéia de que El Rei tomasse abertamente o partido dos mascates para reprimir a nobreza, recendia demasiado a maquiavelismo e a razão de Estado para não chocar um grupo de burocratas ainda impregnados da concepção arbitral da monarquia portuguesa. Desagradar-lhe-ia também um plano que engajava o Conselho com um elenco de medidas concretas que as circunstâncias podiam recomendar agora para desaconselhar depois. A despeito de sua reputação de brasilianista, Rodrigues da Costa ficou isolado, embora algumas das suas sugestões venham a ser adotadas, inclusive a de se enviar à capitania efetivos liberados pelo fim da guerra de sucessão da Espanha. Seus colegas preferiram o voto sumário e pragmático do conde de São Vicente, favorável a uma transação pela qual, de um lado, não se reinvestigaria a sedição da nobreza, colocando-se, em contrapartida, “perpétuo silêncio” sobre o levante do Recife, o qual, havendo visado o serviço da Coroa, não carecia de indulto. A nova devassa limitar-se-ia à alegada conspiração contra Felix Machado bem como ao movimento de Tracunhaém, devendo ser confiada ao desembargador Cristóvão Soares Reimão, que pronunciaria os acusados perante a Relação da Bahia, executando-se o castigo em Pernambuco para exemplo dos vindouros.

A ordem régia de 28 de março de 1713 conformou-se com o parecer do conde presidente, com a diferença de que os pronunciados seriam enviados a Lisboa, desde que a seus crimes correspondessem penas superiores a três anos de degredo. Os demais poderiam permanecer em Pernambuco, onde seriam processados pelas vias ordinárias. A devassa de Bacalhau ficava em suspenso. Seriam igualmente inquiridos os delitos imputados a Arouche e a Valençuela. Este, como vimos, já se achava no Reino, mas Arouche, ainda na capitania, deveria ser mandado de volta, sem assumir o prometido posto de desembargador da Relação da Bahia. Golpe mais duro estava reservado ao bispo, que o Conselho Ultramarino considerava necessário castigar, sem menoscabo do seu estatuto eclesiástico, a cujo fim se abriria informação extrajudicial, residindo no Recife. D. João V tomou a providência mais drástica, aventada por Rodrigues da Costa, de exilá-lo no Ceará ou no Maranhão, não se lhe permitindo o regresso a Lisboa. Deram-lhe, por fim, a alternativa de



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

Barros Rego, falecido no cárcere pelo Natal de 1712. Alegará fonte da nobreza que durante a viagem os inconfidentes foram vítimas de maus-tratos, permanecendo em ferros e mal alimentados, mercê da intervenção dos mascates, que desejavam apressar sua morte. Havendo desembarcado em Lisboa em fins de 1713, já em fevereiro seguinte haviam morrido Manuel Cavalcanti, que partira doente, e Bernardo Vieira de Melo. As circunstâncias do falecimento de Bernardo Vieira pareceram suspeitas na época, embora Gonçalves Leitão descartasse a possibilidade de crime. Tendo também seguido adoentado, estranhara o frio invernal; e certa noite em que colocara um braseiro na cela, fora sufocado pelas emanções. Ainda segundo o cronista, El Rei mandara investigar o assunto, concluindo-se não ter sido outra a *causa mortis*.<sup>75</sup>

Livre dos réus, Felix Machado demonstrava relativo otimismo, de vez que “o partido realista é superior a tudo o que pode considerar-se nos revoltosos”, embora três dos cabeças, inclusive Cosme Bezerra, ainda estivessem à solta. Mesmo na hipótese remota de insurreição geral, a fidelidade do Recife e das praças-fortes litorâneas daria tempo a que se recebesse ajuda militar da Bahia ou do Reino, embora não se pudesse excluir a eventualidade de traição ou de iniciativa isolada, como a de Tracunhaém, para o que bastariam algumas companhias de infantaria. Por seu lado, a nova devassa marchava a todo vapor. Pelo Natal de 1713, já se achavam detidos vinte acusados, calculando Cristóvão Soares que o número viria a dobrar. Alguns suspeitos haviam fugido para capitanias distantes, tornando necessária a expedição de precatórias. Para resumir, a faina investigativa durou dez longos meses, prolongando o clima de insegurança e delação inaugurado em fevereiro de 1712.<sup>76</sup> O cronista da nobreza, que menciona manobras sinistras para fazer a cabeça do magistrado, como se isto fosse necessário, é mais convincente quando alinha as irregularidades processuais.

<sup>75</sup> Felix Machado a D. João V, 20.ix.1713, cit.; *Memórias históricas*, IV, pp. 207-8, 224-5, 290-1; BNL, Pombalina 115, fls. 109, 160; AUC, CA 33, fls. 439-40.

<sup>76</sup> Felix Machado a D. João V, 17.viii.1713, cit.; *Memórias históricas*, IV, pp. 213, 221; Cristóvão Soares Reimão a D. João V, 21.xii.1713, AHU, PA, Pco., cx. 16; e *Documentos históricos*, 98, pp. 208-9. A despeito dos esforços do autor, não foi possível localizar em arquivos portugueses as devassas de Bacalhau e de Cristóvão Soares Reimão.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

nos o desterro dos anistiados. Em fins de 1714, D. João V recebia o secretário do governo de Pernambuco, Antônio Barbosa de Lima, que fez entrega de comprido papel em que descrevia o desânimo dos realistas, cujo apoio não se devia alienar em nome da segurança da capitania. A fidelidade dos súditos ultramarinos era, por definição, precária e frágil, pois em vista da distância “não participam [de] todo o calor dos raios do seu planeta superior [i.é, o rei], por cuja razão lhes não derretem os corações em afetuosas obediências, como se experimenta sempre nos vassalos europeus, que como vivem às abas do seu monarca, participam [d]as luzes para o adorno das virtudes políticas e para a cultura dos entendimentos”.<sup>84</sup>

Do Recife, os mascates invocavam a iminência de distúrbios, pois os pró-homens cuidavam agora que tinham “carta de seguro no perdão para novas maldades”. Faziam-se ouvir outra vez acusações recíprocas de intenções subversivas, sustentando-se que a mascataria armazenava grande quantidade de víveres, como ao tempo do seu levante. O partido da nobreza acreditou, a princípio, tratar-se de provocação destinada a induzi-lo a reagir por antecipação, confirmando as previsões mascatais e forçando a Coroa a anular o indulto. Acreditou-se depois que Felix Machado e Bacalhau haviam arquitetado um plano sinistro, com a cumplicidade dos moderados da Câmara de Olinda. A pretexto de inspecionar a fortaleza de Tamandaré, o governador levaria consigo o regimento da cidade, deixando-a desprotegida para dar ocasião aos tundacumbes, camarões e milicianos de Cristóvão Pais de massacrar os favorecidos pela carta régia de 7 de abril. O procurador da Câmara e um grupo de senhoras denunciavam ao vice-rei, marquês de Angeja, que a execução do projeto estaria “por horas”, sendo “tão público entre os parciais e os que o não são, que nas bocas de homens e mulheres, dos brancos e dos negros, anda [o rumor] pelas ruas”.<sup>85</sup>

A decisão de 7 de abril autorizara D. Manuel a recolher-se à sede do bispado, de onde partira em junho de 1713 para o São Francisco, numa jorna-

<sup>84</sup> A representação de Antônio Barbosa de Lima está transcrita em *Memórias históricas*, IV, pp. 318-24, s.d., mas do seu texto depreende-se ter sido redigida em fins de dezembro de 1714 ou começos de 1715.

<sup>85</sup> *Memórias históricas*, IV, pp. 289, 297-301, 309-10.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

governador de Pernambuco.<sup>107</sup> A visita de Angeja visava a dar demonstração palpável do interesse da Coroa em conciliar definitivamente os ânimos. Avisado do plano, o partido da nobreza procurou cultivar a boa vontade de Angeja, a quem escreveram os pró-homens, um grupo de senhoras e o procurador da Câmara de Olinda. A resposta do vice-rei não se fez esperar.

Como não lhe fosse possível vir imediatamente a Pernambuco, devido a assuntos urgentes que o prendiam em Salvador, ele atendeu o pleito relativo à execução dos senhores de engenho e lavradores de cana, contra o que Felix Machado recorreu a Lisboa. Ofereceu-se ademais para acolher novas representações que a nobreza desejasse endereçar-lhe, “no que me hão-de achar com a vontade mui pronta para lhes deferir a tudo a que a justiça der lugar”. A carta teria sido suficiente para fazer cessarem “as insolências do pernicioso Bacalhau e ficou sendo um freio para ele e para todos os mascates”.<sup>108</sup> Ao ouvidor, Angeja encareceu a necessidade de promover o apaziguamento, de vez que “todos são portugueses, sejam nascidos no Reino, na América ou na Ásia, porque o nascimento não o dá a terra senão a origem, e devem andar muito de fugir destas distinções”.<sup>109</sup>

A Felix Machado escreveu longamente. Após lamentar que a tranqüilidade não estivesse ainda de todo restabelecida, recomendava Angeja que não se estorvassem os agravos de Pernambuco para a Relação da Bahia, repreendendo-o por se haver instalado na praça, contrariamente às ordens régias, “e como seu servidor lhe digo que quanto Vossa Senhoria puder estar menos no Recife o faça”. O marquês também frisava seu desacordo com os métodos do governador nas relações com o clero, embora reconhecesse que os padres eram a esta altura os únicos sediciosos. A João da Maia da Gama, Angeja opôs uma polida recusa a se deixar envolver por tentativas de reabrir o velho contencioso. A questão dos levantes era coisa do passado, de modo que ao governador da Paraíba só cabia empenhar-se por que se extinguissem de todo as divisões. À Câmara de Olinda, que insistia na sua visita a Pernambuco, o vice-rei respon-

<sup>107</sup> *Documentos históricos*, 6, p. 398.

<sup>108</sup> *Memórias históricas*, IV, pp. 298-310; *Documentos históricos*, 98, p. 248.

<sup>109</sup> *Documentos históricos*, 39, pp. 369-70.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

visto pela Coroa, que não lhe perdoava a evasão e que ordenou seu regresso ao Reino, ao mesmo tempo em que nomeava desembargador da Relação para tirar-lhe a “residência”. Fonte mascatal queixa-se da parcialidade da investigação, que se teria baseado na devassa feita por Valençuela. Os resultados da sindicância foram remetidos a Lisboa pela frota de 1712, na qual também viajou Castro e Caldas, que pela segunda vez retornava preso do Brasil. O assunto foi entregue à corregedoria do crime da Corte, mas se desconhece seu desfecho, que a morte do réu tornou em breve prazo irrelevante.<sup>137</sup>

Terminado o desterro de D. Manuel Álvares da Costa no São Francisco, sua permanência na capitania foi julgada inconveniente, regressando ao reino na frota de 1715, a mesma em que viajou Felix Machado. Na Corte, as prevenções tardaram a dissipar-se. Em demonstração do real desagrado, D. Manuel foi intimado a residir a quarenta léguas de Lisboa, punição penosa para quem viver na vizinhança do poder constituía, como lembrava o Conselho Ultramarino, a mais cara aspiração.<sup>138</sup> Graças à revanche dos oratorianos, D. Manuel não logrou ser admitido, por muito tempo, à presença de Sua Majestade. Somente quando a Coroa concluiu que suas faltas não haviam sido

---

tião Dias Maneli a Sebastião de Castro e Caldas, 4.iv.1711, AHU, PA, Ba., cx. 4. O ex-governador era acusado inclusive de haver levado consigo o livro de registro das cartas régias, o que comprometia seriamente o funcionamento do governo, razão pela qual El Rei ordenou ao governador-geral que providenciasse a restituição; *Documentos históricos*, 39, p. 274; Arlinda Rocha Nogueira, Heloísa Liberalli Bellotto e Lucy Maffei Hutter, *Inventário analítico dos manuscritos da coleção Lamago*, 2 vols., São Paulo, 1983, I, p. 287; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 5, 3, 1, nº 121; Pombalina 526, fl. 273.

<sup>137</sup> Co.Uo. 26.ii.1711, cit.; Pedro de Vasconcelos e Souza a D. João V, 17.xi.1711; e Alexandre Botelho de Moraes a Pedro de Vasconcelos e Souza, 24.x.1711, AHU, PA, Ba., cx. 4, e códice 276, fls. 163-163v; *Calamidades de Pernambuco*, p. 237; *Documentos históricos*, 98, pp. 175-7; *Inventário analítico dos manuscritos da coleção Lamago*, I, p. 238. Na tradição da família Castro e Caldas, o governador deposto teria falecido pouco tempo depois do retorno a Portugal em decorrência das seqüelas do atentado; informação do Dr. Júlio de Castro e Caldas ao autor. Sua morte terá ocorrido posteriormente a maio de 1713, data em que ainda estava vivo; *Documentos históricos*, 98, p. 192. Em defesa da sua decisão de abandonar Pernambuco, ver papel sem data mas que terá servido à sua defesa, *Os manuscritos da Casa de Cadaval*, II, pp. 349-51.

<sup>138</sup> *Documentos históricos*, 98, pp. 240-1, 263-4; *Os manuscritos da Casa de Cadaval*, II, pp. 113 e 351.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

4. J. B. Fernandes Gama, *Memórias históricas da província de Pernambuco*, 4 vols., Recife, 1844-1847, IV, pp. 56-330; Anônimo, “Guerra civil ou sedições de Pernambuco”, RIHGB, 16 (1853), pp. 5-132; “Guerra civil ou sedições de Pernambuco. Exemplo memorável aos vindouros”, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I, 1, 1, 10-1.

Ao ocupar-se da Guerra dos Mascates, Fernandes Gama limitou-se a transcrever crônica coeva dos acontecimentos, dividida em duas partes. O historiador dispôs, ademais do “original da primeira parte”, de “uma cópia muito mal escrita em diversos cadernos” relativa ao conjunto da narrativa. O proprietário dos manuscritos, que Fernandes Gama não nomeia, só lhe emprestara o original “por oito dias e, além disso, privando-me copiá-lo”, motivo pelo qual cingiu-se a cotejar a parte copiada com o texto primitivo. Deste trabalho, concluiu que os cadernos, “posto que muito mal escritos e recheados de erros grosseiros, todavia não alteram os fatos e, pelo contrário [...] convenci-me que nisto eram fiéis e que apenas omitem alguns nomes, cuja omissão julguei conveniente conservar”. Fernandes Gama maquiloou estilisticamente o texto que imprimiu, no intuito de podá-lo dos excessos do estilo barroco da prosa portuguesa do século XVIII, incluindo vocábulos e expressões oitocentistas. O historiador hesitou, aliás, entre corrigir a crônica ou transcrevê-la na íntegra. Na dúvida, optou pelo compromisso, mantendo-se fiel à “exposição dos fatos” e à sua ordem cronológica; retificando “os erros gramaticais mais notáveis”; abreviando “algumas circunlocuções nimamente ociosas”; e abolindo a divisão entre as duas partes de que se compunha o original (*Memórias históricas*, IV, pp. 54-5). Entretanto, graças às indicações de Fernandes Gama e às da própria crônica, é possível afirmar que a primeira parte abrangia os atuais capítulos I a XV, que já se achavam copiados em dezembro de 1713, quando foram levados para Lisboa por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para que lhe servissem na defesa do partido de Olinda junto a El Rei e à Corte. Como assinalou Fernandes Gama, o autor fora escrevendo seu relato “à proporção que os fatos se iam sucedendo”. A redação termina em junho de 1715, com a chegada da frota daquele ano e a posse do novo governador, D. Lourenço de Almeida (*Memórias históricas*, IV, pp. 313-4).

O provável proprietário dos manuscritos consultados por Fernandes Gama era Felipe Lopes Neto, que será um dos líderes da revolução de 1848, militando, portanto, em campo oposto ao de Fernandes Gama, “guabiru” ou conservador, tanto assim que dedicou suas *Memórias históricas* aos dois chefes do partido da ordem em Pernambuco, Francisco do Rego Barros, barão, depois conde, da Boa Vista, e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, barão, depois visconde, de Suassuna. Preso em Fernando de





You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.

7. Anônimo, “Tratado da capitania de Pernambuco e das sublevações que nela houveram até o ano de 1712”, Biblioteca Municipal do Porto.

O “Tratado” é uma versão mascatal das alterações pernambucanas que se auto-descreve como “história ou mal alinhado conto” ou ainda “mal alinhado baú” ou “mal alinhado caderno”. Provavelmente redigido por reinol domiciliado na capitania havia muito, donde o conhecimento que demonstra de particularidades da sua história na segunda metade do século XVII e das circunstâncias vividas em cada freguesia ao tempo da sedição da nobreza e do levante dos mascates. A redação é contemporânea dos episódios narrados. O relato conclui com a posse do governador Felix Machado, embora tenham sido acrescentados três parágrafos finais alusivos à prisão dos cabeças do partido de Olinda em fevereiro de 1712, ao perdão geral de 1713 e ao desterro e regresso do bispo a Lisboa em 1715. Há também menção ao degredo de Leonardo Bezerra e de Leão Falcão na Índia, “pequeno castigo para quem se fez merecedor de outro mais rigoroso”, posterior, portanto, a 1718. O “Tratado” inclui uma “Notícia de alguns dos sucessos em Pernambuco, Paraíba e Goiana e mais partes, colhidas de alguns avisos que vieram da Paraíba” (fls. 107-30). Como as demais fontes narrativas, incorpora correspondência oficial.

O manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto foi copiado por iniciativa de Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura, desembargador da Relação daquela cidade, assassinado em 1809 sob a acusação de partidário dos franceses, por ocasião do ataque do exército napoleônico. Ao texto, o magistrado, que, ao gosto arcádico da época, assinava-se Sílvio Mondânio, acrescentou parágrafo meramente literário em que, outra vez sacrificando à moda, apresentou a obra como sendo tradução do árabe. Do resumo biográfico que lhe dedicou Inocêncio Francisco da Silva, vê-se que residira ainda jovem no Rio de Janeiro (*Dicionário bibliográfico português*, V, p. 439). Além do manuscrito do Porto, existem dois outros no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o título de “Revoluções e levantes de Pernambuco no ano de 1710 e 1711”, lata 45, documento 39, e lata 73, documento 9, o primeiro em letra do século XVIII, o segundo cópia oitocentista. José Honório Rodrigues registrou a existência dos manuscritos do Instituto Histórico, asseverando equivocadamente tratar-se de “narrativa pró-nobreza olindense” (*História da história do Brasil*, p. 332).



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



## Índice onomástico

- Abreu, Capistrano de, [14](#), 478-80
- Acióli, Felipe de Moura, 283
- Acióli de Moura, João Batista, 283
- Acióli de Vasconcelos, Margarida, 445
- Afonso VI, rei de Portugal, D., [22](#), [24](#), [31-2](#), [43](#), 46, [48](#), 56-61, [80](#), [112](#), 179, 251, 327, 441
- Albuquerque, Afonso de (vice-rei da Índia), 178
- Albuquerque, Matias de, [39](#)
- Alegrete, 1º marquês de, 357
- Alegrete, 2º marquês de, 358
- Alencar, José de, [13](#), [15](#)
- Almada, D. Lourenço de, 343, 349, 353, 367-8, 385-6, 403, [407-9](#), [487](#)
- Almeida, Joaquim de, 152-3, 184, [247](#), 296, 302, 370
- Almeida, D. Lourenço de, 168, 457-60, 462
- Almeida, M. Lopes de, 467, 481
- Almeida, D. Pedro de, 69, 89, 256, 472
- Almeida, D. Tomás de, 458
- Alteta, Felipe de, 316, 343, 401
- Amanda, madame, 294
- Amaral, Jerônimo Correia do, 331
- Amorim Salgado, Paulo de, 385, 484
- Ana de Áustria, regente da França, [16](#)
- Andrade, Agostinho César de, 89
- Andrade, Carlos Drummond de, [14](#)
- Andrade, Francisco Berenguer de, 135, 191, [193-4](#), 335
- Andrade, Gilberto Osório de, [47](#), [64](#), 167, 170, [181](#), 184, 257, 337, 460
- Andrade, Manuel Freire de, 271-2
- Andrade, Sebastião de Carvalho de, 421, 425
- Andreoni, João Antônio (Antonil), 70, 423-4
- Angeja, marquês de, 431, [448](#), 452, 455-6, 458
- Anjou, Filipe de, 354
- Anunciação, Miguel Arcanjo da, 182, 230, 233
- Aragão, Estêvão Soares de, 371
- Aragão, João Mendes de, 297
- Araújo, Domingos da Costa de, 152, 190, 195, 296, 370, [414](#)
- Arcos, 6º conde dos (D. Marcos de Noronha e Brito), [17](#), 480
- Arouche, José Inácio de, 198, 210, [231](#), 233-9, 255, 259-68, 270-2, 276, 280-1, [289-91](#), 331, 350, 365, 367-8, 404, [432](#), 437-8, 442, 461, 467
- Arrais, Cristóvão de Mendonça, 303, 383, 391-2
- Assunção, Miguel da, [100](#), 400-1, 450
- Atouguia, conde de, [39](#), 446
- Azevedo, José Gomes de, 353
- Bacalhau, João Marques, 195, [280](#), 375, 403, 405, 408, 411-4, 420-1, 429, [432-6](#), [438](#), [443-50](#), 452-3, [456](#), 458-9, 463, 468-9



- Bagnuolo, conde de, [39](#)
- Bandarra, Gonçalo Eanes, [23](#)
- Baracho, Gonçalo de Freitas, 264-5
- Barbosa, Matias Coelho, 421, 454
- Barreto de Menezes, Francisco, [31-40](#), 79, 107, 171-3, 175, 270, 426, 473
- Barros, Manuel Lopes de, 453
- Bequimão, Nicolau, 95
- Bérulle, Pierre de, 123
- Bezerra, Fernão Barbalho, 101
- Bezerra, Manuel Cavalcanti (irmão de Leonardo Bezerra), [266](#), 288, 347, 421, 425, 443, 454
- Bezerra, Pedro Cavalcanti (irmão de Leonardo Bezerra), [280](#), 421, 425
- Bezerra Cavalcanti, Leandro, 347
- Bezerra Cavalcanti, Leonardo, [239-41](#), [266](#), 268-9, 277, [280-1](#), [286](#), 288, 291, 299, [309](#), [334](#), 344, 347, 365, 368, 376, [378](#), 384-5, 405, 421-2, [425](#), [432](#), [454-5](#), [475](#), [482-3](#)
- Bezerra Cavalcanti, Manuel (filho de Leonardo Bezerra), 347, 421, 454-5
- Bezerra Cavalcanti, Domingos, 269, [280](#), 347
- Bezerra Monteiro, Cosme (irmão de Leonardo Bezerra), [92](#), [280](#), 347, 421, 425, [443](#)
- Bezerra Monteiro II, Cosme (filho de Leonardo Bezerra), 277, 347, 421, 454-5
- Bluteau, Rafael, 332, 441
- Boa Vista, conde da (*ver* Francisco do Rego Barros)
- Boxer, Charles R., [37](#), [51](#), [189-91](#), 206, [209](#), 236, 249, 268, [293](#), 303, 339, 354, 358, 417, 424, 458, 460
- Brandão, Pedro Ferreira, 256, [266](#), [432](#)
- Brito Freyre, Francisco de, [32](#), [36-40](#), 46-7, [49](#), 57, [72](#), 106-8, 114, [173-7](#), 179, 183, 188, [227](#), 251, 308, 473
- Cabral, Fernão (alcaide de Belmonte), [68](#), 282-3, 473
- Cabral, Jerônimo da Veiga, [88-9](#)
- Cabral, Luís de Mendonça, 269, 272, 277, [334](#), 365
- Cadaval, duque de, 294, 446
- Chateaubriand, F. R. de, 307
- Calabar, Domingos Fernandes, 217
- Camarão, Sebastião Pinheiro, [345](#), 371-2, [378](#), [382](#), 384-5, 387, 390-4, [407](#), 409-10, 413-4, 424-5, 479, 484
- Camelo, Francisco, 422-3
- Campelo, Antônio Rodrigues, 323
- Campelo, Lino, 200
- Cardoso, Antônio Dias, [55](#)
- Cardoso, Luís, 152, 296, 363, 420
- Carlos II, rei da Grã-Bretanha, [23](#), [48](#), 174
- Carneiro, Domingos Rodrigues, 371
- Carvalho, Antônio de Albuquerque Coelho de, 314, 358, 446-7, [477-8](#)
- Carvalho, José Rodrigues de, 154-5
- Carvalho, Miguel de, 138
- Carvalho, Paulo de, 403, 408, 415, 420, 429-31, 442, 449, 461
- Cascais, marquês de, 86, 91, 98-9
- Castel Melhor, conde de, [31](#), [35](#), [39](#), [43](#), 58
- Castelo Branco, Camilo, 268
- Castelo Branco, Diogo Rangel de, 91
- Castelo Branco, pe. Antônio de, 255, 276-7, 362
- Castro, Aires de Souza e, 101, 178, [185](#)
- Castro, João Pais de ([3º](#) morgado do Cabo), [27](#)
- Castro, José de Lima, 458-61, 467-8
- Castro e Caldas, Sebastião de, [13](#), [15-6](#), [24](#), [55-6](#), 81, 86, [92](#), 134, 146, 148, 166, 168, [177](#), 182-3, [185](#), 194, 217-9, 221-3, 225-6, 228, 230-40, 242-4, 246-8, 250-1, 254-66, 268-77, 279-97,



- 300-3, 305, 312-3, 318, 322, 329-30, 332-4, 337, 339-41, 343-6, 348-50, 353, 359, [361-3](#), [366-70](#), 373-6, 379, 385, 390, [396](#), [399-402](#), [407](#), [412](#), [414](#), 424, 426, 428, 430, [432](#), 437, 440, 442, 444, 461-6, 470, 473, 475, 479, 481, 483-5
- Catarina de Bragança, rainha da Grã-Bretanha, [23](#), [48](#), [116](#), 174, 194, 207-8, 225, 306
- Cavalcanti, Cristóvão de Holanda, 445
- Cavalcanti, Felipe, 241
- Cavalcanti de Albuquerque, Antônio, 240
- Cavalcanti de Albuquerque, Francisco de Paula (visconde de Suassuna), [477](#)
- Cavalcanti de Albuquerque, Gonçalo Ravasco, 368, 455
- Cavalcanti de Albuquerque, João, 428
- Cavalcanti de Albuquerque, Jorge, 90-1, [96-7](#), [100-1](#), 350
- Cavalcanti Uchoa, Lourenço, 81-3, 86, 194, 288, 291, 348
- César, D. Maria, [28](#)
- Clemente XI, papa, 138
- Clerc, Du, [293-4](#), 326, 355, 367
- Codeceira, José Domingues, 328, 435
- Coelho, Duarte, [40](#), 156, 184, 267
- Coelho, Duarte de Albuquerque, 74
- Colajanga, Miguel, 107
- Correia, João de Barros, 421, 454
- Correia, Luís, 307, [309](#), [315](#), 322, 475-6, 481
- Correia, Pedro Tavares, 346
- Corte Real, Diogo de Mendonça, 364-6, [432-3](#), 440, 458
- Costa, Antônio Rodrigues da (comerciante), 277, 454
- Costa, Antônio Rodrigues da (conselheiro ultramarino), [320](#), 353, 355, 357-60, [414](#), 435-9, 452-3, 457, 461-4, 468-9
- Costa, F. A. Pereira da, [22](#), [48](#), [51](#), [55](#), 63, [68-70](#), 73, 86-7, 89, [100](#), 119, 137, 160, [177-8](#), 180-1, 184, 186, 218, 249-50, 255, 257, 268, 283, 309, 311, 325, 329, [340](#), 342, 349, [366](#), 372, 400, 406, 421, 426, 458, 463-4, 467
- Costa, João da, 328, 381, 399-400, 410
- Costa, D. Manuel Álvares da, [14](#), 130, 254-7, 267-9, 272-3, 276, 281, 286, [289-91](#), 297, 303, 306, [309](#), 319, 328, 331-2, [334](#), 338, 342-6, 348-9, 353, 363, 367-9, 372-5, 377-81, 383, 385-6, 392, 394, 400-1, 403-8, 410, 423, 426-7, 437, [448-50](#), 464, [466](#), 473, 480, 484
- Costigan, Arthur William, 102
- Coutinho, A. L. G. da Câmara, [36](#), [64-5](#), 70-5, [80](#), 82-5, 90, 98, 105, 110, [177](#), 178, 225, 240, 256-7, 282, 326, 362, 406, 436, 473
- Coutinho, Fernão de Souza, [42](#), 69, [88-9](#), 179, 250-1, 473
- Coutinho, Francisco de Sousa, 318
- Couto, Domingos do Loreto, 63, 73, 102, 106, 126, 139, 225, [235](#), [280](#), 301, 313, [315](#), 371, 390, 423, 467
- Cunha, João de Freitas da, 297, 329
- Cunha, Manuel Carneiro da, 292
- Cunha, D. Matias da, [31](#), [68-70](#)
- Cunha, Paulo Carneiro da, 422
- Dourado, Feliciano, [38](#), 57-8, [173](#)
- Duguay-Trouin, René, 386, 416-7
- Elias, Norbert, [18](#)
- Encarnação, João Álvares da, 125
- Falcão, Pedro de Melo, 385, 484
- Falcão, Pedro Marinho, 105-6, 427



- Falcão, Plácido de Azevedo, 292
- Ferreira, Roque, [38](#)
- Filipe IV, 285
- Ferrão, José, [432](#)
- Ferraz, Lourenço Gomes, 240, 259, 265-6, 277, 283, 288, 296, 333
- Ferrer (de Barros Wanderley), Vicente, [13](#), 312-3, [315-6](#), 319, 327, 329, 403, 421
- Fialho, Manuel de Carvalho, 97, [100](#)
- Figueiredo, André Dias de, 257, [280-1](#), 286, 288, 291, 301, [309](#), 329, 333, 347-8, 376, 405, 421-3, [425](#), [432](#), 454
- Figueiredo, D. Estêvão Briosso de, 106, 121, 427
- Figueiredo, Nicolau de, 298, 374
- Figueiredo e Melo, D. Matias de, 69-71, [76](#), 126, 135, 256-7, [340](#), 426, 473
- Fonseca, Afonso Broa da, 328, 409
- Francisco, D. (irmão de D. João V), 375
- Freire, Alexandre de Souza, [33](#)
- Freyre, Gilberto, [13](#), [16](#), 151
- Furtado, Afonso, [68-9](#), [88](#)
- Furtado, Francisco de Mendonça, 60
- Furtado, Jerônimo de Mendonça (*dito* o Xumbergas), [15-6](#), [21-33](#), [35-7](#), [39-47](#), [49](#), 50-61, 63, 66, [68](#), 70, 75, 77, 81, 83, 86, 102, [141](#), 175, 179, 183, 234, 250, 254, 282-4, 287, [293](#), 305, 347, 473
- Furtado, Luís de Mendonça, [26](#), [41](#)
- Galloway, J. H., [205](#)
- Galvão, Francisco Lopes, 329
- Gama, Domingos Pereira da, 190, 262, 268, 296
- Gama, João da Maia da, 289-90, 291, 295, 303, 331, 370, [382](#), 390, 385, 394-5, [399-401](#), [423](#), [450](#), [456](#), 485
- Gama, J. B. Fernandes, [15](#), [141](#), 144-5, 152, 155, [161-2](#), 167, 191, 218, 222, 238, 256, 262-3, 274, 313-4, [330](#), [477-80](#)
- Gennes, almirante, 218
- Godói, Miguel de, 381
- Góis, Gabriel de, 304
- Gomes, Miguel Correia, 152, 195, 296, [315](#), 323, 370
- Gonçalves, Domingos, 122, 130
- Gonçalves, Manuel (*dito* o Tundacumbe), 109, 167, 397-8, [407](#), [413](#), 427-9, 444-5, [448-9](#), 463
- Granada, Luís de, 113
- Guerra, Antônio Jorge, 428
- Guicciardini, Francesco, 317
- Gusmão, D. Luísa de, [24](#), [35](#), [112](#), 174, 176, 179
- Handelmann, H., [14](#), [330](#)
- Henriques, Bernardo de Miranda, [33-4](#), 57, 69, [88](#), 176, 228, 250, 254, 473
- Hespanha, Antônio M., 187-8, 191, [209](#), 211-2, 222, 226, 260, 263
- Holanda, José Tavares de, [280](#), 283, [309](#), [319](#), 421, [425](#), 454
- Holanda, Sérgio Buarque de, [17](#), [141](#), 151, 163
- Inocêncio XII, papa, [136](#)
- Jaboatão, Antônio de Santa Maria, [120](#), 245, 398-9
- João III, D., [40](#)
- João IV, D., [22](#), [36-7](#), 74, 113, 162, [165](#), [173-4](#), 325, 327, [345](#)
- João V, D., [68](#), 86, 103, 111, 146-7, 160, 163, 167-9, 182-5, 199, 212, 225, 228, 230-3, [235](#), [239](#), 242-5, 249, 256, 258-60, 262-3, 265-6, 268-73, 276-7, 279-82, [284-5](#), 291-2, 295, 297, 303, 319, 331-2, 338, 342, 344-6, 348-9, [356-8](#), 360-2, 364, 367, 369-71, 373-5, 377, 380-1, 383, 389-90, 395-6, 399-401, 403, [407-8](#), [410-3](#), [415](#), 418, 420-1, 427, 430-4, [438](#), 440-50, 453-4, 459-64, [466-8](#)
- João VI, D., [173](#)
- José I, D., 102, 230
- Koster, Henry, 87, [197-8](#), [315](#), [475-7](#)
- Koster, Theodore, [315](#), 476-7



- Lacerda, Francisco de Barros Falcão de, [100](#), 349, 397, 427-8
- Lacerda, Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque, 91, 93, [100](#), 349
- Lacerda, Manuel Cavalcanti de, 350
- Lago, Pedro Corrêa do, 147, 242, [280](#), [334](#), 377, 385, 395, 406, 469, 478, 480, 483
- Lancastre, D. João de, 85, 135
- Leitão, Antônio Gonçalves, 144-5, 151-2, 154-5, 166, 222, 263, 313-5, 322, [330](#), 351, 372, 375, 383-4, 392-3, 395, 398, [402](#), 404-5, 418, [425](#), 429, [443-5](#), [451](#), [469](#), 476, 479, 480, 484
- Leitão, Manuel Rodrigues, 123-4
- Lima, Antônio Barbosa de, 98, [100](#), 160, 221-4, [247](#), [253](#), [275](#), 303, 362, 365, [432](#), [448](#)
- Lima, D. Francisco de, 115, [128](#), 131-8, 245, 346, 426
- Lima, Manuel de Oliveira, [15](#), 317
- Lobo, João, [124-30](#), 139
- Loyola, Santo Inácio de, [120](#)
- Lopes Neto, Felipe, 476-8
- Louzel, Servan, 122, [124](#)
- Luna, Lino do Monte Carmelo, 479
- Luís XIII, rei da França, 327
- Luís XIV, rei da França, [16](#), 294, 327, 354
- Luís, André, 122, [124](#)
- Machado, Felix (Felix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos), [13](#), 75, [80](#), 98, [100](#), 109, 163, 167, 195, 198, [223-4](#), 251, 261, [275](#), [361-7](#), 386, 389, 397, 399, 403-36, [438-45](#), 447-52, 454, [456-7](#), 459-60, 463-9, 473, 475-6, 478, [482](#), 483, 484
- Machado, Maximiano Lopes, 311-3, 327-8
- Maneli, Sebastião Dias, 344, [466](#)
- Maranhão, Afonso de Albuquerque, 350, 395
- Maranhão, Matias de Albuquerque, [38](#)
- Mariana de Áustria, D., 358, 362
- Marques, Manuel, 426
- Marrou, [H.-I.](#), [14](#)
- Martins, Joaquim Dias, 240-1, 281, 307-9, 311, 313-6, 323-5, 327-9, 331, 347-8, 350, 370, 392-3, 409, [414](#), 426, 429, [432](#), [450-1](#), [476](#), 478-9
- Mártires, Bartolomeu dos, 122
- Mascarenhas, Fernando Martins, 131-2, 135-6, [185](#), 191, 195, 198-9, 202, 226, 236-7, [253](#), 260, 411, 473
- Matos, Antônio Fernandes de, 118-9, [153](#), 178, 184, 199, 336-7
- Matos, Gregório de, 67, 267
- Matos, João de Sepúlveda e, 176-7, 200-1, 204
- Mazarino, cardeal Jules, [16](#)
- Melo, Afonso de Albuquerque, 288
- Melo, Jerônimo César de, 81, 194, 348
- Melo, Leão Falcão de, 105, 427
- Melo, Mário, [13](#), 86, 218, 225, 259, 276, 279, 286, 290, 312, 318-20, 369-70, 373, 377, [396](#), 413, 424
- Melo, Pedro de, [33](#), [41](#)
- Melo e Castro, Caetano de, 79, 99, [100-1](#), 130, 184-5, 190-1, 223, 236, 240, 249, 251, 263, 324, 362, 364, [366-7](#), 426, 437, 473
- Mello, J. A. Gonsalves de, [17](#), [37](#), [48-9](#), [51](#), [89](#), 109, 117, 119, 143, 152-3, 155, 170-1, 175, [177](#), 180, 184-5, 199, [205](#), 249, 267-8, [275](#), 296, 308, 311, 314, 326, 329, 336, 342, 353, 363-4, [388](#), 400, 420, 426, 462, 480
- Mendes, Domingos, 454
- Mendonça, José de Sá, [76](#), 251



Combinando maestria narrativa e capacidade analítica, Evaldo Cabral de Mello lança mão de uma grande massa de informações para reconstituir os fatos, os atores e a trama de interesses que opôs nobres da terra e comerciantes reinóis nos episódios que se tornariam conhecidos como Guerra dos Mascates.

Para a presente edição, o autor pôde se valer de documentos nunca antes estudados que, sem alterar a linha dos acontecimentos, elucidam passagens importantes e ajudam a conferir a necessária inteligibilidade histórica a esse que é um dos conflitos fundamentais da América Portuguesa.

*A fronda dos mazombos* recebeu os prêmios Senador José Ermírio de Moraes, da Academia Brasileira de Letras, e D. João de Castro, da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.



ISBN 85-7326-274-5



editora  34

Material com direitos autorais